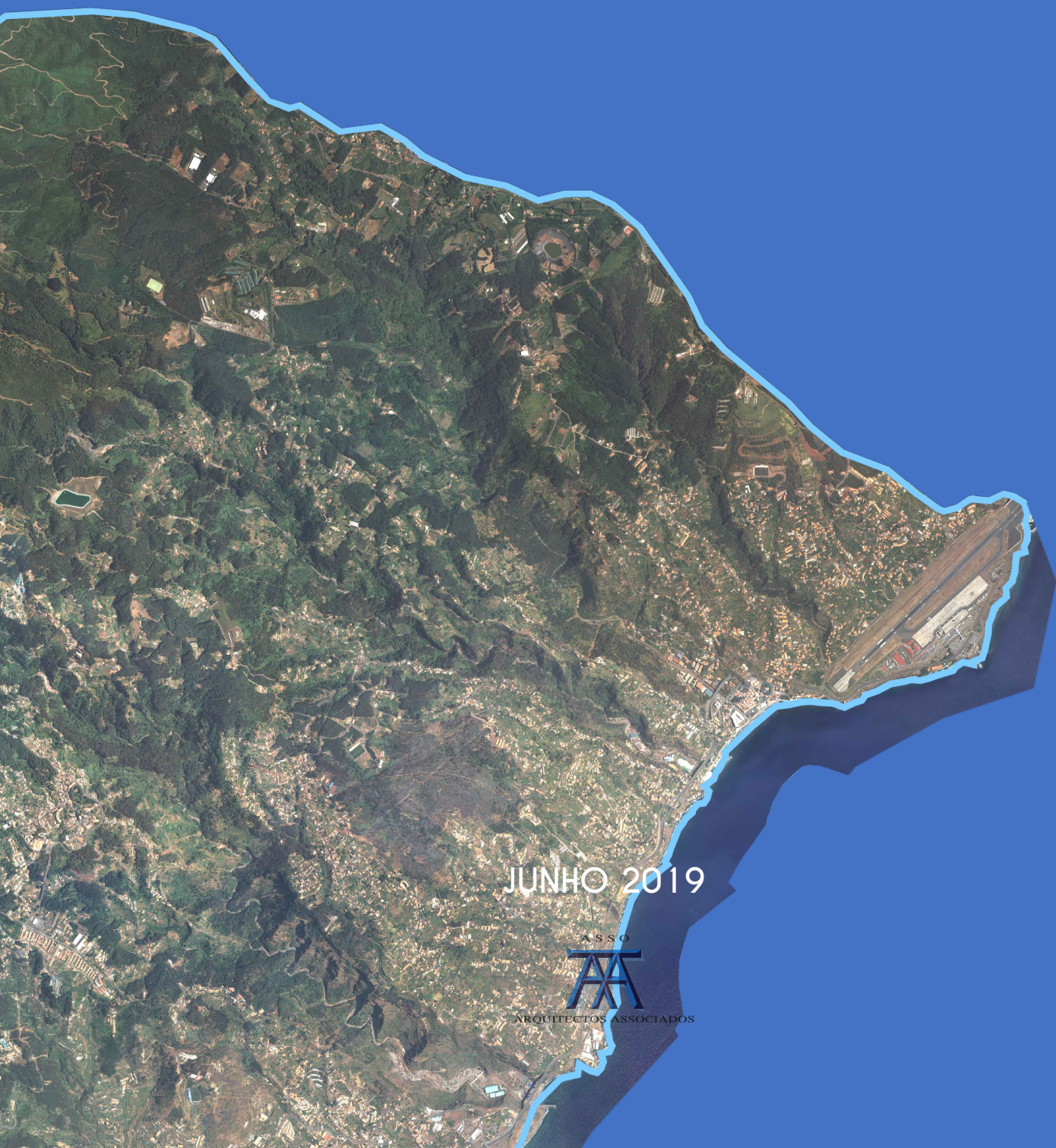




CÂMARA MUNICIPAL DE STº CRUZ

REOT

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE SANTA CRUZ



JUNHO 2019

ASSO
AA
ARQUITECTOS ASSOCIADOS

REOT

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE SANTA CRUZ

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PDM E SUA ADEQUAÇÃO À
REALIDADE ATUAL DO CONCELHO

VOLUME II

SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO EVOLUTIVA DO CONCELHO E
ANÁLISE CRÍTICA DO PDM EM VIGOR

REOT

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE SANTA CRUZ

VOLUME I

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PDM E SUA ADEQUAÇÃO À REALIDADE ATUAL DO CONCELHO

JUNHO 2019

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	7
2	ENQUADRAMENTO DA REVISÃO DO PDM	9
2.1	Enquadramento legal	9
2.2	enquadramento territorial.....	10
2.3	Instrumentos de Gestão Territorial em vigor	10
2.3.1	Âmbito Regional.....	10
2.3.2	Âmbito Especial.....	10
2.3.3	Âmbito Setorial:.....	11
2.4	PDM em vigor e respetivas retificações e suspensões.....	13
2.5	Cartografia atualizada (DGT, DROTA, INGA, Águas e Resíduos da Madeira, etc.)	13
2.6	Rede Natura	13
2.7	Informação sobre a situação atual - CMSC	13
2.8	Informação estatística	14
2.8.1	Documentação referenciada para a elaboração do REOT de Santa Cruz:	14
3	CARACTERIZAÇÃO EVOLUTIVA DO CONCELHO	16
3.1	Enquadramento Regional	16
3.2	População	18
3.3	Estrutura etária	19
3.4	Demografia	23
3.5	Nível de ensino	33
3.6	Habitação	35
3.7	Acessibilidades.....	36
3.7.1	Rede viária	36
3.7.2	Transporte rodoviário - modo autocarro.....	38
3.7.3	Transporte aéreo e marítimo	41
3.7.4	Mobilidade da população	41
3.8	Equipamentos Coletivos.....	43
3.8.1	Equipamentos de ensino e saúde	44

3.8.2	Equipamentos sociais.....	45
3.8.3	Equipamentos Desportivos.....	46
3.8.4	Outros equipamentos.....	46
3.9	Indicadores de ambiente	47
3.10	Dinâmica Económica.....	49
3.11	Atividade Económica.....	59
3.12	Atividade turística.....	64
3.12.1	Análise dos principais resultados provisórios (ano de 2018).....	77
3.13	Ordenamento do território	83
3.14	Modelo territorial.....	92
4	JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PDM.....	93
5	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E BASE PROGRAMÁTICA.....	99
5.1	Objetivos Gerais.....	99
5.2	Objetivos Específicos.....	100
5.3	Santa Cruz, com qualidade de vida, com território coeso e inclusivo e qualificação urbanística e ambiental:.....	102
5.4	Santa Cruz, território de cidadania ativa, conhecimento, inovação e coesão social:.....	104
6	CONCLUSÃO.....	105

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento regional dos concelhos da RAM e freguesias do concelho de Santa Cruz	17
Figura 2 - Índice de envelhecimento da população 2011	22
Figura 3 - Rede de Transporte SAM	40
Figura 4 - Tecido Urbano, Parques e Jardins, Indústria, Comércio, Equipamentos, Infraestruturas, Estacionamento e Rede Viária e espaços associados, segundo a COS 2007, no concelho de Santa Cruz	84
Figura 5 - Espaços Urbanos e Espaços Residenciais em Meio Rural, segundo a Planta de Ordenamento do PDM de Santa Cruz em vigor	86
Figura 6 - PDM Planta de Ordenamento - Espaços Urbanos - Espaços Agro-florestais	88
Figura 7 - COSRAM 2007 - Zona de Actividade Económica e Equipamentos	89
Figura 8 - COSRAM 2007 - Tecido Urbano Descontínuo	90
Figura 9 - COSRAM 2007 - Tecido Urbano Contínuo	91

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - População residente na Região Autónoma da Madeira (2001-2011).....	17
Quadro 2 - População residente e densidade populacional no concelho de Santa Cruz (2001-2011)	19
Quadro 3 - Estrutura etária da população residente segundo os grandes grupos etários em 2011 e variação 2001-2011	21
Quadro 4 - Índices de envelhecimento e de dependência da população 2011	22
Quadro 5 - Variação anual da população – Sta. Cruz VS R.A Madeira (2007-2017)	23
Quadro 6 - Taxa de Crescimento média anual da população residente (1991-2017)	24
Quadro 7 - Estimativa população residente – Santa Cruz (2000-2017)	25
Quadro 8 - Contributo populacional na Região Autónoma da Madeira (2017)	26
Quadro 9 - Variação da pirâmide etária – Sta. Cruz (1991-2017)	29
Quadro 10 - Pirâmide etária – Sta. Cruz VS Outros Conselhos (2017)	30
Quadro 11 - Índice de envelhecimento – Sta. Cruz e R. A. Madeira (1991-2017)	32
Quadro 12 - População Residente segundo o Nível de Escolaridade atingido (2011) e Taxa de Analfabetismo (2001-2011)	34
Quadro 13 - Variação do Nível de Escolaridade atingido (2001-2011)	35
Quadro 14 - Edifícios, alojamentos familiares e famílias (variação 2001-2011)	36
Quadro 15 - Estabelecimentos de ensino 2004/2005-2017/2018 (ano letivo)	44
Quadro 16 - Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino 2004/2005-2017/2018 (ano letivo)	44
Quadro 17 - Indicadores de saúde 2002-2017	45
Quadro 18 - Indicadores de ambiente por município, 2010-2017	47
Quadro 19 - Indicadores de ambiente por concelho, 2003.....	48
Quadro 20 - Indicadores de ambiente por concelho, 2013-2015 e 2016.....	49
Quadro 21 - Taxa trimestral de desemprego na R.A. Madeira (2010-2019).....	50
Quadro 22 - Taxa de actividade na R.A. Madeira (2011-2019)	51
Quadro 23 - População ativa, empregada e desempregada na R.A. Madeira (2011-2019).....	53
Quadro 24 - Desemprego Registrado – Santa Cruz (Jan. 2013- Abr. 2019)	54
Quadro 25 - Emprego por setor, na R.A. Madeira (2011-2019)	55
Quadro 26 - Emprego por setor, na R.A. Madeira (1ºT, 2019)	56
Quadro 27 - Variação Homóloga do custo de trabalho (2016-2018).....	57

Quadro 28 - Variação média do IPC em 12 meses (2018 - Abr. 2019)	58
Quadro 29 - Variação homóloga dos preços, por classes (Abril de 2019)	59
Quadro 30 - Análise dinâmica de Indicadores Empresariais (2004-2017)	60
Quadro 31 - Empresas, Funcionários, V.N e V.A.B, em % do total R.A. Madeira (2004-2017)	61
Quadro 32 - Análise Empresarial para o concelho de Stª Cruz	63
Quadro 33 - Capacidade instalada no setor do Turismo (2005-2017)	66
Quadro 34 - Infraestrutura hoteleira em Stª Cruz (2005,2010,2015 e 2017)	67
Quadro 35 - Pessoal ao serviço e custo médio anual – Santa Cruz (2005,2010,2015 e 2017)	67
Quadro 36 - Capacidade Hoteleira por classificação/categoria	68
Quadro 37 - Performance operacional do setor do turismo (2005-2017)	70
Quadro 38 - Desempenho financeiro do setor do turismo (2005-2017)	71
Quadro 39 - Evolução do RevPAR (2005,2010,2015 e 2017)	71
Quadro 40 - Proveitos Totais – Santa Cruz (2005,2010,2015 e 2017)	72
Quadro 41 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por concelho	72
Quadro 42 - Hóspedes entrados por mês (2017)	73
Quadro 43 - Hóspedes entrados por mês (2017)	74
Quadro 44 - Hóspedes entrados por mês (2017)	74
Quadro 45 - Dormidas por mês (2017)	75
Quadro 46 - Dormidas por mês (2017)	75
Quadro 47 - Dormidas por país de origem (2017)	77
Quadro 48 - Resultados provisórios do sector de Turismo (2018)	79
Quadro 49 - Variação homóloga de Hóspedes entrados (2018)	79
Quadro 50 - Estadia Média (2018)	80
Quadro 51 - Dormidas por país de origem (2018)	81
Quadro 52 - Resultados Provisórios do sector de Turismo (2018)	82
Quadro 53 - Correspondência entre a legenda da Planta de Ordenamento do PDM em vigor e a classificação na tabela de atributos do respetivo ficheiro em formato digital vetorial	85

REOT / RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE SANTA CRUZ

VOLUME I

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PDM E SUA ADEQUAÇÃO À REALIDADE ATUAL DO CONCELHO

1 INTRODUÇÃO

A deliberação da CM de rever o PDM é acompanhada pelo Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), o qual traduz o balanço da execução do PDM, bem como os níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando a necessidade de revisão.

Nos processos de revisão iniciados na vigência da Portaria n.º 1474/2007, de 16/11, em que a CM não disponha do REOT, a deliberação camarária é acompanhada **por um relatório fundamentado de avaliação** da execução do plano diretor municipal e de identificação dos principais fatores de evolução do município.

Em 2009 foi elaborado pela C. M. Santa Cruz (CMSC) um Relatório de Avaliação da Execução do PDM, tendo em vista dar início ao processo de revisão do mesmo, o que não se verificou.

Decorridos cerca de 10 anos, torna-se imperativo atualizar aquele Relatório com base na informação mais recente e nas alterações de conjuntura verificadas, para que seja possível agora proceder à revisão do PDM.

Este relatório procede à avaliação do grau de eficácia do modelo de ordenamento proposto, ponderação e respetivos objetivos estratégicos previstos, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos na conjuntura atual.

Esta avaliação caracteriza ainda a evolução socioeconómica, urbanística e os níveis de execução do plano, suportada em indicadores e cartogramas demonstrativos da situação atual, tendo como situação de referência a verificar, a data de aprovação do PDM.

2 ENQUADRAMENTO DA REVISÃO DO PDM

2.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

Principal legislação em vigor de enquadramento da revisão do PDM

Sistema Regional de Gestão Territorial e restantes diplomas de índole nacional e regional, que regem o ordenamento, gestão do território e urbanismo	Decreto Legislativo Regional n.º 18/2017/M de 27 de junho
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificado pelas declarações n.º 80-A/2007, de 7 de Setembro e n.º 103-A/2007, de 2 de novembro
Lei de Bases da Política de Solos e Ordenamento do Território	Lei n.º 31/2014 de 30 de maio
Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial	Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio
Reserva Ecológica e Reserva Agrícola – Regime transitório para a RAM	Decreto Legislativo Regional n.º 18/2011/M de 11 de agosto
Servidão aeronáutica do Aeroporto da Madeira	Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2014/M de 30 de janeiro
Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN)	Decreto – Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho na sua versão atual
Sítios de Importância Comunitária (SIC).	Rede Natura 2000
Os limites dos Sítios foram alterados	RCG n.º 1226/2015 de 29 de dezembro
Criação de novos SIC no Município de Santa Cruz	RCG n.º 1225/2015 de 29 de dezembro
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro na sua versão atual
Estratégia Nacional para o Mar (2006-2016)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro
Regime Jurídico do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional	Lei de bases (LBOGEM) – Lei n.º 17/2014 de 10 de abril, completada pelo Decreto - Lei n.º 38/2015 de 12 de março
Domínio Público Hídrico	Lei n.º 58/2005 (Lei da água) de 29 de dezembro, na sua redação atual
Parque Natural da Madeira	Decreto Regional n.º 14/82/M, de 10 de novembro

2.2 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

- Relatório de Caracterização e Diagnóstico do território do Município (PAL, 1996);
- Relatório de Caracterização e Diagnóstico do território do Município (SRES, 2004);
- Rede Regional de Áreas Protegidas
- Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Santa Cruz, Caniço, Camacha e Santo António da Serra.

2.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR

Foram analisados os IGT com incidência territorial, para identificação das orientações supramunicipais, dos quais se destacam os instrumentos de âmbito regional, concretizados através do programa regional, programas setoriais e programas especiais.

2.3.1 Âmbito Regional

Plano de Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira (POTRAM), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/95/M, de 24 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/97/M de 18 de junho.

2.3.2 Âmbito Especial

Plano de Ordenamento e Gestão da Ponta de São Lourenço, publicado pela Resolução n.º 1294/2009, de 2 de outubro;

Plano de Ordenamento e Gestão do Maciço Montanhoso Central, publicado pela Resolução n.º 1411/2009, de 19 de novembro e retificado pela Declaração de Retificação n.º 13/2009, de 27 de novembro;

Plano de Ordenamento e Gestão da Laurissilva da Madeira, publicado pela Resolução n.º 1411/2009, de 19 de novembro e retificado pela Declaração de Retificação n.º 13/2009, de 27 de novembro;

Parque Natural da Madeira Decreto Legislativo Regional n.º 14/82/M de 10 de novembro.

2.3.3 Âmbito Setorial:

Plano Regional da Água da Madeira (PRAM);

Plano de Gestão da Região Hidrográfica da Região Autónoma da Madeira (PGRH da RH10);

Plano Regional de Ordenamento Florestal da Região Autónoma da Madeira (PROF-RAM);-

Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT-RAM);

Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma da Madeira;

Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POTRAM)

- O POTRAM foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/95/M, de 24 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/97/M de 18 de junho.

Plano de Ordenamento de Gestão da Ponta de S. Lourenço (POG-PSL)

- O Plano de Ordenamento de Gestão da Ponta de S. Lourenço foi publicado pela Resolução n.º 1294/2009 de 2 de outubro.

Plano de Ordenamento e Gestão do Maciço Montanhoso Central (POG-MMC)

- O Plano de Ordenamento e Gestão do Maciço Montanhoso Central publicado pela Resolução n.º 1411/2009, de 19 de novembro e retificado pela Declaração de Retificação n.º 13/2009, de 27 de novembro.

Plano de Ordenamento e Gestão da Laurissilva da Madeira (POG-LM)

- O Plano de Ordenamento e Gestão da Laurissilva da Madeira publicado pela Resolução n.º 1411/2009, de 19 de novembro e retificado pela Declaração de Retificação n.º 13/2009, de 27 de novembro.

PARQUE Natural da Madeira (PNM)

- O Parque Natural da Madeira criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/82/M de 10 de novembro.

Plano Regional da Água da Madeira (PRAM)

- O Plano Regional da Água da Madeira publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/M de 20 de agosto.

Plano de Gestão da Região Hidrográfica da Região Autónoma da Madeira (PGRH da RH10)

- O Plano de Gestão da Região Hidrográfica da Madeira (PGRH RH10) publicado pela Resolução n.º 945/2016 de 16 de dezembro.

Plano Regional de Ordenamento Florestal da Região Autónoma da Madeira (PROF-RAM)

- O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Região Autónoma da Madeira publicado pela Resolução n.º 600/2015 de 11 de agosto.

Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma da Madeira

- O Plano de Gestão de Riscos de Inundações da RAM 2016-2012

2.4 PDM EM VIGOR E RESPECTIVAS RETIFICAÇÕES E SUSPENSÕES

- Regulamento;
- Plantas de Ordenamento e Condicionantes (DWG)
- Retificações e Suspensões.

2.5 CARTOGRAFIA ATUALIZADA (DGT, DROTA, INGA, ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, ETC.)

- Cartografia base 2007 – Município;
- Ortofotomapas 2007 e 2010 – DRAOT.

2.6 REDE NATURA

- Áreas Protegidas;
- Sítios de Importância para a
Conservação (SIC)

2.7 INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL - CMSC

- Compromissos urbanísticos
- ARU – Santa Cruz, Camacha, Caniço e Santo da Serra
- Alvarás e Licenças concedidos até 2009
- Cadastro dos equipamentos e infraestruturas
- Património classificado

- Relatório de Fundamentação 2009
- Estudos de Ruído da Via Rápida – Mapas Estratégicos de Ruído (MER).

2.8 INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

2.8.1 Documentação referenciada para a elaboração do REOT de Santa Cruz:

- Censos 2011. Resultados Definitivos - Região Autónoma da Madeira. INE. Lisboa, 2012.
- Estatísticas do Emprego da Região Autónoma da Madeira-4.º trimestre de 2018. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2019.
- Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira 2017. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2018.
- Estatísticas Demográficas da Região Autónoma da Madeira 2017. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2018.
- Estatísticas da Construção e Habitação da Região Autónoma da Madeira-2017. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2018.
- Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira. Resultados Provisórios, Janeiro de 2019. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2019.
- Estatísticas da Saúde da Região Autónoma da Madeira-2017. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2018.
- Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira 2004. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2005.

- Projeções de população residente 2015-2080. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2017.
- Conta Satélite do Turismo da RAM 2015. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2018.
- Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira 2016. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2018.
- Série Retrospectiva dos Transportes na RAM 1976-2017. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2018.
- Série Retrospectiva das Estatísticas do Turismo na RAM 1976-2017. Direção Regional de Estatística da Madeira. Funchal, 2018.
- Recenseamento Agrícola 2009 - Região Autónoma da Madeira. Direção Regional de Estatística. Funchal, 2011.
- Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI - INE, 2011)

3 CARACTERIZAÇÃO EVOLUTIVA DO CONCELHO

3.1 ENQUADRAMENTO REGIONAL

O concelho de Santa Cruz é um dos 11 concelhos da Região Autónoma da Madeira e localiza-se na costa sudeste da Ilha da Madeira. É limitado a norte pelo concelho de Machico e a oeste pelo concelho do Funchal. Tem uma área de 81,50 km² e é constituído pelas freguesias de Santa Cruz, Gaula, Caniço, Camacha e Santo da Serra (Figura 1).

Segundo os Censos 2011, a maior densidade populacional na RAM verifica-se no concelho do Funchal, com 1 469,6 hab/km², seguido de Câmara de Lobos (684,0 hab/km²) e de Santa Cruz (527,7 hab/km²). São Vicente (72,6 hab/km²) e Porto Moniz (32,7 hab/km²) surgem com os valores mais baixos.

O concelho do Funchal é o mais numeroso com 111 892 habitantes, seguido do concelho de Santa Cruz com 43 005 habitantes e de Câmara de Lobos com 35 666 habitantes. Em 2001 o concelho de Santa Cruz ocupava o terceiro lugar em número de habitantes na RAM, mas o crescimento de 44,7% entre os dois períodos censitários posicionou-o em segundo lugar (Quadro 1).

Quadro 1 - População residente na Região Autónoma da Madeira (2001-2011)

Região/Concelho/Freguesia	População		
	2001	2011	Varição 2001-2011 (%)
Região Autónoma da Madeira	245 011	267 785	9,3
Calheta	11 946	11 521	-3,6
Câmara de Lobos	34 614	35 666	3,0
Funchal	103 961	111 892	7,6
Machico	21 747	21 828	0,4
Ponta do Sol	8 125	8 862	9,1
Porto Moniz	2 927	2 711	-7,4
Ribeira Brava	12 494	13 375	7,1
Santa Cruz	29 721	43 005	44,7
Santana	8 804	7 719	-12,3
São Vicente	6 198	5 723	-7,7
Porto Santo	4 474	5 483	22,6

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE. Consulta em 5 de Junho de 2019

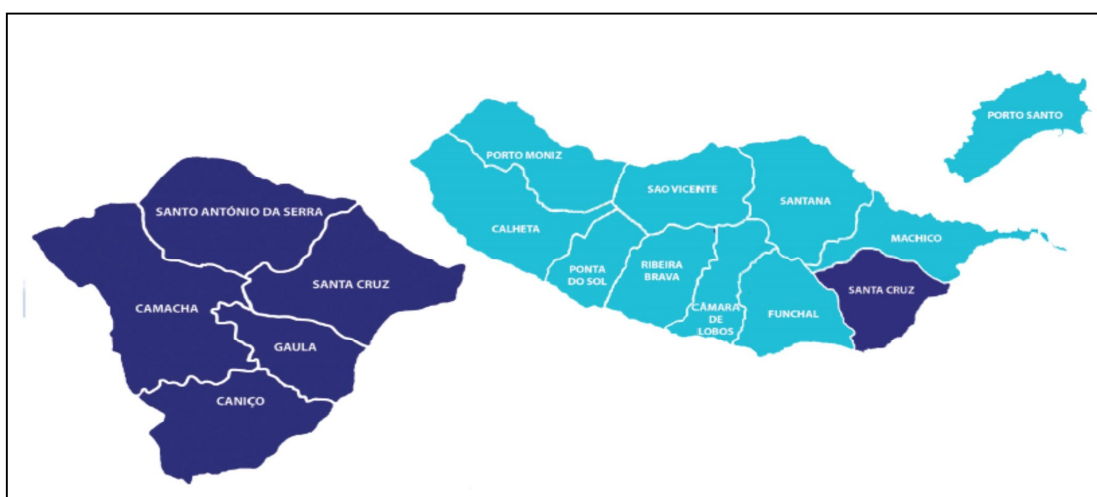


Figura 1 - Enquadramento regional dos concelhos da RAM e freguesias do concelho de Santa Cruz

Fonte: CMSC, 2019

3.2 POPULAÇÃO

Na última década o concelho de Santa Cruz registou um crescimento demográfico significativo, passando de 29 721 habitantes em 2001 para 43 005 habitantes em 2011, correspondendo a um acréscimo de 44,7%. A população do concelho de Santa Cruz corresponde a cerca de 16,1% da população da RAM.

No mesmo período, apenas as freguesias de Camacha e Santo António da Serra registaram decréscimos populacionais, de 6,8% e 4,7%, respetivamente.

A freguesia de Caniço mais do que duplicou de população, com um crescimento populacional de 101,7%. A freguesia de Gaula também registou um crescimento populacional expressivo, de 30,3% (Quadro 2).

Em resultado da dinâmica demográfica na última década, a densidade populacional concelhia aumentou 19,8%, correspondendo em 2011 a 527,7 hab/km².

Nas freguesias a densidade populacional em 2011 situava-se entre 63,4 hab/km² em Santo António da Serra e 1949,0 hab/km² no Caniço. Neste contexto geográfico destaca-se a diminuição expressiva da densidade populacional na última década na freguesia de Santa Cruz e o aumento muito significativo da densidade populacional na freguesia do Caniço, que se situou em 101,6%. A freguesia de Santo António da Serra, segundo a Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU 2014), é classificada como Área Predominantemente Rural.

Quadro 2 - População residente e densidade populacional no concelho de Santa Cruz (2001-2011)

Região Concelho Freguesia	População			Densidade populacional (Hab/km²)			TIPAU 2014
	2001	2011	Variação 2001- 2011 (%)	2001	2011	Variação 2001- 2011 (%)	
Região Autónoma da Madeira	245 011	267 785	9,3	312,2	334,3	7,1	-
Santa Cruz	29 721	43 005	44,7	440,5	527,7	19,8	-
Camacha	7 991	7 449	-6,8	401,1	376,8	-6,1	APU
Canico	11 586	23 368	101,7	966,9	1949,0	101,6	APU
Gaula	3 092	4 028	30,3	443,8	579,8	30,6	APU
Santa Cruz	6 070	7 224	19,0	440,3	257,6	-41,5	APU
Santo António da Serra	982	936	-4,7	66,3	63,4	-4,3	APR

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE. Consulta em 5 de Junho de 2019

APU-Área Predominantemente Urbana; APR- Área Predominantemente Rural

3.3 ESTRUTURA ETÁRIA

A estrutura etária da população e a sua evolução na última década revela um crescimento da população no concelho e na maior parte das freguesias.

O escalão etário dos jovens (com idade igual ou inferior a 14 anos) apresenta valores nas freguesias entre 15% em Santo António da Serra e 20,6% no Canico. No concelho o valor é de 18,7%. Estes valores, à exceção de Santo António da Serra, são superiores aos valores da

população idosa, o que constitui um fator demográfico positivo relativamente ao índice de envelhecimento.

A variação entre 2001 e 2011 no escalão dos jovens revela um rejuvenescimento significativo ao nível concelhio (35,6%). O mesmo sucede relativamente às freguesias, particularmente no Caniço (105%) e Gaula (39,4%), onde o rejuvenescimento foi muito significativo. Na freguesia de Santa Cruz o rejuvenescimento da população tem uma expressão pouco significativa, de cerca de 4,1%.

Nas freguesias de Camacha e Santo António da Serra assinala-se uma variação negativa expressiva, de cerca de -32,4% e -20%, respetivamente.

A percentagem de idosos nas freguesias, com valores entre 6,7% em Caniço e 18,1% em Santo António da Serra, é reduzida. O aumento verificado na última década no escalão etário dos idosos nas freguesias tem maior expressão na freguesia de Caniço (55,4%), não obstante corresponder à freguesia com menor percentagem de idosos. Ao elevado crescimento populacional na freguesia do Caniço (101,7%) corresponde-lhe também a maior variação na última década nos idosos (55,4%).

Por outro lado, a freguesia de Santo António da Serra foi a que registou o menor crescimento de idosos (3,7%).

Quadro 3 - Estrutura etária da população residente segundo os grandes grupos etários em 2011 e variação 2001-2011

Região Concelho Freguesia	Total	Grandes grupos etários (anos)				Variação 2001-2011				
		0-14 (%)	15-24 (%)	25-64 (%)	>=65 (%)	Total (%)	0-14 (%)	15-24 (%)	25-64 (%)	>=65 (%)
Região Autónoma da Madeira	267 785	16,4	12,4	56,3	14,9	9,3	-6,2	-14,9	20,0	18,8
Santa Cruz	43 005	18,7	11,4	59,9	10,1	44,7	35,6	8,8	61,5	28,9
Camacha	7 449	15,9	15,0	56,8	12,3	-6,8	-32,4	-22,1	5,7	14,5
Caniço	23 368	20,6	10,2	62,5	6,7	101,7	105,0	56,6	117,7	55,4
Gaula	4 028	18,4	10,4	56,0	15,1	30,3	39,4	-9,3	41,7	20,8
Santa Cruz	7 224	16,2	11,7	57,4	14,8	19,0	4,1	-10,3	32,6	21,0
Santo António da Serra	936	15,0	13,2	53,7	18,1	-4,7	-20,0	-6,1	-1,8	3,7

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE. Consulta em 5 de Junho de 2019

A população em idade ativa no escalão 15-24 e 25-64 anos registou uma variação positiva significativa ao nível concelhio, com 8,8% e 61,5%, respetivamente. Nas freguesias destaca-se a variação positiva em todas as freguesias, particularmente muito elevada no Caniço (117,7%) e também em Gaula (41,7%), no escalão 25-64 (Quadro 3).

Relativamente aos índices de envelhecimento e de dependência da população (Quadro 4), observa-se que o concelho de Santa Cruz apresenta uma situação muito mais favorável que a média da RAM. Ao nível das freguesias, apenas Santa Cruz e Santo António da Serra apresentam valores superiores à média da RAM. Destaca-se o valor reduzido deste índice na freguesia de Caniço, relacionado com a pequena proporção de população com 65 e mais anos. A Figura 2 ilustra o referido índice de envelhecimento.

Quadro 4 - Índices de envelhecimento e de dependência da população 2011

Região Concelho Freguesia	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência total
	N.º	N.º	N.º	N.º
Região Autónoma da Madeira	90,7	21,7	23,9	45,6
Santa Cruz	53,9	14,1	26,3	40,4
Camacha	77,2	17,1	22,2	39,3
Canico	32,7	9,2	28,3	37,5
Gaula	82,1	22,8	27,8	50,6
Santa Cruz	91,4	21,4	23,4	44,8
Santo António da Serra	120,7	27,0	22,3	49,3

Fonte: Censos 2011, INE. Consulta em 5 de Junho de 2019

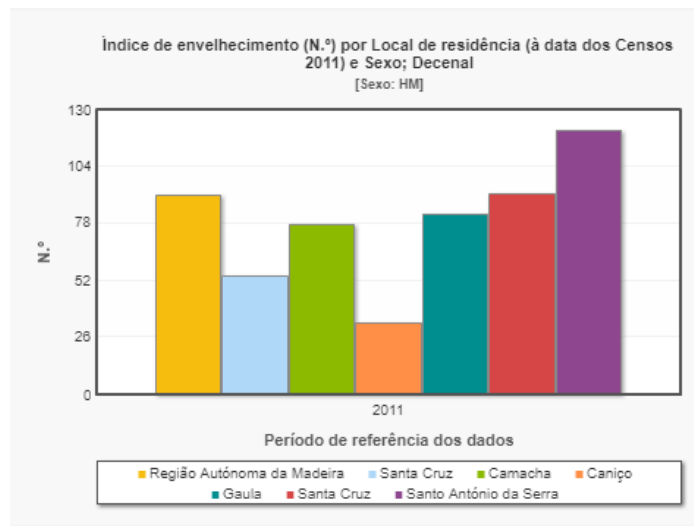


Figura 2 - Índice de envelhecimento da população 2011

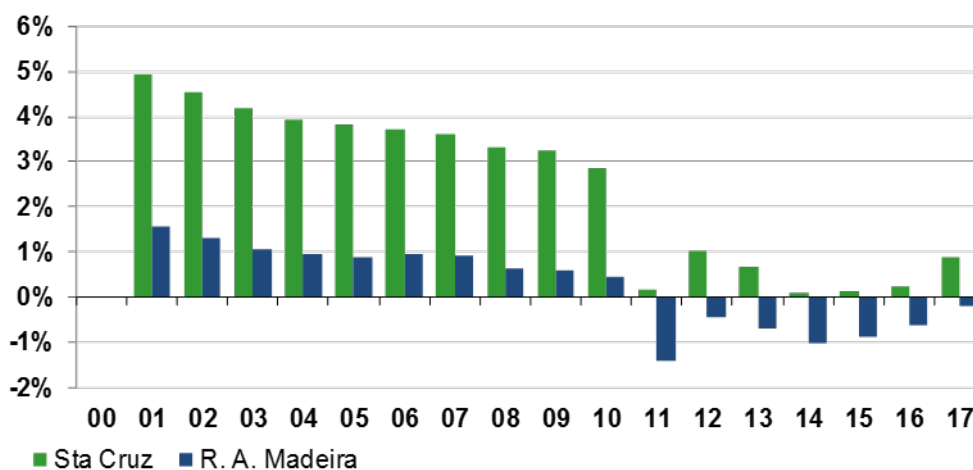
Fonte: Censos 2011, INE. Consulta em 5 de Junho de 2019

3.4 DEMOGRAFIA

Na década de 90, principalmente com as transformações nas acessibilidades, inicia-se um desenvolvimento assinalável na Região Autónoma da Madeira. Passados 35 anos e já em 2017 (Quadro 5), em termos territoriais e de distribuição demográfica, o concelho do Funchal agrega 41,1% da população do Arquipélago, não obstante a diminuição do seu número de habitantes, de 114.901 em 1991 para 109.990 em 2011 e para 104.442 estimados em 2017, correspondente a um decréscimo médio anual de -0,4% nos últimos 26 anos.

Quadro 5 - Variação anual da população – Sta. Cruz VS R.A Madeira (2007-2017)

Variação anual da população - Sta. Cruz Vs R.A Madeira
 (%; 2007-17)

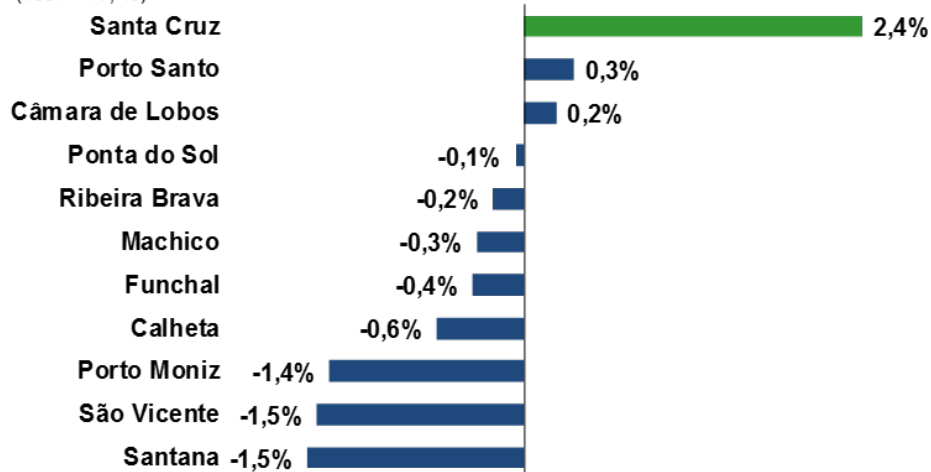


De 1991 a 2017 (Quadro 6), todos os concelhos madeirenses perderam população, com exceção de Santa Cruz (+20.326 habitantes), Câmara de Lobos (+1.906 habitantes) e Porto Santo (+445 habitantes).

Quadro 6 - Taxa de Crescimento média anual da população residente (1991-2017)

Taxa de crescimento média anual da população residente

(1991 - 17; %)

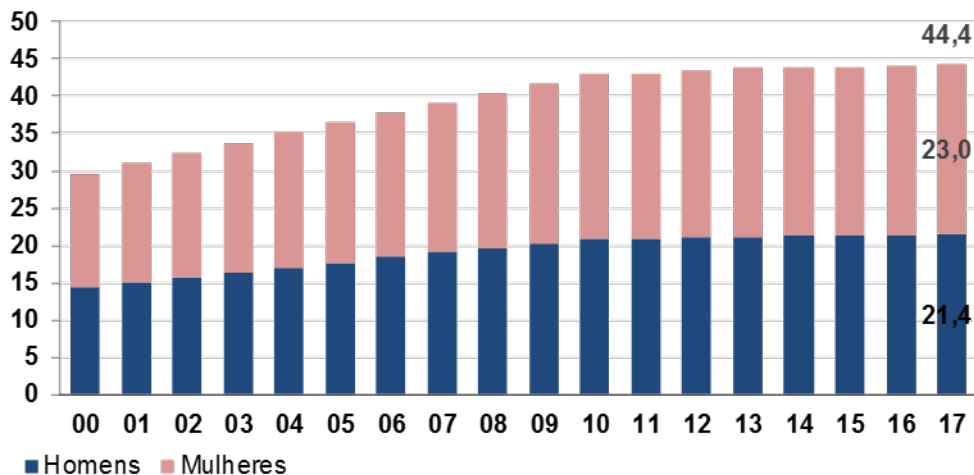


Neste período, Santa Cruz registou um aumento de volume populacional de 84% (Quadro 6), que se traduziu num aumento populacional, dos 24.091 indivíduos residentes em 1991 para um total de 44.417 habitantes estimados em 2017 (dos quais 21,4 mil do género masculino e 23,0 mil do género feminino) (Quadro 7), correspondendo a um crescimento anual médio de +2,4% ao longo dos últimos 26 anos, muito acima de qualquer outro concelho da Região Autónoma da Madeira.

Quadro 7 - Estimativa população residente – Santa Cruz (2000-2017)

Estimativas população residente - Santa Cruz

(Milhares; 2000-17)



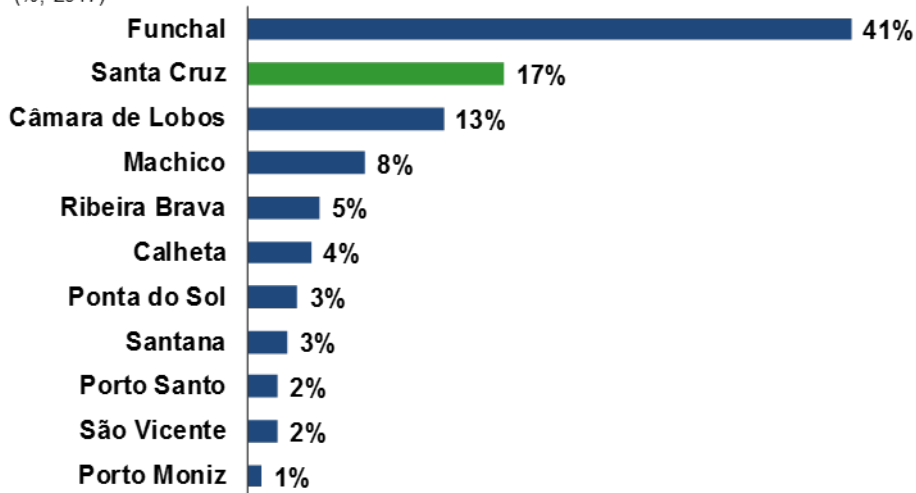
Devido a este acréscimo, o concelho de Santa Cruz já ultrapassou o município de Câmara de Lobos (Quadro 8) como o segundo concelho mais populoso do Arquipélago, com um peso de 17% no total regional, acima dos 13% de Câmara de Lobos verificados em 2017.

Podemos, pois, considerar que dos três concelhos com maior volume populacional, respetivamente, Funchal, Santa Cruz e Câmara de Lobos, apenas Santa Cruz aumentou (e de forma significativa) a sua importância relativa, porquanto os concelhos do Funchal e de Câmara de Lobos têm vindo a gradualmente a estabilizar e/ ou perder população, em especial desde 2011.

Quadro 8 - Contributo populacional na Região Autónoma da Madeira (2017)

Contributo populacional na Região Autónoma da Madeira

(%, 2017)



Cerca de 72% da população madeirense reside nestes três concelhos, consequência da construção de novos eixos rodoviários, que propiciou o povoamento em torno do Funchal, concretamente nos concelhos vizinhos, distribuindo-se os restantes 28% pelos outros oito concelhos, com volumes populacionais reduzidos e registo de diminuição entre os recenseamentos de 1991 e 2001 e a mais recente projeção populacional de 2017. As suas importâncias relativas são diminutas face ao total regional, variando entre os 1% do Porto Moniz e os 8% de Machico.

Os ritmos de crescimento, avaliados pela Taxa de Crescimento Anual Médio entre 1991 e 2017 mostram as disparidades de crescimento entre os concelhos., tendo Santa Cruz um registo de aumento de mais 20.300 efetivos, pelo que apresenta o maior crescimento populacional do Arquipélago.

Podemos então concluir que, nos últimos 26 anos, a tendência de decréscimo populacional foi notória em todos os concelhos madeirenses, à exceção de Santa Cruz, com aumento populacional muito significativo e estabilização/ crescimento muito ligeiro nos concelhos de Câmara de Lobos e Porto Santo.

Relativamente ao número de habitantes por Km², a Madeira apresenta situações muito diversas, cujos casos extremos se verificam no Funchal e em Porto Moniz, com valores de 1.372 e **29 habitantes por Km²**, respetivamente, projetados em 2017. Da observação dos dados dos recenseamentos, constata-se que o Funchal, Câmara de Lobos e Santa Cruz, além de serem os concelhos mais densamente povoados, simultaneamente apresentam maior volume populacional por unidade espacial.

No entanto, as densidades populacionais entre concelhos registam valores muito diferentes. As oscilações entre os 200 e os 600 habitantes por Km² permitem concluir que a diversidade de volumes populacionais não resultou exclusivamente das diferentes dimensões concelhias, mas de ritmos de crescimento desiguais, que permitiram maiores e menores concentrações populacionais.

Aos traços de desigualdade e de concentração populacional descritos, acresce a ideia da existência de uma permanência, visível quer na importância relativa, quer na densidade de todos os concelhos madeirenses. Funchal, Câmara de Lobos e Santa Cruz, os concelhos de maior volume e densidade, mantiveram estas posições no período dos dois últimos recenseamentos, com especial menção para o significativo aumento deste último concelho, que aumentou dos 296 habitantes por Km² em 1991 para os 529 registados no último censo de 2011 e estimados 545 para 2017.

Para além da evidente diversidade, a tendência à concentração consubstanciou-se na formação de dois grupos, sendo o primeiro constituído pelo Funchal e os concelhos limítrofes, Santa Cruz e Câmara de Lobos, situados na vertente sul, com uma temperatura amena e fraca pluviosidade durante todos os meses do ano. Os restantes concelhos enquadram-se no grupo dos menos populosos e, em termos geográficos, encontram-se mais afastados da capital do Arquipélago.

Contudo, este fenómeno não é específico desta década, uma vez que, na análise concelhia dos volumes populacionais da Madeira entre 1864 e 1991, foi já constatado o peso determinante da costa sul da Ilha da Madeira relativamente à costa norte, tendência que continua a manter-se e a acentuar-se.

Assim, embora a importância de alguns concelhos da costa sul tenha diminuído ao longo da última década (nomeadamente, Funchal, Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava), o acréscimo verificado nos restantes concelhos desta vertente permitiram que esta área geográfica continuasse a aumentar a sua importância. Deste modo, na atualidade (2017), é na costa sul da Ilha da Madeira que reside cerca de 92% da população madeirense.

No entanto, convém salientar que, mesmo à escala local, muitas situações idênticas do ponto de vista das respetivas intensidades populacionais se revestem de características sociais inteiramente diferentes, significando que "a densidade de ocupação do solo só adquire significado quando comparada com o espaço concreto em que se insere, em relação com a estrutura socioprofissional o seu modo e o seu nível de vida[...]" (Dollfus, Ollivier).

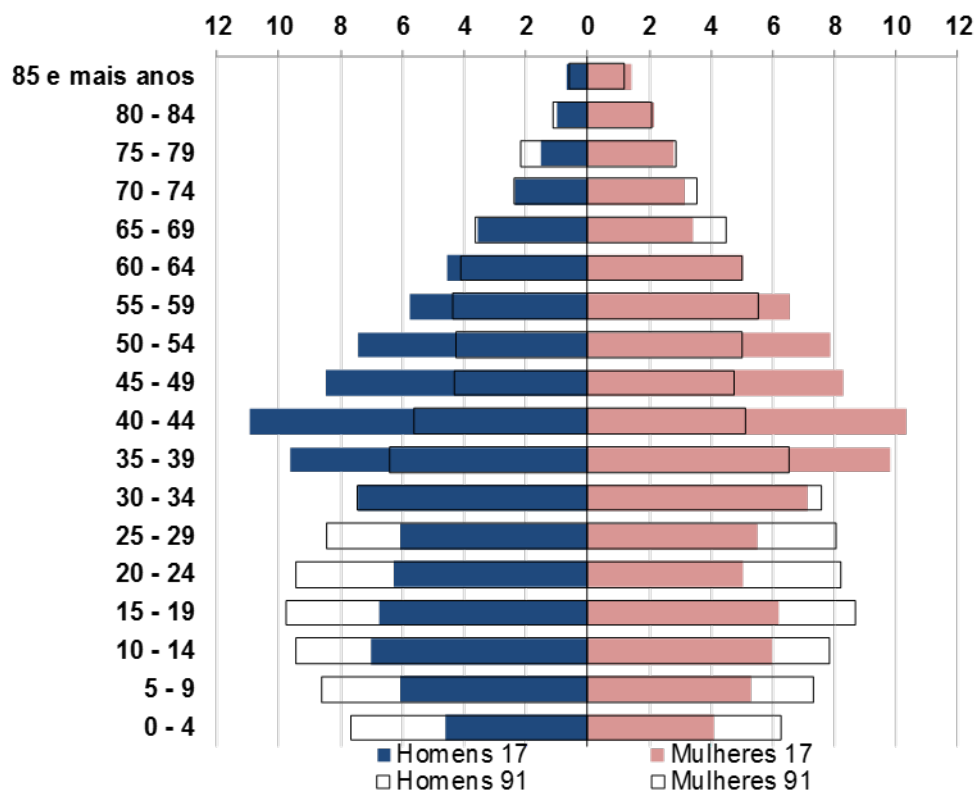
O PDM de 2004 fazia uma previsão de crescimento para todas as freguesias do Concelho de Santa Cruz, confirmando-se desta forma o cenário de evolução populacional apresentado no Plano.

Outros fatores importantes e relacionados com o crescimento urbanístico e procura dos diversos tipos de habitação são a estrutura familiar e a composição etária dos membros da família.

Quadro 9 - Variação da pirâmide etária – Sta. Cruz (1991-2017)

Variação da pirâmide etária - Sta. Cruz

(%; 1991 Vs 2017)

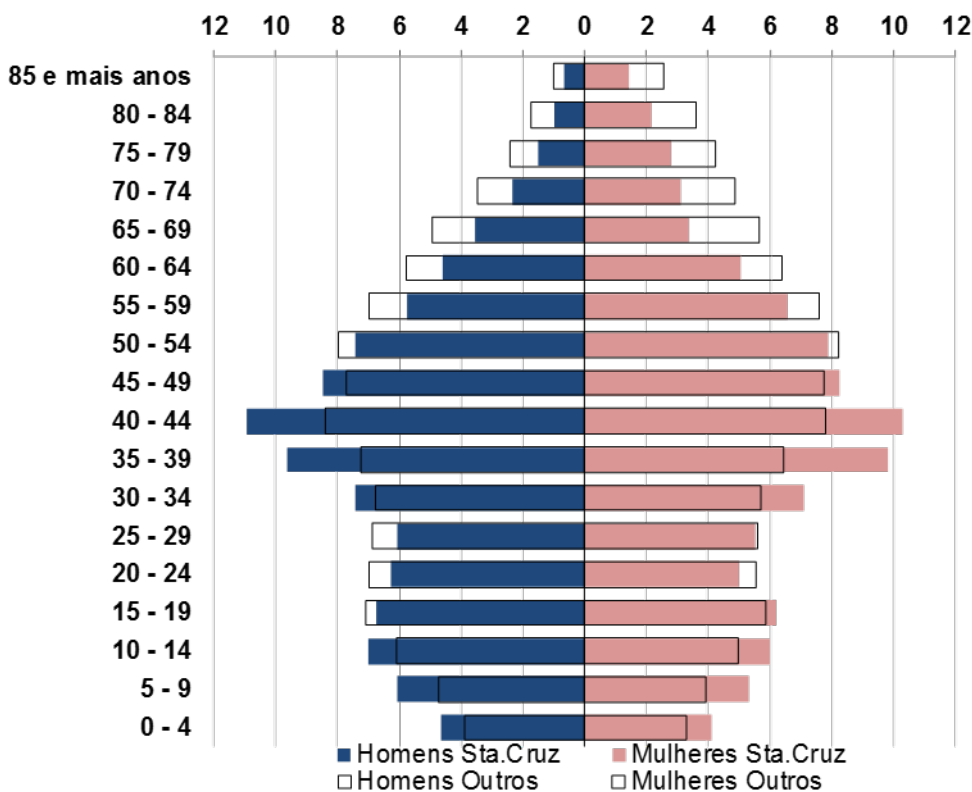


Relativamente à estrutura etária, no Concelho de Santa Cruz as tendências demográficas de envelhecimento populacional registadas no território continental de Portugal, devidas à diminuição de jovens e aumento de população idosa, são relativizadas.

Analisando a pirâmide etária da população de Santa Cruz entre 1991 e 2017 (Quadro 9), verifica-se que ocorreu, tal como na generalidade do país, um estreitamento das faixas etárias mais jovens, com redução do peso relativo dos segmentos entre os 0 e os 29 anos, por contrapartida do aumento do peso relativo das várias faixas etárias compreendidas entre os 35 e os 64 anos.

Quadro 10 - Pirâmide etária – Sta. Cruz VS Outros Concelhos (2017)

Pirâmide etária - Sta. Cruz Vs Outros concelhos
(%; 2017)



No entanto, a comparação da pirâmide etária do concelho de Santa Cruz com os restantes concelhos da Região Autónoma da Madeira (dados de 2017) indica que Santa Cruz mantém maior peso das faixas etárias mais jovens (Quadro 10), (nomeadamente as 3 faixas dos 0 aos 14 e, no caso das mulheres, incluindo a faixa etária seguinte, dos 15 aos 19 anos), mantém maior peso das faixas etárias na meia-idade (nomeadamente as 4 faixas etárias dos 30 aos 49 anos) e tem ainda menor peso relativo de todas as faixas etárias acima dos 50 anos.

Em suma, analisada a estrutura etária, a população residente no concelho de Santa Cruz é relativamente mais jovem que a dos restantes concelhos da Região Autónoma da Madeira, o que pressupõe uma maior recuperação da natalidade, (em parte, por via do fenómeno de fixação de novos casais vindos do Concelho do Funchal e/ ou outros concelhos mais distantes).

No concelho de Santa Cruz, a estrutura familiar tende a ser mais reduzida, sendo a média da família no concelho de 2,6 pessoas.

Segundo os dados da projecção populacional de 2017, a faixa etária com maior predomínio no Concelho de Santa Cruz é a dos 35-44 anos, representando 20% da população residente (cerca de 9.033 residentes), enquanto a dos 0-14 anos caracteriza 16% (cerca de 7.326 residentes). Com 12% encontra-se a faixa etária dos 15-24 anos (cerca de 5.366 residentes), encontrando-se por fim, e com menor representatividade, o grupo etário dos 65 + anos, com 11% (cerca de 4.905 residentes).

Em termos dos grandes grupos etários, entre 1991 e 2017 assistimos a um aumento significativo da classe etária dos 25 aos 64 anos (+14%), registando-se um decréscimo na classe etária dos

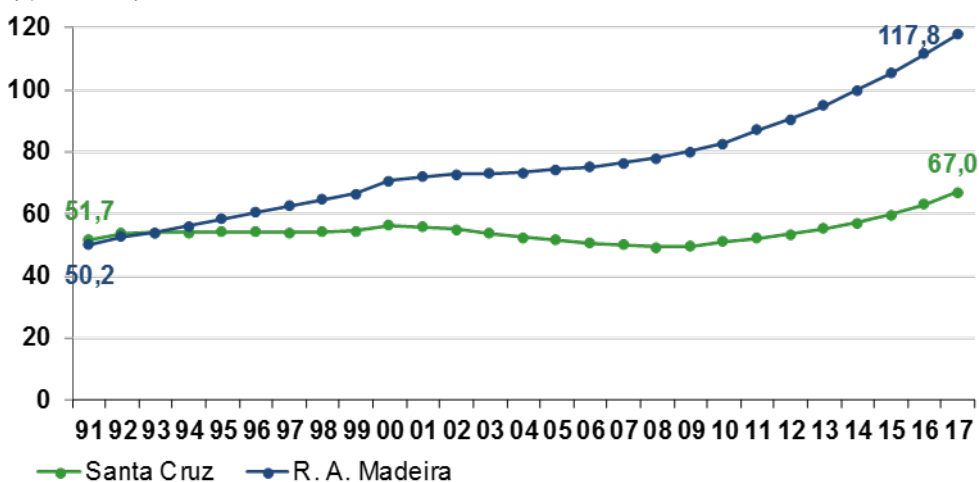
O aos 14 anos (-13%, evidência do já supra referido envelhecimento populacional do concelho de Santa Cruz) e estabilização (-1%) na classe dos 65 ou mais anos. Assim, em 2017, conclui-se que a estrutura etária do Concelho de Santa Cruz apresentava sinais de envelhecimento da população, embora menos significativos que os restantes concelhos da Região Autónoma da Madeira.

Estas conclusões são corroboradas por diversos outros indicadores, tais como o Índice de Envelhecimento, ilustrativamente representado no gráfico infra (Quadro 11), de onde se conclui o aumento do envelhecimento populacional no Município de Santa Cruz, em especial desde 2008 e em aceleração nos anos mais recentes – mas ainda assim a um ritmo inferior à restante população da Região Autónoma da Madeira.

Quadro 11 - Índice de envelhecimento – Sta. Cruz e R. A. Madeira (1991-2017)

Índice de envelhecimento - Sta Cruz e R.A. Madeira

(#, 1991 - 17)



3.5 NÍVEL DE ENSINO

A qualificação da população considerando o nível de escolaridade atingido em 2011, aponta para uma predominância clara de população com nível de ensino do 1º Ciclo, tanto no concelho de Santa Cruz como na RAM. Nas freguesias apenas no Caniço é predominante a população com ensino secundário (Quadro 12).

No Ensino Secundário os valores refletem um equilíbrio de população, com este nível de ensino na maior parte das freguesias, entre 15,3% na Camacha e 22,5% no Caniço. Os valores nas freguesias de Camacha e Santo António da Serra são inferiores ao verificado no concelho e também na RAM (Quadro 12).

A população com ensino superior tem maior representatividade na freguesia de Caniço, com 17,3%, valor que é superior ao observado no concelho e também na RAM.

Nas freguesias de Camacha e Santo António da Serra a população com ensino superior registou valores inferiores, respetivamente, 6,6% e 7,8%.

A percentagem de população sem qualquer nível de ensino tem uma expressão menor do que o verificado na RAM, destacando-se apenas a freguesia de Santo António da Serra com valores superiores às restantes freguesias e também em relação ao concelho e RAM.

Entre 2001 e 2011 a taxa de analfabetismo reduziu-se consideravelmente tanto na RAM como no concelho e freguesias, com reduções entre cerca de 40% na Camacha e 61% no Caniço. A redução é superior à observada na RAM exceto na freguesia da Camacha (Quadro 12), revelando uma maior qualificação da população na última década.

Quadro 12 - População Residente segundo o Nível de Escolaridade atingido (2011) e Taxa de Analfabetismo (2001-2011)

Região Concelho Freguesia	Total	Nível de escolaridade atingido							Taxa de analfabetismo		
		Nenhum	Básico			Secundário	Pós-secundário	Superior	200 1	2011	Variação 2001-2011
			1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo						
	Hab	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	
Região Autónoma da Madeira	267785	9,2	31,4	11,7	15,0	16,0	1,1	12,5	12,7	7,0	-45,0
Santa Cruz	43005	7,8	25,5	11,7	15,9	19,9	1,6	13,7	9,4	4,1	-56,1
Camacha	7449	7,5	34,4	15,9	16,5	15,3	1,1	6,6	9,8	5,9	-39,6
Caniço	23368	7,5	19,1	10,7	16,5	22,5	1,9	17,3	6,4	2,5	-61,3
Gaula	4028	8,2	31,3	11,3	13,7	17,7	1,4	12,7	11,0	5,1	-54,0
Santa Cruz	7224	8,3	32,3	10,7	15,0	18,0	1,4	10,6	12,6	6,2	-51,1
Santo António da Serra	936	11,3	37,1	10,8	13,1	15,4	1,2	7,8	12,7	7,0	-45,0

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE. Consulta em 5 de Junho de 2019

A análise comparativa dos níveis de ensino atingidos entre 2001 e 2011 evidencia um decréscimo de população sem qualquer nível de ensino, com maior expressão em Santo António da Serra (-11,1%). Excluindo esta freguesia, o decréscimo no concelho e restantes freguesias foi ligeiramente inferior ao observado na RAM (Quadro 13).

O crescimento da qualificação da população na última década observa-se sobretudo a partir do 3º ciclo do Ensino Básico, com destaque para o crescimento de população com o Ensino Superior no concelho de Santa Cruz (5,9%), que é superior ao verificado na RAM.

Nas freguesias destaca-se o crescimento verificado no Ensino Superior em Gaula (6,1%), Santa Cruz (5,3%) e Caniço (5,1%), e um pouco menor nas freguesias de Santo António da Serra (3,3%) e Camacha (2,6%).

Quadro 13 - Variação do Nível de Escolaridade atingido (2001-2011)

Região Concelho Freguesia	Total	Nível de escolaridade atingido						
		Nenhum	Básico			Secundário	Pós-secundário	Superior
			1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo			
	Hab	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Região Autónoma da Madeira	267785	-8,2	-4,2	-1,5	3,4	2,0	0,6	4,8
Santa Cruz	43005	-7,2	-8,4	-2,2	3,5	3,2	1,2	5,9
Camacha	7449	-7,6	-2,4	-1,4	2,6	2,4	0,9	2,6
Caniço	23368	-6,2	-7,9	-2,2	4,6	0,9	1,2	5,1
Gaula	4028	-6,2	-9,7	-1,2	2,1	4,2	1,1	6,1
Santa Cruz	7224	-8,1	-6,2	-1,7	2,6	3,4	1,1	5,3
Santo António da Serra	936	-11,1	-3,4	0,0	3,3	3,9	0,7	3,3

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE. Consulta em 5 de Junho de 2019

3.6 HABITAÇÃO

O parque habitacional da RAM (edifícios) registou um crescimento significativo na última década, de cerca de 22,9%.

No concelho de Santa Cruz o crescimento foi superior, de cerca de 34,2%, e nas freguesias urbanas de Caniço e Gaula foi muito superior quer em relação ao concelho quer em relação à média da RAM (Quadro 14).

Quadro 14 - Edifícios, alojamentos familiares e famílias (variação 2001-2011)

Região Concelho Freguesia	Edifícios			Alojamentos			Famílias		
	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)
Região Autónoma da Madeira	74799	91961	22,9	94271	129105	37,0	73619	92823	26,1
Santa Cruz	9279	12450	34,2	11948	20086	68,1	8887	14966	68,4
Camacha	2272	2420	6,5	2453	2751	12,1	2142	2357	10,0
Canico	3136	4677	49,1	5472	11436	109,0	3692	8468	129,4
Gaula	1204	1847	53,4	1259	1880	49,3	931	1338	43,7
Santa Cruz	2272	3058	34,6	2361	3565	51,0	1800	2474	37,4
Santo António da Serra	395	448	13,4	403	454	12,7	322	329	2,2

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE. Consulta em 5 de Junho de 2019

Em relação ao número de alojamentos também ocorreu um crescimento significativo entre 2001 e 2011, sendo que no concelho de Santa Cruz (68,1%) quase que duplicou o crescimento observado na RAM (37%). Nas freguesias destaca-se o elevado crescimento dos alojamentos em Canico (109%) e 51% na freguesia sede do concelho (Santa Cruz). Em Gaula o crescimento também foi significativo, de cerca de 49,3%. Nas freguesias de Camacha e Santo António da Serra o crescimento situou-se entre 12,1% e 12,7%, respetivamente (Quadro 14).

3.7 ACESSIBILIDADES

3.7.1 Rede viária

A acessibilidade e a mobilidade municipal constituem pilares essenciais do desenvolvimento municipal. O concelho de Santa Cruz dispõe de uma rede viária que permite uma ligação rápida e segura entre os concelhos limítrofes, particularmente com o Funchal.

As acessibilidades na RAM registaram nas últimas décadas profundas transformações importantes, aproximando o município, que passou de uma posição periférica na RAM para uma posição de grande proximidade ao Funchal, particularmente a sede do concelho, através da construção das grandes infraestruturas rodoviárias, com destaque para a Via Rápida (VR1) e respetivos nós de ligação locais. Como resultado, as distâncias-tempo foram reduzidas substancialmente, com impactes muito significativos na melhoria da qualidade de vida das populações e no desenvolvimento económico e social.

As Estradas Regionais que asseguram a acessibilidade no concelho de Santa Cruz são:

- ER102(VE5) -Canico - Camacha;
- ER203-Camacha-Camacha;
- ER206-Gaula-Camacha;
- ER215-Camacha-Santo da Serra;

As Estradas Regionais que asseguram a acessibilidade a outros concelhos são:

- ER101(VR1) -Funchal-Santa Cruz-Machico;
- ER103-Funchal-SantaCruz (Camacha)-Santana;
- ER110-SantaCruz (Camacha) -Santana;
- ER202-Santa Cruz (Santo da Serra) - Santana;
- ER204-Funchal-Santa Cruz (Gaula);
- ER205-Funchal- Santa Cruz (Canico);
- ER207- Santa Cruz – Machico – Santa Cruz (Santo da Serra).

A via rápida VR1 é a mais importante rodovia da ilha, servindo vários concelhos. O troço da VR1 Funchal-Santa Cruz-Machico abriu em 2000. O crescimento populacional do concelho foi maior após a abertura da VR1, ou seja, na última década, associando-se este crescimento à existência desta via. Fatores com a disponibilidade de solo a preços muito mais acessíveis do que no centro da cidade, menos poluição atmosférica e sonora e menos trânsito, conjugados com o aumento da mobilidade individual proporcionada pelo uso do carro e pela melhoria das redes viárias, proporcionaram a construção de novas áreas residenciais na periferia, como é o caso do Caniço, em Santa Cruz.

As freguesias de Caniço, Gaula e Santa Cruz, que são atravessadas pela VR1 são as que registaram maior crescimento populacional e do número de edifícios e alojamentos na última década. As freguesias consideradas do interior, Camacha e Santo António da Serra, não são atravessadas pela VR1 e registam crescimentos muito menores daqueles indicadores (Quadro 7).

3.7.2 Transporte rodoviário - modo autocarro

O período de vigência do PDMSC foi caracterizado por um ténue reforço das ligações rodoviárias por modo coletivo (autocarro) do concelho de Santa Cruz, devido à fraca dinâmica demográfica do território do lado nascente. Por outro lado, verificou-se um incremento nas ligações do eixo predominante Santa Cruz - Funchal e nas ligações ao Caniço. Na generalidade, a tendência vai para uma diminuição global do número de passageiros transportados neste modo, justificando-se um aprofundamento desta evolução e do caso particular da rede que serve o Concelho.

O concelho é servido por várias carreiras de transporte coletivo, umas com ligação direta ao Funchal e outras servindo os lugares mais distantes do centro urbano de Santa Cruz pela rede viária regional e municipal. As carreiras de transporte público com ligação ao Funchal são operadas por várias empresas, designadamente:

EACL-Empresa de Autocarros do Caniço

- Carreira nº 2 - Assomada (Portinho) – Funchal: Passagem pelo Centro do Caniço e pelo Centro de Saúde do Caniço;
- Carreira nº 87 - Eiras - Funchal (Via Zona Industrial): Início da viagem junto ao Estabelecimento Prisional do Funchal, com passagem pelo Chão das Eiras;
- Carreira nº 109 - Moinhos – Funchal: Início nas Fontes (Moinhos) e terminus junto à Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço (Vargem);
- Carreira nº 136 Vargem - Funchal (Via Garajau);
- Carreira nº 155 - Ponta da Oliveira - Funchal (Via Expresso/Via Figueirinhas/Via Garajau);
- Carreira nº 157 - Reis Magos - Funchal (Via Garajau).

SAM-Sociedade de Automóveis da Madeira

Na figura 3 apresenta-se a rede de transportes da SAM, salientando-se que todas as carreiras atravessam o concelho de Santa Cruz.

Carreiras - Rede de Transporte SAM

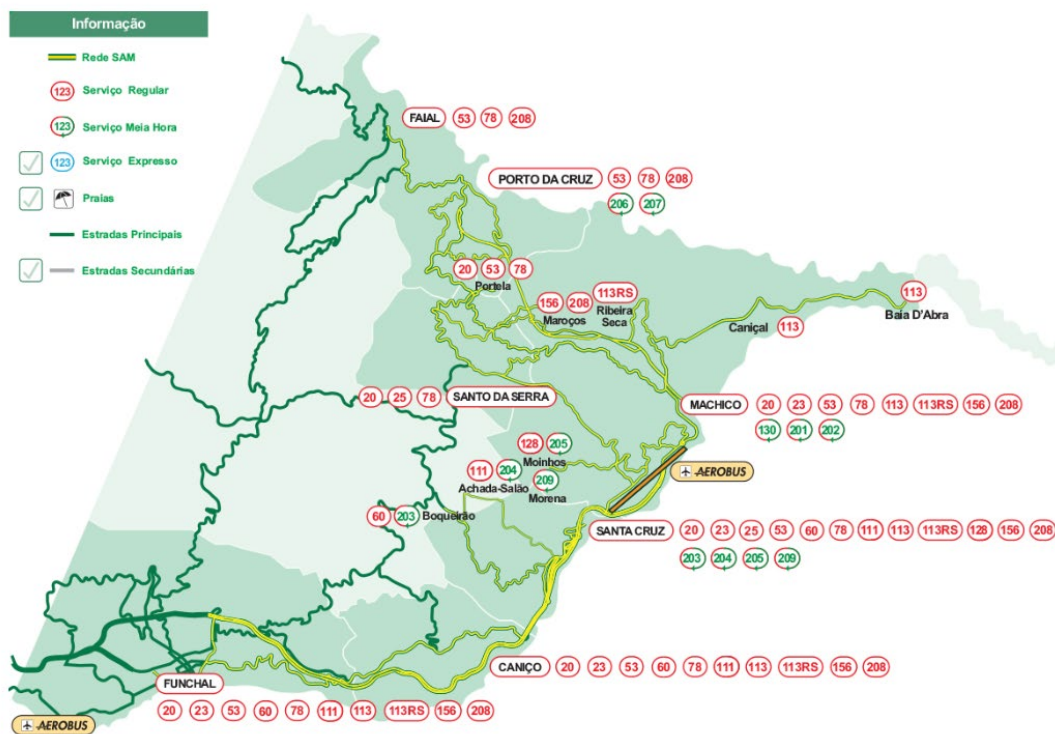


Figura 3 - Rede de Transporte SAM

Horários do Funchal

- Carreira nº 77 - Funchal – Santo da Serra;
- Carreira nº 85 - Funchal – Boqueirão (Via Palheiro Ferreiro);
- Carreira nº 110 - Funchal – Boqueirão (Via Caniço);
- Carreira nº 113 - Camacha – Santa Cruz (Via Gaula);
- Carreira nº 129 - Funchal – Camacha.

3.7.3 Transporte aéreo e marítimo

Além da importância da Rede Viária, destaca-se o importante contributo do Aeroporto da Ilha da Madeira, para o desenvolvimento regional e também concelhio, uma vez que se localiza no município de Santa Cruz. Em 2000 foi inaugurada a ampliação do aeroporto passando a pista a ter 2781 metros de extensão, prolongando-se para o concelho de Machico. A inauguração desta ampliação coincide com a abertura da VR1 entre Funchal - Santa Cruz – Machico.

A melhoria no transporte aéreo foi crucial para a ilha, que tem uma economia dependente do turismo. O número de mercados e de companhias aéreas também tem vindo a aumentar, com impactes muito positivos no turismo, e, portanto, na economia local. A descida de preços das viagens de avião tem impulsionado o aumento do número de viajantes.

Destacam-se também as infraestruturas marítimas como o Porto do Caniçal, que têm também um papel importante no desenvolvimento económico da RAM e do município.

3.7.4 Mobilidade da população

No que diz respeito à mobilidade da população, embora não tenha ainda sido efetuado um estudo aprofundado da mobilidade da população do concelho de Santa Cruz, da análise e comparação dos dados demográficos da estrutura da população residente e da população ativa do Concelho, conclui-se que os principais movimentos são pendulares e ocorrem entre os concelhos de Santa Cruz e do Funchal.

Entendem-se por movimentos pendulares todas as deslocações efetuadas pela população compreendidas entre a sua residência e local de trabalho/estudo, por concelho de origem e destino.

Deste modo, verificou-se que são predominantes os movimentos pendulares externos e que o Concelho do Funchal é o principal destino nas saídas, tendo aumentado o seu domínio face aos restantes destinos para os habitantes do Concelho, com a implementação e melhoria da rede rodoviária.

Por outro lado, verifica-se que os movimentos pendulares internos se mantêm e as principais freguesias de destino são o Caniço e Santa Cruz.

Quanto à repartição modal das deslocações, regista-se a crescente utilização do transporte rodoviário individual, ainda que se verifique um aumento progressivo do modo coletivo rodoviário (autocarro). Segundo dados do INE, série transportes 1976-2017, o parque automóvel de Santa Cruz tinha 25 135 automóveis em finais de 2017 correspondendo a cerca de 17% do parque automóvel da RAM. Entre 2004 e 2017 verificou-se um aumento de cerca de 92% do parque automóvel do município, o maior valor registado na RAM.

Considera-se assim que o Concelho é servido atualmente por uma excelente e eficaz rede viária regional e local, cobrindo cerca de 102 km e 330 km de extensão, respetivamente, sendo servido por várias carreiras de transporte coletivo com ligação ao Funchal e servindo os principais núcleos populacionais.

No caso específico do núcleo urbano de Santa Cruz, a execução das vias circulares, bem como de outras vias municipais, vem fechar uma malha urbana que se desenvolveu sob o impulso das novas acessibilidades regionais. A freguesia do Caniço revela problemas de natureza diversa, com uma rede mal dimensionada, com vias de perfil transversal insuficiente para os mínimos exigíveis à circulação de pessoas e viaturas em segurança.

As novas questões, relativas à gestão da rede rodoviária, estão já a ser estudadas no sentido de identificar os grandes estrangulamentos da rede e as principais carências de estacionamento. Há necessidade de atualizar a classificação e hierarquia da rede viária, bem como de identificar outros pontos de conflito, que não estão contemplados no atual PDMSC.

3.8 EQUIPAMENTOS COLETIVOS

A rede de equipamentos identificados no PDMSC está estruturada em oito setores (ensino, saúde, segurança social, cultura, segurança pública, administração, comércio e serviços, desporto).

A revisão do PDMSC irá aferir e propor o melhoramento para a rede de equipamentos e serviços públicos, conjugando os seus diversos níveis hierárquicos, setores e competências, nomeadamente aqueles que são assegurados pela administração central, municipal e por instituições particulares privadas.

Os equipamentos de utilização coletiva são os elementos chave para a estruturação funcional do sistema urbano, procurando articular lógicas de cooperação entre o âmbito público e o privado.

Segundo a informação contida nos anuários estatísticos regionais, apresentam-se alguns indicadores relativos a equipamentos coletivos de ensino e de saúde do concelho de Santa Cruz.

3.8.1 Equipamentos de ensino e saúde

Quadro 15 - Estabelecimentos de ensino 2004/2005-2017/2018 (ano letivo)

Região Concelho	Pré escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Ensino Superior	
			1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo					
	2004 / 2005	2017 / 2018	2004 / 2005	2017 / 2018	2004 - 2005	2017 / 2018	2004 - 2005	2017 - 2018	2004 - 2005	2017 - 2018	2004 - 2005	2017 - 2018
RAM	167	125	135	96	31	32	32	33	19	26	4	8
Santa Cruz	20	15	13	10	3	3	3	3	2	1	0	0

Fonte: Série retrospectiva das estatísticas da educação 1999/2000 – 2017/2018, INE.

Quadro 16 - Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino 2004/2005-2017/2018 (ano letivo)

Região Concelho	Pré escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Ensino Superior	
			1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo					
	2004 / 2005	2017 / 2018	2004 / 2005	2017 / 2018	2004 - 2005	2017 / 2018	2004 - 2005	2017 - 2018	2004 - 2005	2017 - 2018	2004 - 2005	2017 - 2018
RAM	7746	5581	15878	10668	8246	5908	11288	10238	11764	10776	3202	3207
Santa Cruz	931	347	1579	1269	901	812	1237	1248	x	355	0	0

Fonte: Série retrospectiva das estatísticas da educação 1999/2000 – 2017/2018, INE.

No concelho de Santa Cruz existem 4 Centros de Saúde, repartidos pelas freguesias de Santa Cruz, Camacha, Caniço e Gaula. O município não dispõe de hospital.

Relativamente aos indicadores de saúde (Quadro 17), salienta-se a evolução positiva entre 2002 e 2017 quer do número de médicos quer do número de enfermeiros por 1 000 habitantes.

Quadro 17 - Indicadores de saúde 2002-2017

Região Concelho Freguesia	Enfermeiros por 1000 habitantes		Médicos por 1000 habitantes		Farmácias por 1000 habitantes	
	2002	2017	2002	2017	2002	2017
Região Autónoma da Madeira	6	8,7	2	4,1	0,2	0,3
Santa Cruz	0,3	0,6	2	2,7	0,1	0,2

Fonte: Anuários Estatísticos Regionais (2004, 2017), INE.

3.8.2 Equipamentos sociais

Apresentam-se os principais equipamentos sociais, desportivos e outros, identificados a partir do sítio da Câmara Municipal de Santa Cruz na Internet.

Lares e Centros de Dia

- Lar e Centro de Dia Casa da Sagrada Família e Refúgio São Vicente de Paulo – Gaula
- Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz
- Lar Jardim do Sol / Centro de Dia do Caniço

Centros de Convívio

- Casa do Povo de Santo da Serra
- Centro de Convívio de Santa Cruz

Infância e Juventude

- Fundação Nossa Senhora da Paz – Sociedade Salesiana de São João Bosco – Santa Cruz

3.8.3 Equipamentos Desportivos

- Pavilhão Gimnodesportivo de Santa Cruz
- Pavilhão Gimnodesportivo do Caniço

3.8.4 Outros equipamentos

- Bombeiros Municipais de Santa Cruz
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Cruz
- Policlínica de Santa Cruz
- Casa da Cultura Santa Cruz / Quinta do Revoredo
- Casa do Povo de Santo da Serra
- Casa do Povo da Camacha
- Casa do Povo do Caniço
- Casa do Povo de Gaula
- Casa do Povo de Santa Cruz

3.9 INDICADORES DE AMBIENTE

No quadro 18 apresenta-se a evolução das despesas do município na gestão de resíduos urbanos e na proteção da biodiversidade e na quantidade de resíduos recolhidos. A despesa tem vindo a diminuir substancialmente, quer na gestão de resíduos quer na proteção da biodiversidade.

A quantidade de resíduos recolhidos tem vindo a diminuir, respetivamente 2% e 6% na RAM e em Santa Cruz. A percentagem de resíduos recolhidos seletivamente tem vindo a aumentar cerca de 64% na RAM e 36% no município de Santa Cruz.

Quadro 18 - Indicadores de ambiente por município, 2010-2017

Região Concelho	Despesas dos municípios por 1 000 habitantes (€)				Resíduos urbanos recolhidos por habitante		Resíduos urbanos recolhidos seletivamente	
	Gestão de resíduos		Proteção da biodiversidade		(kg)		(%)	
	2010	2017	2010	2017	2011	2016	2011	2016
RAM	79 866	49121	31708	26155	474	464	14	23
Santa Cruz	56 924	44888	40298	28558	376	352	11	15

Fonte: Anuários Estatísticos Regionais (2010, 2017), INE.

Nos Quadros 19 e 20 apresentam-se alguns indicadores de abastecimento e tratamento de água, comparando-se a situação em 2003 e em 2016.

Em 2003 a população servida por sistemas de abastecimento de água no município de Santa Cruz atingia o valor de 95% e por sistemas de drenagem de águas residuais cerca de 70%. A taxa de tratamento de águas residuais em 2003 já era de 100%.

A análise comparativa evidencia uma evolução favorável destes indicadores até 2016 referentes a população servida por sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais no concelho e na RAM, alguns mais favoráveis no concelho comparativamente à média da RAM.

Segundo a Base de Dados Pordata (consultada em maio de 2019), praticamente toda a população do município encontra-se servida por sistemas públicos de abastecimento de água, situação que se mantém desde 2011. Na RAM este indicador apresentava cerca de 99% de população servida em 2011 e em 2017 toda a população encontrava-se servida.

Quadro 19 - Indicadores de ambiente por concelho, 2003

	População servida por			Consumo de água residencial e dos serviços por habitante	Taxa de tratamento de águas residuais
	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)		
	%			m3	%
Portugal	92,0	73,7	60,6	46	82,3
Continente	91,8	74,9	61,6	45	82,5
R. A. Madeira	98,1	54,9	50,1	81	99,4
Calheta (R.A.M.)	99,9	-	-	33	n.a.
Câmara de Lobos	92,0	50,0	50,0	63	100,0
Funchal	100,0	78,0	78,0	109	100,0
Machico	100,0	50,0	-	76	100,0
Ponta do Sol	100,0	-	-	54	n.a.
Porto Moniz	100,0	21,0	21,0	175	100,0
Ribeira Brava	99,0	-	-	25	n.a.
Santa Cruz	95,0	70,0	70,0	47	100,0
Santana	98,0	-	-	116	n.a.
São Vicente	99,0	-	-	50	n.a.
Porto Santo	100,0	80,0	60,0	97	76,9

Fonte: Anuário Estatístico Regional 2004, INE.

Quadro 20 - Indicadores de ambiente por concelho, 2013-2015 e 2016

	Água distribuída por habitante	Águas residuais drenadas por habitante	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água
	m ³ /hab.		%
	2016 Po		
Portugal	x	x	x
Continente	62,6	70,2	96,2
R. A. Madeira	102,2	55,8	99,3
Calheta	64,6	1,3	99,9
Câmara de Lobos	48,0	45,6	95,7
Funchal	153,9	72,1	100,0
Machico	63,2	72,8	99,4
Ponta do Sol	59,3	13,9	100,0
Porto Moniz	437,3	184,3	100,0
Ribeira Brava	61,5	25,5	99,3
Santa Cruz	54,8	44,9	99,9
Santana	72,3	14,9	98,2
São Vicente	83,1	51,3	99,0
Porto Santo	122,7	74,4	100,0

Fonte: Anuário Estatístico Regional 2017, INE.

X – Informação não disponível

3.10 DINÂMICA ECONÓMICA

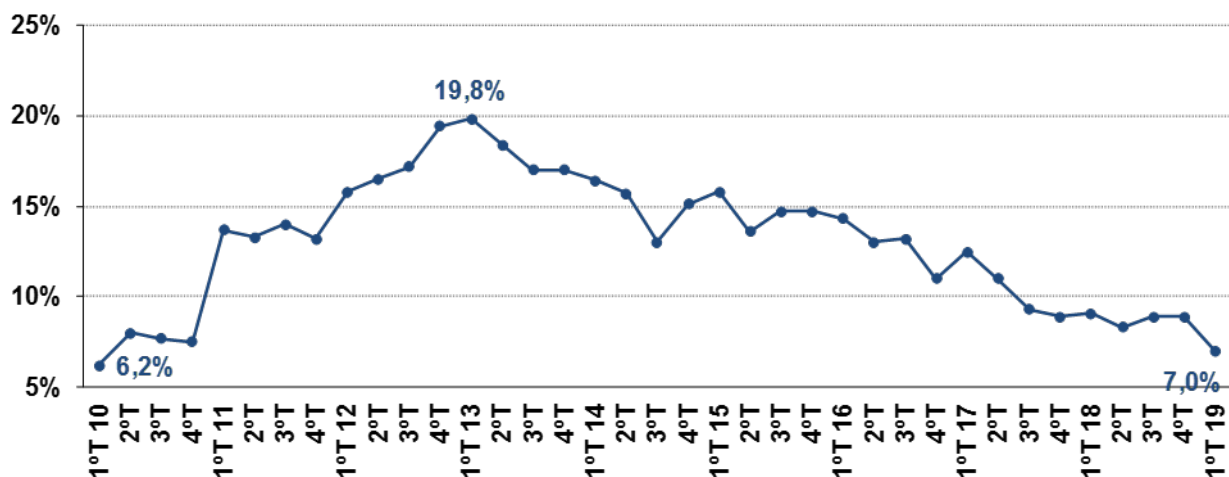
A análise dos vários sectores de atividade económica é indispensável para a criação de cenários de desenvolvimento futuro.

Uma das formas de analisar a dinâmica económica do concelho é a observação da taxa de desemprego e evolução do mercado de trabalho.

Segundo os resultados do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego da RAM (Quadro 21) apurada para o 1.º trimestre de 2019 foi de 7,0%, o que traduz uma redução de 1,9 pontos percentuais face ao trimestre anterior e um decréscimo de 2,1 pontos percentuais face ao trimestre homólogo. É a menor taxa de desemprego registada na Região Autónoma da Madeira desde há quase uma década, tendo sido registados 6,2% no 1.º trimestre de 2010.

Quadro 21 - Taxa trimestral de desemprego na R.A. Madeira (2010-2019)

Taxa trimestral de desemprego na R.A. Madeira
(%; 1.ºT 2010 - 1.ºT 2019)



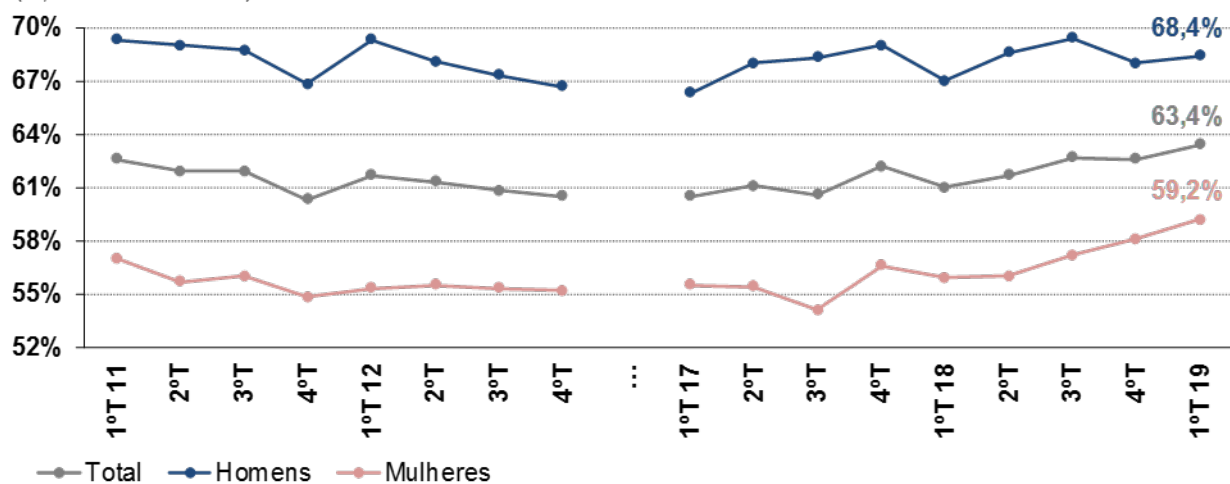
A nível nacional, a taxa de desemprego registada no 1.º trimestre de 2019 foi de 6,8%, que compara com 6,7% registados no trimestre anterior e assinala o primeiro aumento do desemprego, a nível nacional, desde há 3 anos.

Ainda em Março de 2019, a taxa de desemprego (com ajustamento sazonal) foi de 6,9% na UE27 e de 7,7% na zona euro.

A taxa de atividade da população residente na RAM com 15 ou mais anos, no 1.º trimestre de 2019, foi de 63,4%, valor superior ao do trimestre anterior em 0,8 pontos percentuais e significativamente superior ao trimestre homólogo, cerca de 2,4 pontos percentuais (Quadro 22). A taxa de atividade dos homens (68,4%) excedeu a das mulheres (59,2%) em 9,2 pontos percentuais. A nível nacional, a taxa de atividade da população, no 1.º trimestre de 2019, foi estimada pelo INE – Instituto Nacional de Estatística em 59,1%.

Quadro 22 - Taxa de actividade na R.A. Madeira (2011-2019)

Taxa de atividade na R.A. Madeira
(%; 1.ºT 2011 - 1.ºT 2019)



De acordo com os últimos dados publicados pela DREM - Direção Regional de Estatística da Madeira, no 1.º trimestre de 2019, a população ativa na RAM, era constituída por 138,9 mil indivíduos (dos quais 68,9 mil do género masculino e 70,0 mil do género feminino), tendo aumentado 4,2% face ao trimestre homólogo (+5,6 mil indivíduos) e crescido 1,2% quando comparada com o trimestre anterior (+1,6 mil indivíduos).

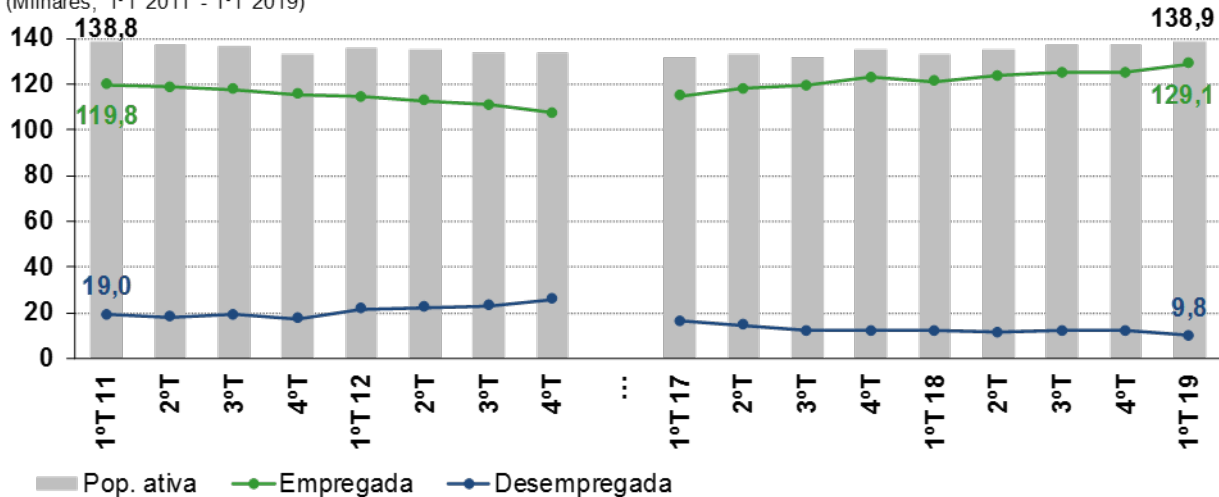
A população empregada atingia 129,1 mil indivíduos no 1.º trimestre de 2019 (Quadro 23), tendo registado um aumento trimestral (ie., face ao trimestre imediatamente anterior) de 3,3%, (sendo o grupo etário "dos 45 aos 64 anos" o que mais contribuiu, com crescimento de +1,4 mil indivíduos e os grupos "dos 25 aos 34 anos" e "dos 35 aos 44 anos" com crescimento de +1,3 mil indivíduos cada um). Em termos homólogos, a população empregada registou um aumento de +6,5% (ie., crescimento de +7,9 mil postos de trabalho ocupados), verificando-se um acréscimo em todos os grupos etários, com exceção do grupo "dos 15 aos 24 anos", que diminui em 0,7 mil indivíduos (-9,9%).

Ainda no mesmo 1.º trimestre de 2019 (Quadro 23), estima-se que se encontravam desempregados, na Região, 9,8 mil indivíduos, -19,7% (-2,4 mil indivíduos) relativamente ao trimestre anterior e -19,0% (-2,3 mil indivíduos) quando comparado com o trimestre homólogo.

Quadro 23 - População ativa, empregada e desempregada na R.A. Madeira (2011-2019)

Pop. ativa, empregada e desempregada na R.A Madeira

(Milhares; 1ºT 2011 - 1ºT 2019)



Relativamente a Portugal, os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 1.º trimestre de 2019 indicam que a população ativa registou 5.233,9 mil indivíduos e aumentou 0,3%, (equivalente a +17,1 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2018, e aumentou 0,03%, (equivalente a +1,8 mil indivíduos), face ao trimestre anterior.

A população empregada, num total de 4.042,6 mil indivíduos no 1.º trimestre de 2019 (Quadro 23), registou um aumento homólogo de +0,8% (+31,4 mil indivíduos) e decréscimo trimestral de -0,4% (-15,6 mil indivíduos empregados).

A população desempregada, estimada em 353,6 mil indivíduos no 1.º trimestre de 2019, registou um decréscimo homólogo de 13,8% (-56,5 mil indivíduos) e um aumento trimestral de +1,3% (+4,5 mil indivíduos desempregados) (Quadro 23).

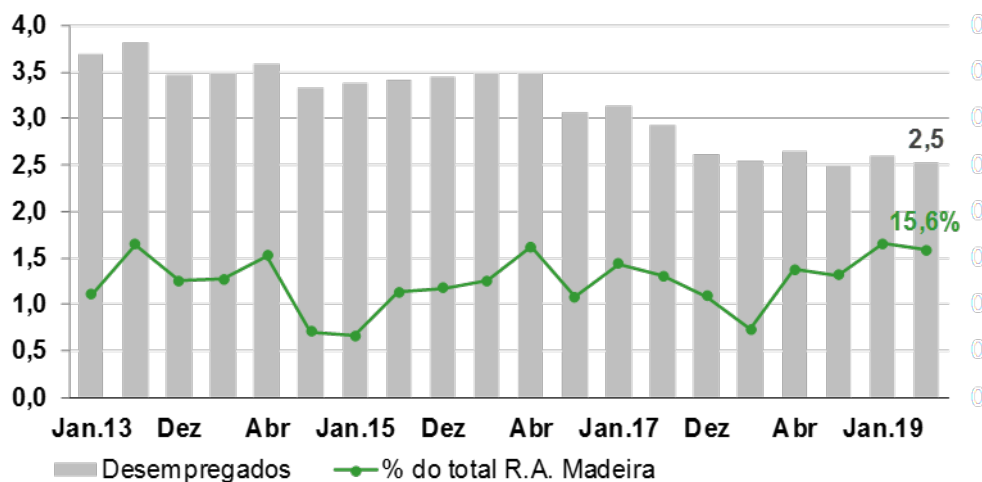
Especificamente relacionado com o concelho de Santa Cruz, o IEM – Instituto de Emprego da Madeira indica, no seu Boletim Mensal, que o número de desempregados registados em Santa Cruz tem vindo a reduzir gradualmente nos últimos anos, em linha com a redução do desemprego a nível regional.

A título ilustrativo, o Boletim referia, em Janeiro de 2019, um total de 3.697 indivíduos desempregados no concelho, que compara com 2.524 em Abril de 2019 (últimos dados disponíveis), evidenciando uma redução de 32% no período em apreço. O desemprego registado Santa Cruz representa 15,6% do total regional (Quadro 24).

Quadro 24 - Desemprego Registrado – Santa Cruz (Jan. 2013- Abr. 2019)

Desemprego registado - Santa Cruz

(Milhares; %; Jan.13 - Abr.19)

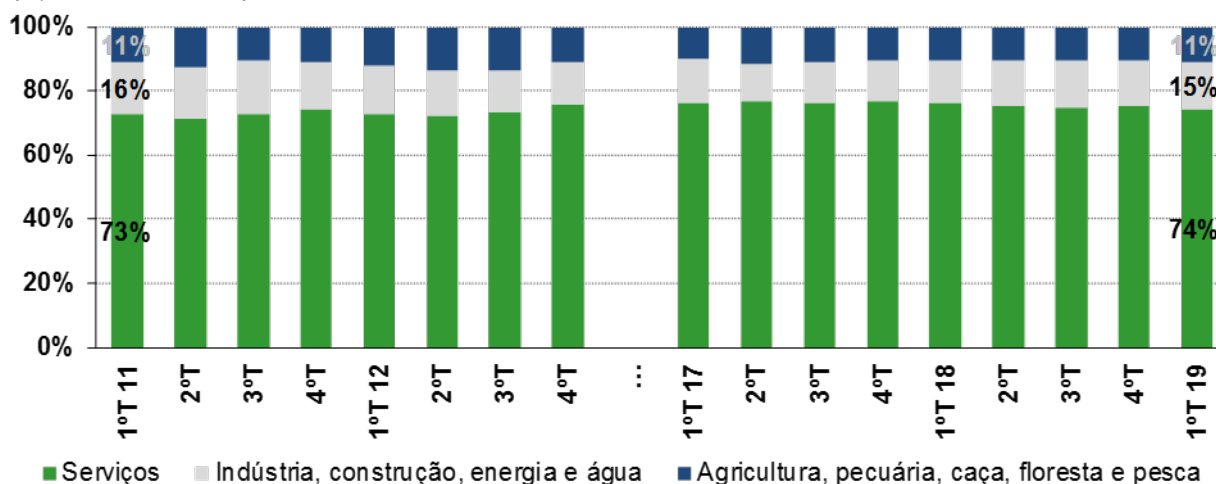


No 1.º trimestre de 2019 em estudo, e no que respeita à distribuição dos ativos empregados pelos sectores de atividade económica, o sector com maior peso é o dos "Serviços" (74,2%, com total de 95,8 indivíduos empregados), seguido da "Indústria, Construção, Energia e Água" (14,9%, com total de 19,2 indivíduos empregados) e da "Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura e Pesca", com 11,0% do total do emprego (e 14,2 mil indivíduos empregados).

Quadro 25 - Emprego por setor, na R.A. Madeira (2011-2019)

Emprego por setor, na R.A.M.

(%; 1ºT 2011 - 1ºT 2019)



Relativamente ao emprego total, dentro de cada sector (Quadros 25 e 26), os ramos com maior peso são:

. "Serviços": 74% (95,8 mil indivíduos)

. "Administração pública e defesa; segurança social; educação; saúde e atividades de apoio social", com 28% (36,0 mil indivíduos);

. "Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração", com 26% (33,2 mil indivíduos);

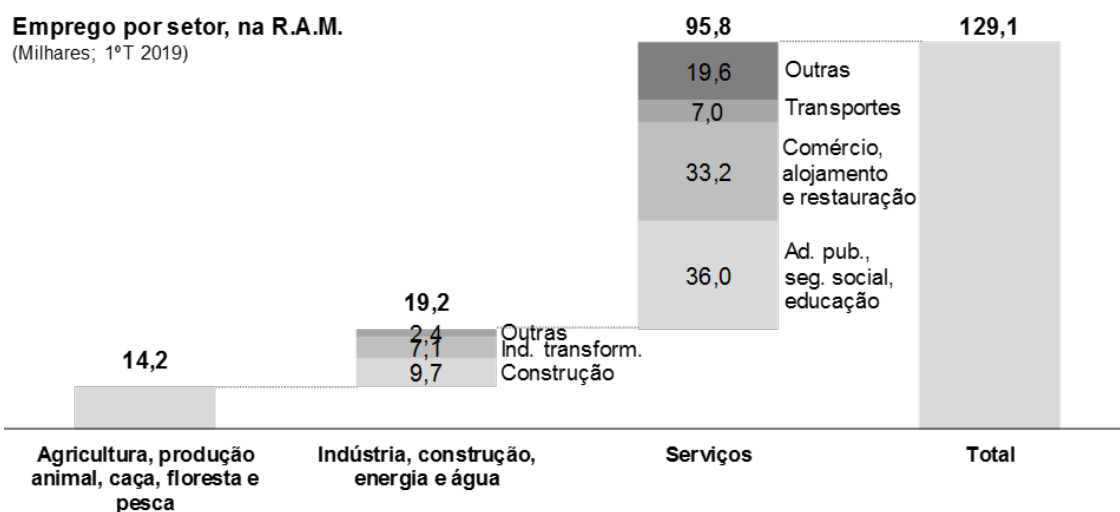
. “Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação”, com 5% (7,0 mil indivíduos);

. “Indústria, construção, energia e água”: 15% (19,2 mil indivíduos)

. “Construção”, com 8% (9,7 mil indivíduos);

. “Indústria transformadora”, com 5% (7,1 mil indivíduos).

Quadro 26 - Emprego por setor, na R.A. Madeira (1ºT, 2019)



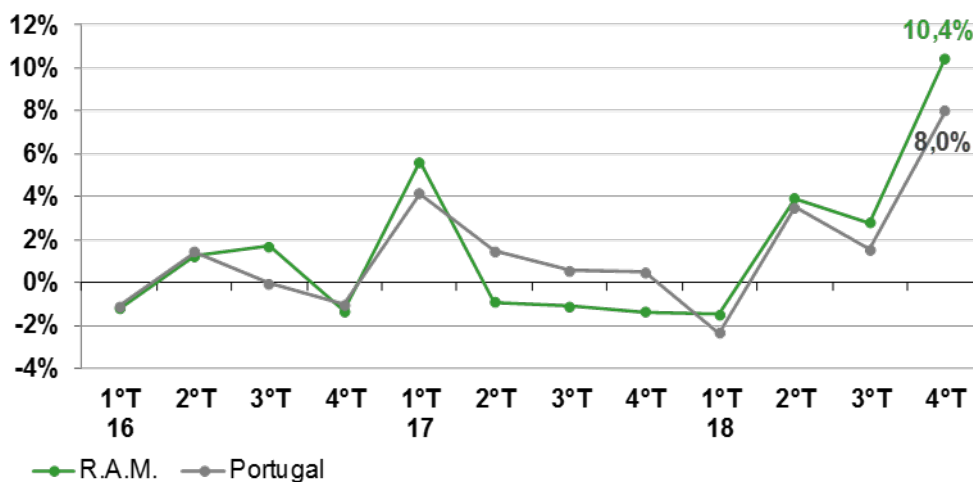
No 4.º trimestre de 2018 (últimos dados disponíveis), o Índice de Custo do Trabalho (ICT) na Região Autónoma da Madeira, excluindo a Administração Pública e corrigido pelos dias úteis, aumentou 10,4% face ao mesmo período do ano anterior (Quadro 27).

No mesmo período, a nível nacional, foi registado incremento do Índice de Custo do Trabalho de magnitude similar, embora ligeiramente inferior (+8,0%).

Quadro 27 - Variação Homóloga do custo de trabalho (2016-2018)

Variação homóloga do custo do trabalho

(%; 1ºT 2016 - 4ºT 2018)

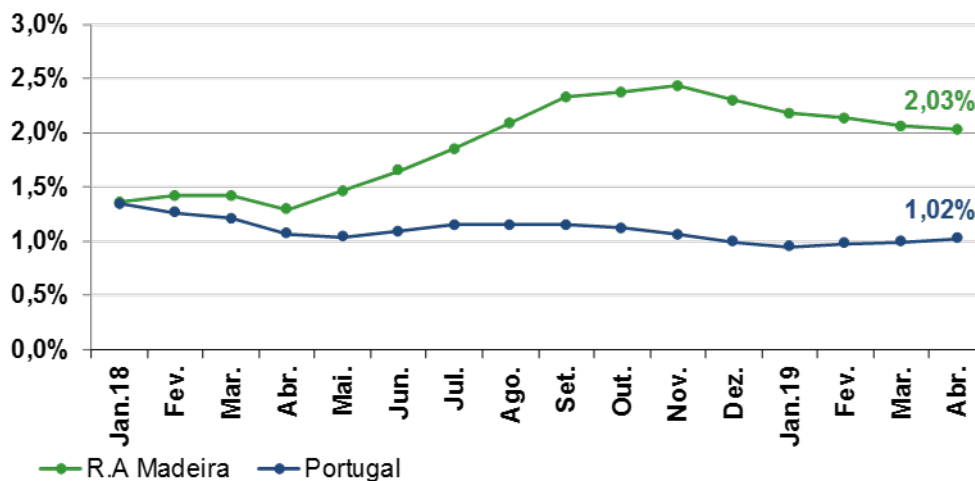


Em Abril de 2019, a variação média registada pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) nos últimos doze meses - total geral - foi de 2,03%, valor inferior em -0,27 pontos percentuais ao registado em Dezembro de 2018 (2,30%). Para Portugal, e em Abril de 2019, o valor desta taxa foi de 1,02%.

Quadro 28 - Variação média do IPC em 12 meses (2018 - Abr. 2019)

Variação média do IPC em 12 meses

(%, 2018 - Abr. 19)



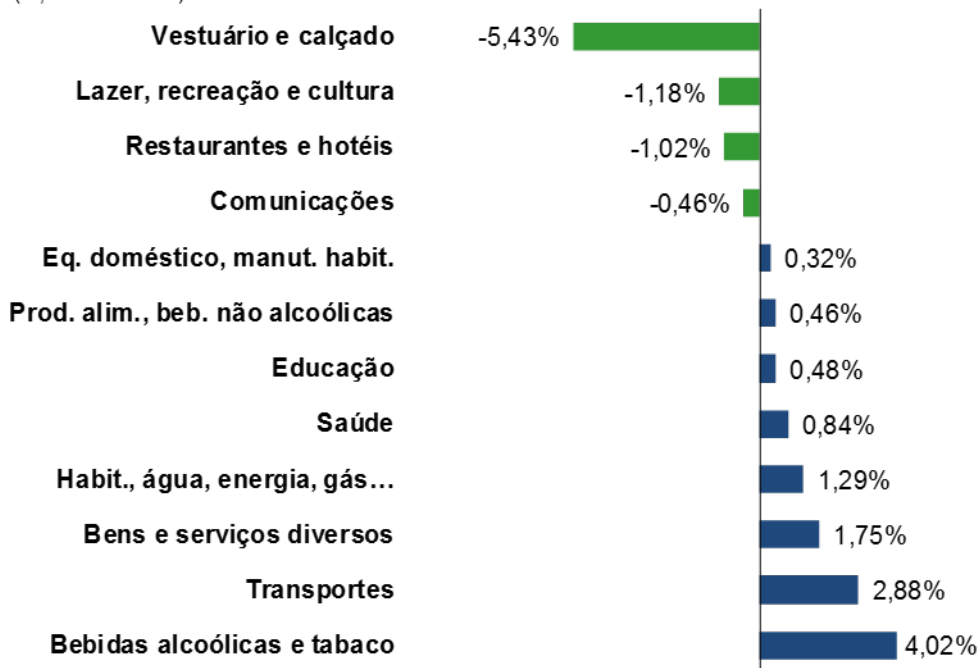
A taxa de variação homóloga, ou seja, o aumento de preços em relação ao mesmo mês do ano anterior (Abril de 2019 face a Abril de 2018) foi de 0,59%, valor inferior em -0,16 pontos percentuais ao registado em Dezembro de 2018 (0,75%). Para Portugal, no mês em análise, esta taxa situou-se nos 0,77%. (Quadro 28).

Analisando a variação homóloga por classes, em Abril de 2019, as classes “Bebidas alcoólicas e tabaco” (+4,02%), “Transportes” (+2,88%) e “Bens e serviços diversos” (+1,75%) apresentaram os maiores aumentos. As quebras mais expressivas ocorreram nas classes “Vestuário e calçado” (-5,43%), “Lazer, recreação e cultura” (-1,18%) e “Restaurantes e hotéis” (-1,02%) (Quadro 29).

Quadro 29 - Variação homóloga dos preços, por classes (Abril de 2019)

Variação homóloga dos preços, por classes

(%; Abril de 2019)



3.1.1 ATIVIDADE ECONÓMICA

Relativamente à atividade económica, o Concelho de Santa Cruz tinha, segundo os últimos dados estatísticos (datados de 2017), 3.431 empresas não financeiras sedeadas (mais 839 empresas não financeiras que em 2004, quando estavam registadas apenas 2.592).

As empresas com sede social no concelho de Santa Cruz empregavam em 2017 cerca de 7.083 colaboradores e geravam um volume de negócios (faturação) acumulado de 435 milhões de euros e um valor acrescentado bruto de 106 milhões de euros.

Apesar dos relevantes indicadores empresariais registados em 2017, uma análise dinâmica às variáveis em questão, por exemplo através de comparação com 2004, revela que apesar do significativo aumento do número de empresas com sede no concelho entre 2004 e 2017 (+32%), no mesmo período (i) o número de colaboradores em empresas no concelho reduziu 10%, (ii) o volume de negócios (faturação) das empresas do concelho reduziu 30% e (iii) o valor acrescentado bruto do mesmo conjunto de empresas contraiu 35%. Em suma, mais empresas em 2017 afinal empregam menos (e pagam menos salários), têm menos negócios realizados e geram menos riqueza que em 2004 (Quadro 30).

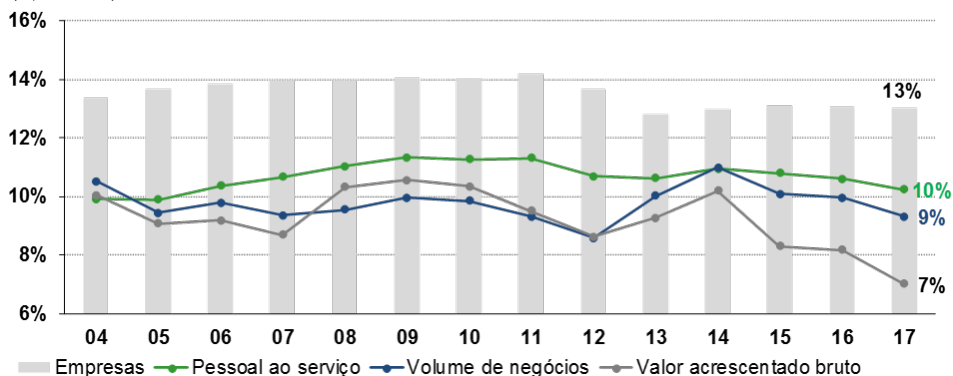
Quadro 30 - Análise dinâmica de Indicadores Empresariais (2004-2017)

	2004	...	2017		
	#	...	#	Δ	Δ%
Empresas (#)	3.431	...	2.592	-839	-24%
Pessoal ao serviço (#)	7.083	...	7.857	774	11%
Volume de negócios (M€)	435	...	620	185	42%
V.A.B. (M€)	106	...	163	57	54%

Os fatores geradores da supra indicada evolução poderão residir em características conjunturais ou estruturais do próprio concelho, bem como em aspetos derivados do contexto regional e da respetiva dinâmica de desenvolvimento económico, à qual a recente crise internacional não será, porventura, totalmente alheia.

Quadro 31 - Empresas, Funcionários, V.N e V.A.B, em % do total R.A. Madeira (2004-2017)

Empresas, Funcionários, V.N. e V.A.B. em % do total R.A. Madeira
 (%; 2004 - 17)



Sempre em termos relativos ao respetivo total regional de cada variável (Quadro 31) (nomeadamente número de empresas, pessoal ao serviço, volume de negócios e valor acrescentado bruto), apesar da % de empresas recuperar em 2014 (em linha com o final da crise económica e financeira internacional) e manter-se relativamente constante desde então, a % de empregos, a % de volume de negócios e a % de valor acrescentado bruto decrescem sistematicamente desde esse ano, significando que o concelho de Santa Cruz perde gradualmente relevância e representatividade empresarial e económica, com prejuízo para a autarquia e os seus municípios.

No início da década de 2000, houve duas atividades que obtiveram grande impulso no concelho: as empresas ligadas ao ramo da construção civil e as de promoção imobiliária, empresas estas que acompanharam o grande crescimento urbano verificado à data. Desde 2004 e sempre em referência ao concelho de Santa Cruz, o setor da construção é o que mais perde empresas (-122), postos de trabalho (-1.300), volume de negócios (-179 milhões de euros, equivale a 97% da redução total entre 2004 e 2017) e valor acrescentado bruto (-34 milhões de euros, cerca de 59% da perda total entre 2004 e 2017).

Em termos de número de empresas (não financeiras) existentes no concelho destacamos a grande importância do setor das “Atividades administrativas e serviços de apoio”, cujas 822 empresas representam 24% do total do concelho, assim como os setores do “Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos”, com 466 empresas (14%) e do “Alojamento, restauração e similares”, com 399 empresas (12%). Estes três setores agregam 49% das empresas do concelho. Comparativamente a 2004, destaque pela positiva para o setor das “Atividades administrativas e serviços de apoio”, com 566 novas empresas e o setor da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” com registo de 183 novas empresas. Pela negativa, como já referido, destaque ao setor da “Construção”, que perdeu 122 empresas desde 2004.

Em termos do emprego gerado pelas empresas do concelho, destaque para os mesmos 3 setores já referidos, que empregam um total de 3.777 colaboradores, cerca de 53% do emprego gerado por empresas do concelho. Comparativamente a 2004, o setor das “Atividades administrativas e serviços de apoio” criou 544 novos empregos, assim como foram registados 341 novos empregos na “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”. O setor do “Alojamento, restauração e similares” gerou 146 novos postos de trabalho. Pela negativa, desde 2004 o setor da “Construção” perdeu 1.300 postos de trabalho, o setor dos “Transportes e armazenagem” perdeu 511 empregos (redução de 30 empresas desde 2004) e ainda o setor das “Indústrias transformadoras”, que perdeu 291 empregos.

Em termos do volume de negócios registado no concelho, é gerado em 52% por empresas no setor do “Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos”, seguindo-se a larga distância o setor do “Alojamento, restauração e similares” com apenas 14% da faturação gerada. O setor do comércio foi ainda aquele que mais cresceu o volume de faturação desde 2004, nomeadamente mais 42 milhões de euros.

Ainda comparativamente a 2004, destaque pela negativa para a redução de 179 milhões de euros no volume de negócios do setor da “Construção”.

Em termos do valor acrescentado bruto, este ocorre sobretudo pelas empresas do setor do “Alojamento, restauração e similares”, que geram 31% da riqueza produzida no concelho, seguido pelas empresas do setor do “Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos” com 22%. Estes 2 setores geram mais de metade (52%) da riqueza empresarial produzida no concelho. Comparativamente a 2004, o destaque é para o setor da “Construção” e a perda de 34 milhões de euros em valor acrescentado bruto.

A tabela (Quadro 32) seguinte detalha a análise empresarial para o concelho de Santa Cruz.

Quadro 32 - Análise Empresarial para o concelho de Stª Cruz

	Empresas			Empregos			Vol. negócios			V.A.B.		
	#	%	Δ 04	#	%	Δ 04	M€	%	Δ 04	M€	%	Δ 04
A Agricultura, prod. animal, caça, floresta e pesca	239	7%	183	494	7%	341	18	4%	5	5	5%	3
B Indústrias extrativas	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0
C Indústrias transformadoras	123	4%	-46	661	9%	-291	57	13%	-39	14	13%	-7
D Energia	5	0%	5	5	0%	5	0	0%	0	0	0%	0
E Águas, saneamento, resíduos e despoluição	3	0%	3	35	0%	35	2	0%	2	1	1%	1
F Construção	130	4%	-122	364	5%	-1.300	15	3%	-179	5	4%	-34
G Comércio e reparação de veículos	466	14%	17	1.402	20%	-39	228	52%	42	23	22%	-7
H Transportes e armazenagem	135	4%	-30	248	4%	-511	16	4%	-25	4	4%	-25
I Alojamento, restauração e similares	399	12%	166	1.446	20%	146	63	14%	11	32	31%	7
J Informação e comunicação	39	1%	8	43	1%	5	1	0%	0	0	0%	0
L Atividades imobiliárias	57	2%	10	101	1%	25	3	1%	-12	1	1%	-2
M Consultoria, científicas e similares	279	8%	-6	340	5%	-1	7	2%	2	4	4%	1
N Atividades administrativas e apoio	822	24%	566	929	13%	544	11	3%	2	7	7%	3
P Educação	156	5%	4	275	4%	88	2	1%	1	1	1%	1
Q Saúde humana e apoio social	248	7%	72	275	4%	86	5	1%	2	4	4%	1
R Artes, espetáculos, desportos	150	4%	4	178	3%	28	4	1%	2	1	1%	0
S Outros serviços	180	5%	5	287	4%	65	4	1%	1	2	2%	1
Total	3.431	100%	839	7.083	100%	-774	435	100%	-185	106	100%	-57

Outro indicador que nos permite verificar a evolução da atividade económica é o da população ativa segundo sectores de atividade, onde se observa claramente a deslocação da população ativa do sector primário e secundário para o sector terciário.

3.12 ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística é aqui abordada porque gera um valor elevado de população flutuante, que tem que ser considerada quando se caracteriza a demografia do Concelho de Santa Cruz.

A infraestrutura hoteleira no município de Santa Cruz (Quadro 33), medida em número de unidades, diminuiu desde início da década de 2000 para voltar a recuperar nos últimos anos (mas ainda com saldo negativo face a 2005). Em 2017 o município granjeava de 21 unidades hoteleiras (cerca de 14% do total regional que se fixou em 155 unidades).

Em termos de quartos, embora com oscilações anuais, o município de Santa Cruz tem aumentado a oferta. Comparativamente a 2005, o ano de 2017 regista mais 127 quartos (crescimento de +7%), numa tendência similar à registada pela Região Autónoma da Madeira (de 2005 a 2017, crescimento de +360 quartos) (Quadro 34).

Em paralelo, a capacidade de alojamento (camas disponíveis) também aumentou, quer na Região (+1.545, cerca de +6%) quer no concelho de Santa Cruz (+263 camas, cerca de +7%).

O crescimento registado pelo concelho de Santa Cruz nos anos em apreço, quer em número quartos quer em número de camas é superior à média regional mas não suficientemente elevado para fazer crescer o peso do concelho na infraestrutura turística que ronda os 12 a 13% - Santa Cruz continua a ser o 2º concelho mais relevante em termos de capacidade de alojamento, seguido do Porto Santo em 3º lugar (8,9%).

Apesar do aumento da oferta de quartos e camas, o pessoal ao serviço (Quadro 35) (empregos no setor turístico) tem vindo a diminuir ano após ano. Comparativamente a 2005, o ano de 2017 regista -548 profissionais (-8%) empregues a nível regional e -34 (-4%) nas unidades localizadas em Santa Cruz. Daqui resulta a evidência de que o aumento do emprego registado no concelho, nos últimos anos, não deriva diretamente do emprego no setor hoteleiro.

A evolução dos custos com pessoal e do custo médio anual por colaborador é positiva para os quadros das unidades hoteleiras, que, apesar de menos funcionários, aumentaram os valores pagos às suas equipas. Nas unidades localizadas em Santa Cruz, comparativamente a 2005 os custos com pessoal, de forma global, aumentaram 19% (+2,4 M€ pagos em salários no concelho) e os custos médios por colaborador aumentaram 24% (+3.391 €/ano).

Quadro 33 - Capacidade instalada no setor do Turismo (2005-2017)

Capacidade instalada no setor do turismo

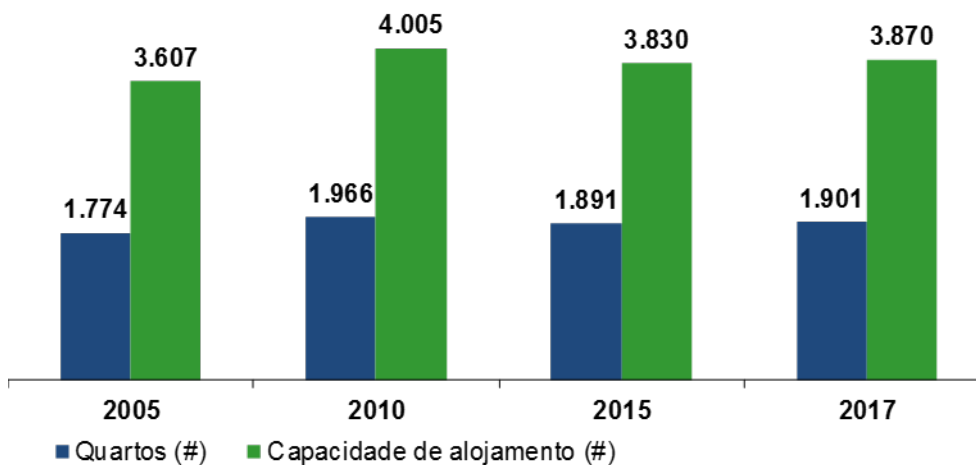
		2005	2010	2015	2017	Δ 05 - 17	
Estabelecimentos hoteleiros (#)	R. A. Madeira	195	197	156	155	-40	-21%
	Santa Cruz	26	26	19	21	-5	-19%
		13%	13%	12%	14%	-	-
Quartos (#)	R. A. Madeira	13.724	13.912	13.666	14.084	360	3%
	Santa Cruz	1.774	1.966	1.891	1.901	127	7%
		13%	14%	14%	13%	-	-
Capacidade de alojamento (#)	R. A. Madeira	28.069	28.530	28.432	29.614	1.545	6%
	Santa Cruz	3.607	4.005	3.830	3.870	263	7%
		13%	14%	13%	13%	-	-
Pessoal ao serviço (#)	R. A. Madeira	7.033	5.997	5.960	6.485	-548	-8%
	Santa Cruz	868	832	746	834	-34	-4%
		12%	14%	13%	13%	-	-
Custos com o pessoal (M€)	R. A. Madeira	101,5	96,5	96,5	109,0	7,5	7%
	Santa Cruz	12,1	13,5	12,6	14,5	2,4	19%
		12%	14%	13%	13%	-	-
Custo médio/ pessoal (€)	R. A. Madeira	14.438	16.089	16.187	16.811	2.373	16%
	Santa Cruz	13.945	16.209	16.894	17.336	3.391	24%
		-	-	-	-	-	-

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

Quadro 34 - Infraestrutura hoteleira em Stª Cruz (2005,2010,2015 e 2017)

Infraestrutura hoteleira em Santa Cruz

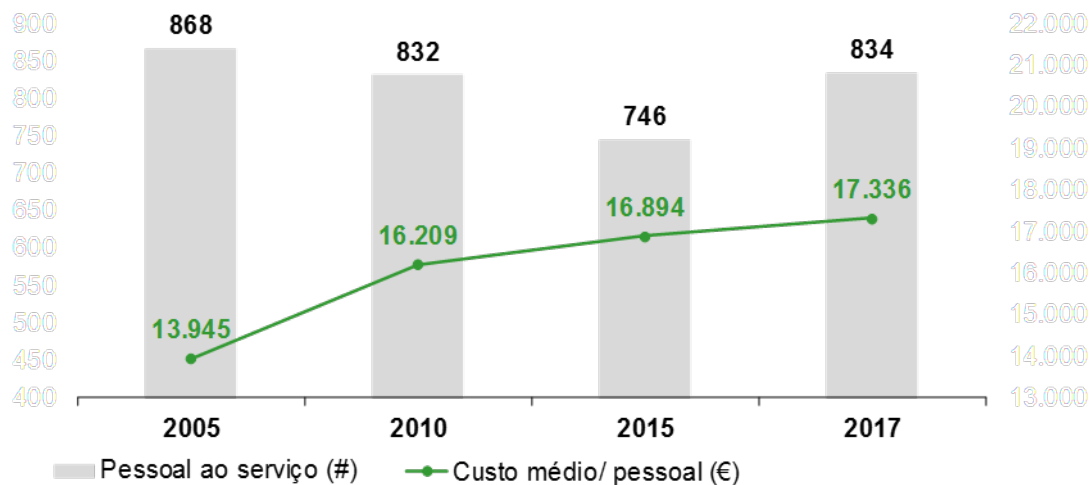
(#, 2005, 10, 15, 17)



Quadro 35 - Pessoal ao serviço e custo médio anual – Santa Cruz (2005,2010,2015 e 2017)

Pessoal ao serviço e custo médio anual - Santa Cruz

(#, €, 2005, 10, 15, 17)



Analisando a capacidade hoteleira por classificação e respetiva categoria, é constatável que predomina o “Hotel” (43% dos empreendimentos, 10 unidades), bem como predominam os estabelecimentos com a categoria de 4 estrelas (61% dos empreendimentos, 14 unidades).

Os hotéis de 4 estrelas representam 60% dos quartos e 60% das camas disponíveis no concelho, seguidos pelos hotéis-apartamento de 3 e de 4 estrelas, com respetivamente 17% e 15% dos quartos e das camas. Em conjunto, hotéis de 4 estrelas e hotéis-apartamento de 3 e 4 estrelas representam 91% quer dos quartos quer das camas disponíveis no concelho de Santa Cruz. (Quadro 36).

Quadro 36 - Capacidade Hoteleira por classificação/categoria

Capacidade hoteleira por classificação/ categoria

Classificação	Categoria	Empreendimentos		Quartos		Camas	
Hotel	5 estrelas	1	4%	15	1%	30	1%
	4 estrelas	8	35%	1.136	60%	2.266	60%
	3 estrelas	1	4%	23	1%	46	1%
Hote rural	3 estrelas	1	4%	11	1%	22	1%
Hotel apart.	4 estrelas	3	13%	276	15%	554	15%
	3 estrelas	3	13%	325	17%	650	17%
Quinta da Madeira	4 estrelas	1	4%	22	1%	44	1%
Apts. turísticos	4 estrelas	2	9%	25	1%	52	1%
	3 estrelas	1	4%	17	1%	46	1%
Turismo de habitação		1	4%	6	0%	12	0%
Pensão	1ª	1	4%	45	2%	85	2%
Subtotal		23	100%	1.901	100%	3.807	100%
Agro-turismo		1	-	4	-	10	-
Casa de campo		5	-	31	-	72	-
Total		29	-	1.936	-	3.889	-

Fonte: Direção Regional de Turismo da Madeira

Nota: o diferente número de empreendimentos indicados pela DRT - Direção Regional de Turismo (23 + 6 = 29) e pela DREM - Direção Regional de Estatística da Madeira (21) advém de diferentes objetivos analíticos, da necessidade de harmonizar/ estandardizar conceitos a nível nacional e internacional (ex. com o INE) e por diferentes interpretações das próprias variáveis (ex. DRT considera a "capacidade existente" e a DREM a "capacidade disponível" - por ex. uma unidade temporariamente encerrada para remodelação consta na informação DRT mas é excluída da informação DREM)

Em termos da performance operacional (Quadro 37), o setor hoteleiro do concelho de Santa Cruz tem acompanhado a tendência regional de incremento muito significativo do número de hóspedes entrados, tendo crescido 40% desde 2005. Desta forma, em 2017 foram registados 150 mil hóspedes nas unidades hoteleiras do concelho (+43 mil comparativamente a 2005).

O número de dormidas nas unidades hoteleiras do concelho também aumentou (+17%, cerca de +142 mil dormidas face a 2005) mas a um ritmo inferior (cerca de metade) do registado a nível regional (crescimento de +33% no mesmo período).

Dado o mesmo ritmo de crescimento do número de hóspedes, o significativamente menor aumento no número de dormidas em Santa Cruz face ao verificado na Região pode ser explicado pela maior redução da duração da estadia média, que na Região decresce cerca de -6% mas em Santa Cruz -14%, entre 2005 e 2017 (Quadro 37).

Apesar desta evolução, a taxa líquida de ocupação-cama em Santa Cruz tem sido crescente e atingiu os 70,9% em 2017 (cerca de 1,3 pontos percentuais acima da taxa global agregada para a Região Autónoma da Madeira que se situou nos 69,6%). A análise por concelhos indica que, no ano de 2017, município de Santa Cruz registou a 3ª maior taxa de ocupação-cama da Região, tendo sido precedida pela Ponta do Sol (78,1%) e pelo Funchal (74,4%).

Quadro 37 - Performance operacional do setor do turismo (2005-2017)

Performance operacional do setor do turismo

		2005	2010	2015	2017	Δ 05 - 17	
Hóspedes entrados (milhares)	R. A. Madeira	865	841	1.029	1.223	358	41%
	Santa Cruz	107	114	127	150	43	40%
		12%	14%	12%	12%	-	-
Dormidas (milhares)	R. A. Madeira	5.633	4.994	6.656	7.503	1.870	33%
	Santa Cruz	858	792	883	1.000	142	17%
		15%	16%	13%	13%	-	-
Estadia média (# dias)	R. A. Madeira	5,6	5,1	5,5	5,2	-0,3	-6%
	Santa Cruz	6,5	5,7	5,8	5,6	-0,9	-14%
		-	-	-	-	-	-
Taxa de ocupação-cama (%)	R. A. Madeira	54,8%	47,9%	64,3%	69,6%	15 p.p.	-
	Santa Cruz	64,8%	54,2%	63,4%	70,9%	6 p.p.	-
		-	-	-	-	-	-

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

Em termos do desempenho financeiro (Quadro 38), as unidades hoteleiras em Santa Cruz foram capazes de aumentar significativamente o RevPAR (tal como ocorreu na Região Autónoma da Madeira, em função da estratégia de turismo encetada), passando de 29,52 € em 2005 para os 47,43 € em 2017 (+61%) e muito próximo da média regional de 51,18 €.

O incremento no preço e receita unitária traduz-se num correspondente incremento da receita total das explorações hoteleiras. As unidades hoteleiras localizadas em Santa Cruz geraram em 2017 cerca de 51 M€ de proveitos, num crescimento de +73% desde 2005 (acima da média regional de crescimento, que foi de +63%) (Quadros 39 e 40).

Quadro 38 - Desempenho financeiro do setor do turismo (2005-2017)

Desempenho financeiro do setor do turismo

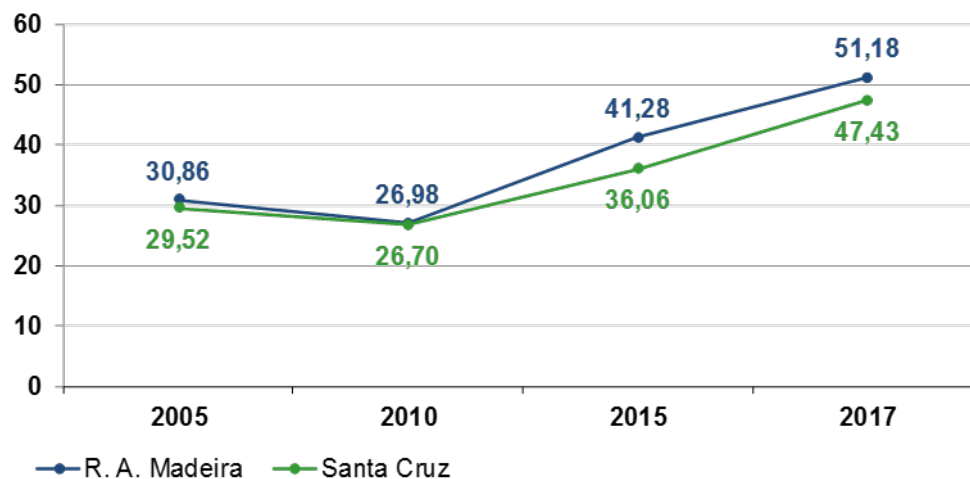
		2005	2010	2015	2017	Δ 05 - 17	
RevPAR (€)	R. A. Madeira	30,86	26,98	41,28	51,18	20,32	66%
	Santa Cruz	29,52	26,70	36,06	47,43	17,91	61%
		-	-	-	-	-	-
Proveitos totais (M€)	R. A. Madeira	249	227	324	406	157	63%
	Santa Cruz	29,6	32,0	39,4	51,2	22	73%
		12%	14%	12%	13%	-	-

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

Quadro 39 - Evolução do RevPAR (2005,2010,2015 e 2017)

RevPar

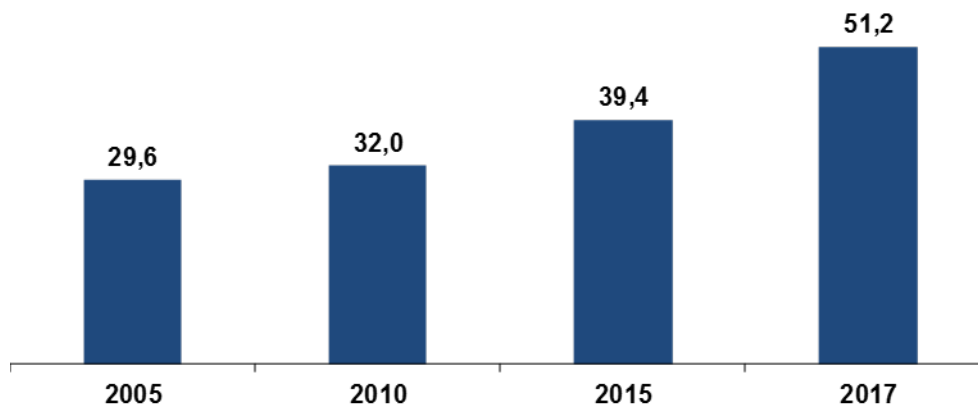
(€, 2005, 10, 15, 17)



Quadro 40 - Proveitos Totais – Santa Cruz (2005,2010,2015 e 2017)

Proveitos totais - Santa Cruz

(M€, 2005, 10, 15, 17)



Quadro 41 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por concelho

Unidade N.º	Dormidas				Hóspedes			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Santa Cruz	814 935	429 335	42 325	343 275	124 559	62 932	6 286	55 341

Quadro 41 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por concelho, 2004 -

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Nota: Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção-Geral de Turismo. As células assinaladas com § referem-se à informação que não respeita os critérios de qualidade. Esta informação aplica-se a unidades territoriais onde o número de estabelecimentos é inferior a 10 e houve estimação do valor de dormidas de, pelo menos, um estabelecimento, ou a unidades territoriais com 10 ou mais estabelecimentos em que o valor declarado das dormidas é inferior a 70% do total das dormidas estimadas.

No que concerne à variabilidade/ sazonalidade intra-anual dos hóspedes entrados (Quadro 41), as unidades hoteleiras em Santa Cruz seguem muito aproximadamente o mesmo padrão da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente incremento nos meses de Verão (sensivelmente de Maio a Setembro/ Outubro com 10% do total anual em cada mês), em detrimento de Janeiro e Dezembro (5 a 6% do total anual) (Quadro 43).

Em termos de contributo para o total regional, salvo uma exceção, o concelho de Santa Cruz mantém igualmente estabilidade de valores no intervalo entre os 12 a 13% todos os meses (salvo raras exceções) (Quadros 42 e 43).

Quadro 42 - Hóspedes entrados por mês (2017)

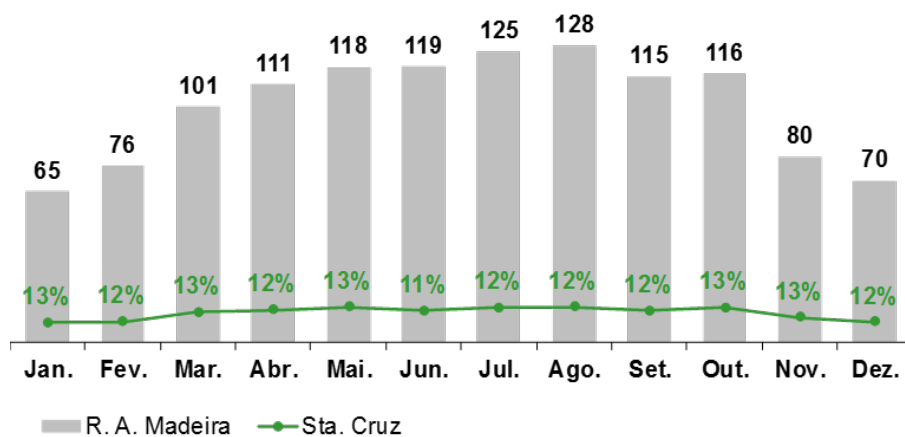
Hóspedes entrados por mês (2017)

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	2017
R. A. Madeira													
#	64.849	75.629	101.324	111.211	118.483	118.748	125.205	127.901	114.702	115.657	79.758	69.507	1.222.974
%	5%	6%	8%	9%	10%	10%	10%	10%	9%	9%	7%	6%	100%
Sta. Cruz													
#	8.444	8.793	13.016	13.858	15.152	13.445	14.909	15.068	13.550	14.813	10.611	8.590	150.249
%	6%	6%	9%	9%	10%	9%	10%	10%	9%	10%	7%	6%	100%
% RAM	13%	12%	13%	12%	13%	11%	12%	12%	12%	13%	13%	12%	12%

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

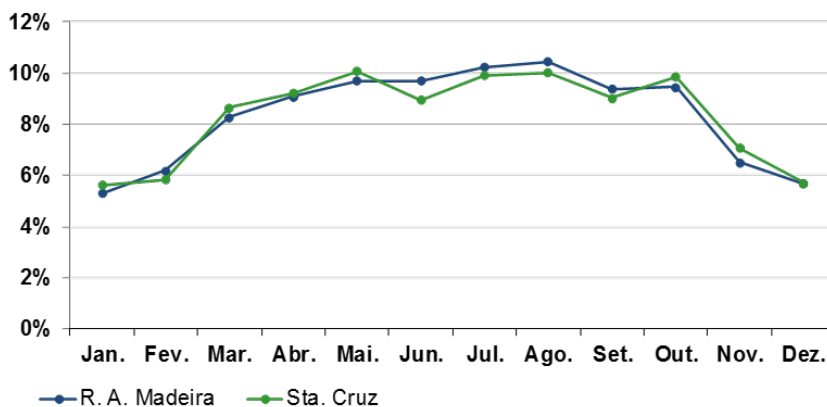
Quadro 43 - Hóspedes entrados por mês (2017)

Hóspedes entrados por mês
 (Milhares; %; 2017)



Quadro 44 - Hóspedes entrados por mês (2017)

% hóspedes entrados por mês
 (%; 2017)



Extrapolando a análise para as dormidas, mantêm-se as mesmas conclusões entre o concelho de Santa Cruz e a Região Autónoma da Madeira, nomeadamente quanto à sazonalidade intra-anual, quanto à similaridade entre a distribuição do concelho de Santa Cruz e da Região Autónoma da Madeira e quanto ao contributo das dormidas nas unidades hoteleiras em Santa Cruz para o total regional (Quadros 45 e 46).

Quadro 45 - Dormidas por mês (2017)

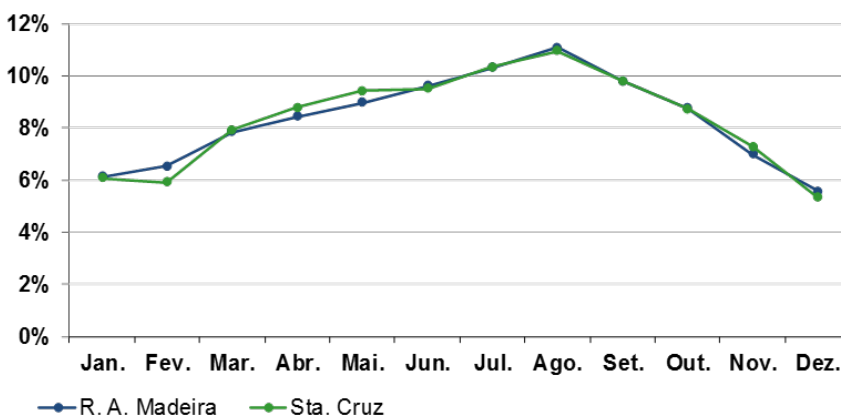
Milhares de dormidas por mês (2017)

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	2017
R. A. Madeira													
#	460	489	588	633	672	720	773	832	736	656	524	418	7.503
%	6%	7%	8%	8%	9%	10%	10%	11%	10%	9%	7%	6%	100%
Sta. Cruz													
#	61	59	79	88	94	95	103	110	98	87	73	53	1.000
%	6%	6%	8%	9%	9%	9%	10%	11%	10%	9%	7%	5%	100%
% RAM	13%	12%	13%	14%	14%	13%	13%	13%	13%	13%	14%	13%	13%

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

Quadro 46 - Dormidas por mês (2017)

% dormidas por mês
(%; 2017)



Avaliando os mercados emissores quanto à origem dos hóspedes que pernoveram nas unidades hoteleiras localizadas em Santa Cruz durante 2017 (Quadro 47), é verificado que 44% das dormidas (441 mil) têm origem na Alemanha, seguindo-se já a larga distância o Reino Unido (13%, 129 mil dormidas). A este facto não será alheia a nacionalidade dos promotores e a origem do capital de um dos maiores empreendimentos turístico-hoteleiros sedeados em Santa Cruz, sendo que os números evidenciados comprovam a relevância do mesmo para a dinâmica turística do concelho e também a Região

As unidades hoteleiras do concelho de Santa Cruz têm ainda destaque por conseguir captar diversas nacionalidades acima da sua quota natural, ou seja, e por exemplo, o caso já referido da Alemanha, em que Santa Cruz capta 24% das dormidas, os quase 1/3 (27%) das dormidas originadas na Polónia, 23% das dormidas originadas na Áustria, 21% das dormidas originadas na Bélgica, entre outras.

A nível regional, Reino Unido (26%, 1,9 milhões de dormidas) e Alemanha (25%, 1,8 milhões de dormidas) representam em conjunto 50% das dormidas realizadas em 2017. As dormidas de hóspedes portugueses representam apenas 11%, cerca de 802 mil em 2017.

Quadro 47 - Dormidas por país de origem (2017)

Milhares de dormidas por país de origem (2017)

	R. A. Madeira		Sta. Cruz		
	#	%	#	%	% RAM
Total	7.503	100%	1.000	100%	13%
Dos quais:					
- Alemanha	1.847	25%	441	44%	24%
- Reino Unido	1.915	26%	129	13%	7%
- Polónia	277	4%	75	8%	27%
- França	629	8%	73	7%	12%
- Países Baixos	302	4%	60	6%	20%
- Portugal	802	11%	59	6%	7%
- Bélgica	139	2%	29	3%	21%
- Áustria	100	1%	23	2%	23%
- Suécia	163	2%	12	1%	7%
- Espanha	148	2%	11	1%	7%
- Finlândia	177	2%	6	1%	3%
- Itália	79	1%	5	0,5%	6%
- Dinamarca	234	3%	5	0,5%	2%
- Noruega	110	1%	3	0,3%	3%

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

3.12.1 Análise dos principais resultados provisórios (ano de 2018)

A informação provisória mais atualizada é a respeitante ao ano de 2018, que é simultaneamente, um ano de alteração/ atualização metodológica das estatísticas relativas ao setor do turismo (ex. inclusão, em todas as variáveis, dos valores respeitantes ao Alojamento Local). Por este motivo, os dados provisórios de 2018 não são diretamente comparáveis com os dos anos anteriores, sendo que a DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira prevê a reconstrução histórica das séries apenas no 3º trimestre de 2019.

Assim, evitando riscos de conclusões erróneas por não comparabilidade da informação, são apresentadas infra as principais conclusões como constam no relatório “Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira – Resultados provisórios, Dezembro 2018”, à data atual suportadas por quadros quantitativos de suporte com informação deste único relatório.

Por razões idênticas, não serão abordados os resultados preliminares relativos aos primeiros meses de 2019.

Segundo os dados provisórios referentes ao ano de 2018 (Quadro 48), Santa Cruz acompanha a tendência de contração do sector do turismo em termos homólogos, quer na redução do número de hóspedes entrados (-2,9%), quer no número de dormidas (-6,1%).

Quanto ao número de hóspedes entrados (Quadro 49), a reduzida informação existente indica 3 concelhos com crescimento nos hóspedes registados (Porto Moniz +8,7%, São Vicente +5,3% e Funchal +0,7%) e 8 com reduções (ex. Porto Santo -2,8% e Santa Cruz -2,9%, sendo os restantes concelhos com decréscimos mais acentuados), pelo que apesar das reduções registadas (acima da média regional), Santa Cruz é o 5º melhor município.

Quanto ao número de dormidas, Santa Cruz regista a 2ª maior contração, superada apenas pela Ribeira Brava (-11,3%).

Quadro 48 - Resultados provisórios do sector de Turismo (2018)

Resultados provisórios do sector do turismo (2018)

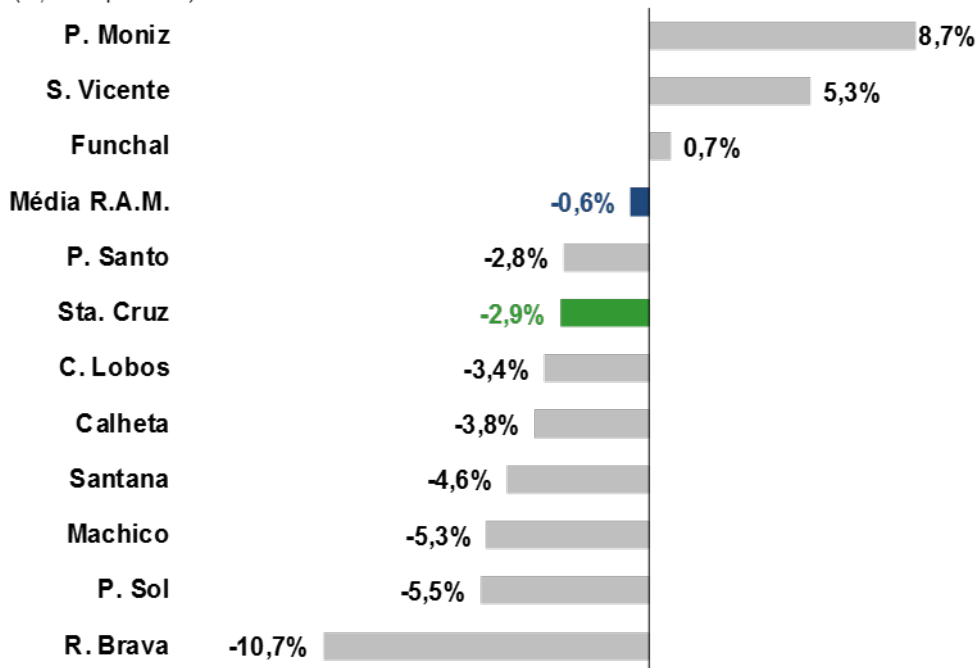
		2018 (provisório)	Δ homóloga
Hóspedes entrados (milhares)	R. A. Madeira	1.388	-0,6%
	Santa Cruz	158	-2,9%
		11%	-
Domidas (milhares)	R. A. Madeira	8.316	-0,8%
	Santa Cruz	1.012	-6,1%
		12%	-
Estadia média (# dias)	R. A. Madeira	5,19	-
	Santa Cruz	5,49	-
		-	-
Taxa de ocupação-cama (%)	R. A. Madeira	62,4%	-
	Santa Cruz	60,8%	-
		-	-

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

Quadro 49 - Variação homóloga de Hóspedes entrados (2018)

Variação homóloga "Hóspedes entrados"

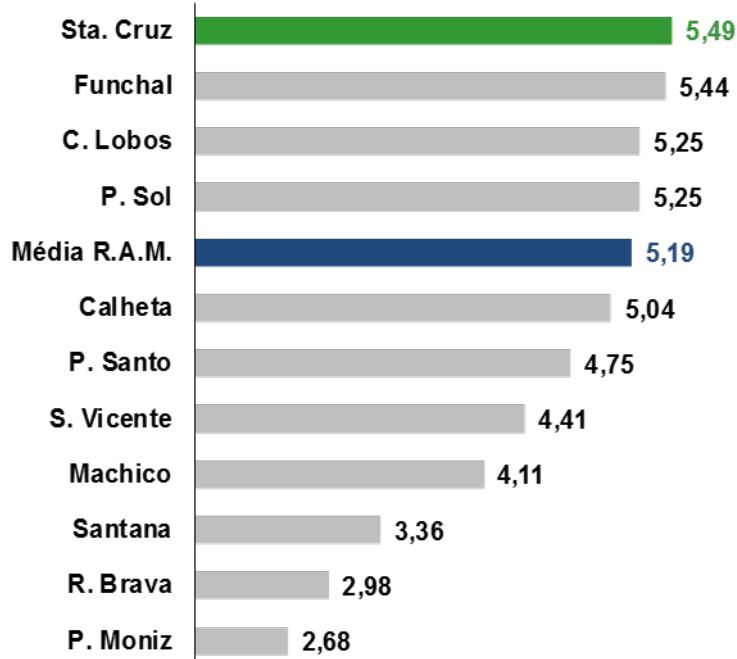
(%; 2018 provisório)



As unidades hoteleiras do município de Santa Cruz ocupam ainda um lugar de destaque por registarem o maior valor de estadia média de 2018 (dados provisórios) (Quadro 50).

Quadro 50 - Estadia Média (2018)

Estadia média
 (%; 2018 provisório)



Em 2018, os principais mercados turísticos para o concelho de Santa Cruz são os provenientes da Alemanha, com 46% e do Reino Unido com 11% do total das dormidas. Em terceiro lugar surge o mercado francês, com 8% e apenas em quarto lugar o mercado português, com 7% do total das dormidas realizadas no concelho (Quadro 51).

Quadro 51 - Dormidas por país de origem (2018)

Milhares de dormidas por país de origem (2018 provisório)

	R. A. Madeira		Sta. Cruz		
	#	%	#	%	% RAM
Total	8.316	100%	1.012	100%	12%
Dos quais:					
- Alemanha	2.074	25%	459	46%	22%
- Reino Unido	1.945	23%	109	11%	6%
- França	770	9%	79	8%	10%
- Portugal	994	12%	69	7%	7%
- Polónia	270	3%	67	7%	25%
- Países Baixos	292	4%	60	6%	21%
- Bélgica	147	2%	26	3%	18%
- Áustria	104	1%	20	2%	19%
- Suécia	206	2%	16	2%	8%
- Espanha	187	2%	12	1%	6%
- Finlândia	189	2%	6	1%	3%
- Dinamarca	241	3%	6	1%	2%
- Itália	101	1%	6	1%	6%
- Noruega	110	1%	3	0,3%	3%

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

As estatísticas de Turismo referentes aos valores acumulados provisórios de 2018 registaram 42 estabelecimentos de turismo no Concelho de Santa Cruz, com capacidade de 4.488 camas.

Os proveitos totais no ano foram de 51 M€, alavancados por um RevPAR médio de 43,09 € (inferior à média regional de 47,43 €).

Quadro 52 - Resultados Provisórios do sector de Turismo (2018)

Resultados provisórios do sector do turismo (2018)

		2018 (provisório)	Δ homóloga
Estabelecimentos hoteleiros (#)	R. A. Madeira	363	-
	Santa Cruz	42	-
		12%	-
Capacidade de alojamento (#)	R. A. Madeira	34.048	-
	Santa Cruz	4.488	-
		13%	-
RevPAR (€)	R. A. Madeira	47,43	-
	Santa Cruz	43,09	-
		-	-
Proveitos totais (M€)	R. A. Madeira	427	-
	Santa Cruz	51	-
		12%	-

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira

É na freguesia do Caniço, nomeadamente no Caniço de Baixo, que se localiza o maior número de alojamentos turísticos. Esta zona beneficia da localização litoral e da proximidade do Funchal e do aeroporto.

Os alojamentos turísticos existentes nas freguesias do interior (Camacha e Santo António da Serra) são na sua maioria vocacionados para o turismo rural e para o ecoturismo. A freguesia do Caniço representou, em Novembro de 2006, 88,5% do total das dormidas na hotelaria do concelho de Santa Cruz, a freguesia de Santa Cruz 10% e Santo António da Serra 0,86%, referentes aos valores acumulados. Em relação aos dados estatísticos das freguesias da Camacha e Gaula, não foram disponibilizados por serem valores confidenciais e sugestões a considerar no processo de revisão do PDM.

3.13 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Esta avaliação baseia-se na evolução da dinâmica urbanística e socioeconómica suportada em indicadores demonstrativos dessa evolução, tendo como referência inicial a data da publicação do PDM (2004) e a data dos Censos mais próxima daquela (2001).

A análise baseou-se igualmente na comparação entre as áreas urbanas e urbanizáveis previstas no PDM em vigor e a situação de ocupação atual do solo para as diferentes categorias de espaços, utilizando como referência a Carta de Ocupação do Solo (COS da RAM, 2007), sendo esta a informação oficial disponível mais atualizada.

Classificação e qualificação do solo

Com base na Planta de Ordenamento de acordo com os elementos gráficos disponíveis, nomeadamente classificação e qualificação dos solos, e perímetros urbanos, analisou-se o padrão de ocupação do solo e estrutura do território fixada no PDM.

Evolução do edificado relativamente ao disposto no PDM em vigor

Para compreender a forma como o edificado se distribui, posteriormente à entrada em vigor do PDM, optou-se por comparar as áreas classificadas neste diploma como Espaços Urbanos ou Espaços Residenciais em meio rural, com a Carta de Ocupação do Solo de 2007, considerando as áreas nela classificadas como Tecido Urbano, nas suas diversas densidades.

A opção de utilizar a COS 2007 justifica-se pelo facto de ser a cartografia mais recente com informação relevante sobre as áreas urbanas / edificadas. A figura 1 ilustra a distribuição espacial deste tipo de ocupação na área do concelho, em 2007:

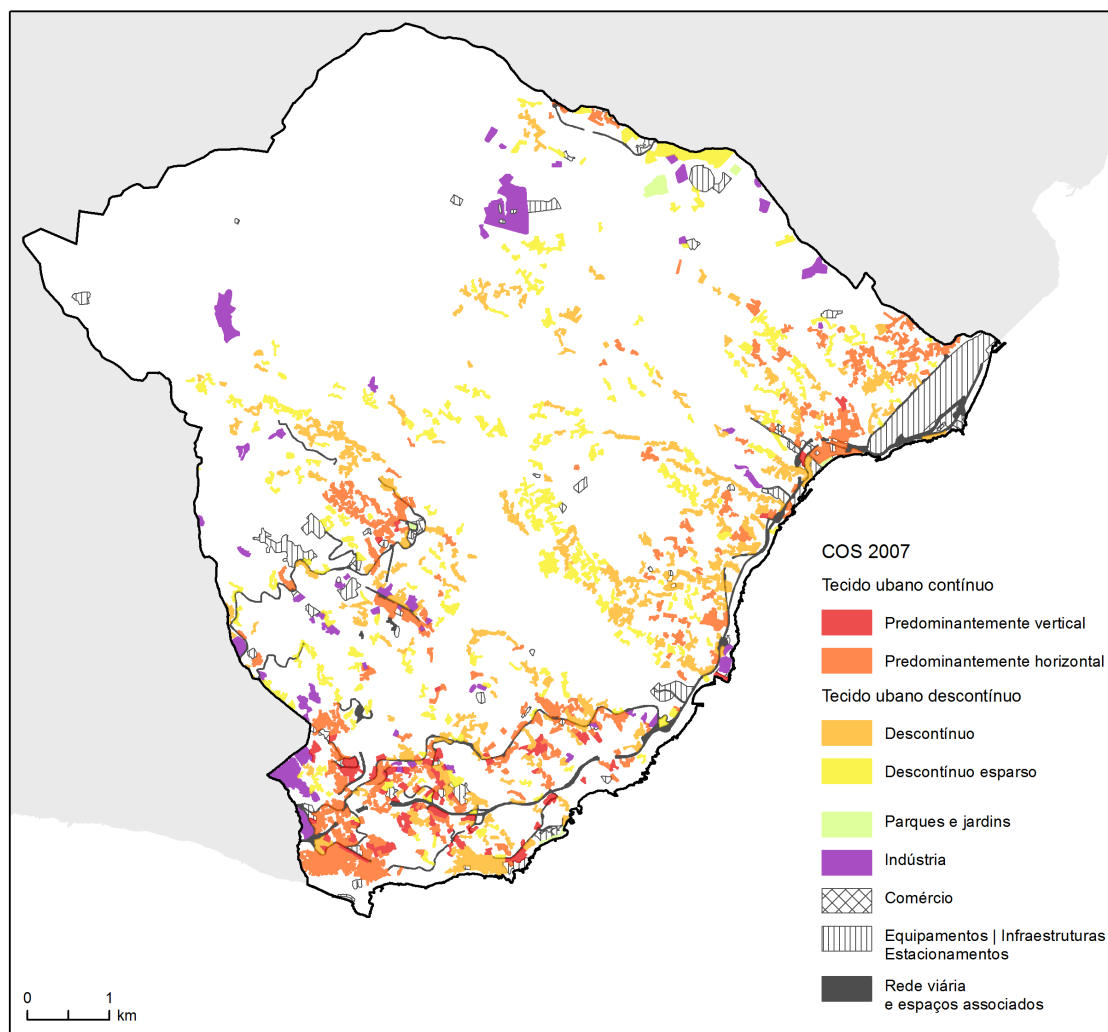


Figura 4 - Tecido Urbano, Parques e Jardins, Indústria, Comércio, Equipamentos, Infraestruturas, Estacionamento e Rede Viária e espaços associados, segundo a COS 2007, no concelho de Santa Cruz

Relativamente ao PDM, foi utilizado o ficheiro com a Planta de Ordenamento do PDM em vigor, em formato digital vetorial, verificando-se o seguinte:

Quadro 53 - Correspondência entre a legenda da Planta de Ordenamento do PDM em vigor e a classificação na tabela de atributos do respetivo ficheiro em formato digital vetorial

Planta de Ordenamento do PDM em vigor		
Classificação do Solo	Qualificação do Solo	Classificação na tabela de atributos do ficheiro
1. Espaços Urbanos	Perímetro Urbano	PERIMETRO_URBANO
	1.1 - Espaços Urbanos Antigos ou Históricos	ESP_ANT_HISTORICOS
	1.2 - Espaços Urbanos Consolidados	ESP_CONSOLIDADOS
	1.3 - Espaços Urbanos de Expansão ou Colmatagem de Alta Densidade	ESP_EXP_COLM_ALTA_DENS
	1.4 - Espaços Urbanos de Expansão ou Colmatagem de Média Densidade	Não identificável no ficheiro
	1.5 - Espaços Urbanos de Expansão ou Colmatagem de Baixa Densidade	Não identificável no ficheiro
	1.6 - Espaços Urbanos a Qualificar	Não identificável no ficheiro
	1.7 - Espaços Industriais	Não identificável no ficheiro
	1.8 - Espaços de Equipamento	ESP_EQUIPAMENTOS
	1.9 - Espaços Verdes Urbanos	Não identificável no ficheiro
	1.10 - Espaços Degradados a Regenerar	ESP_DEGRA_REQUALIFICAR
2. Espaços Agro-Florestais	2.3 - Espaços Residenciais em meio Rural	ESP_URB_MEIO_RURAL

As figuras seguintes permitem observar a distribuição espacial dos elementos identificáveis no ficheiro acima referido, bem como as áreas nas quais existem lacunas na informação, dentro dos Perímetros Urbanos.

Esta circunstância impede uma análise mais detalhada sobre a evolução do tecido urbano relativamente aos Espaços Urbanos de Expansão e Colmatagem, já que apenas é possível identificar os de Alta Densidade, deixando de fora os de Média e Baixa Densidade.

Importa ainda assinalar o seguinte: existem áreas qualificadas como Espaços Residenciais em Meio Rural que estão incluídas em Perímetro Urbano, como se evidencia na figura 5.

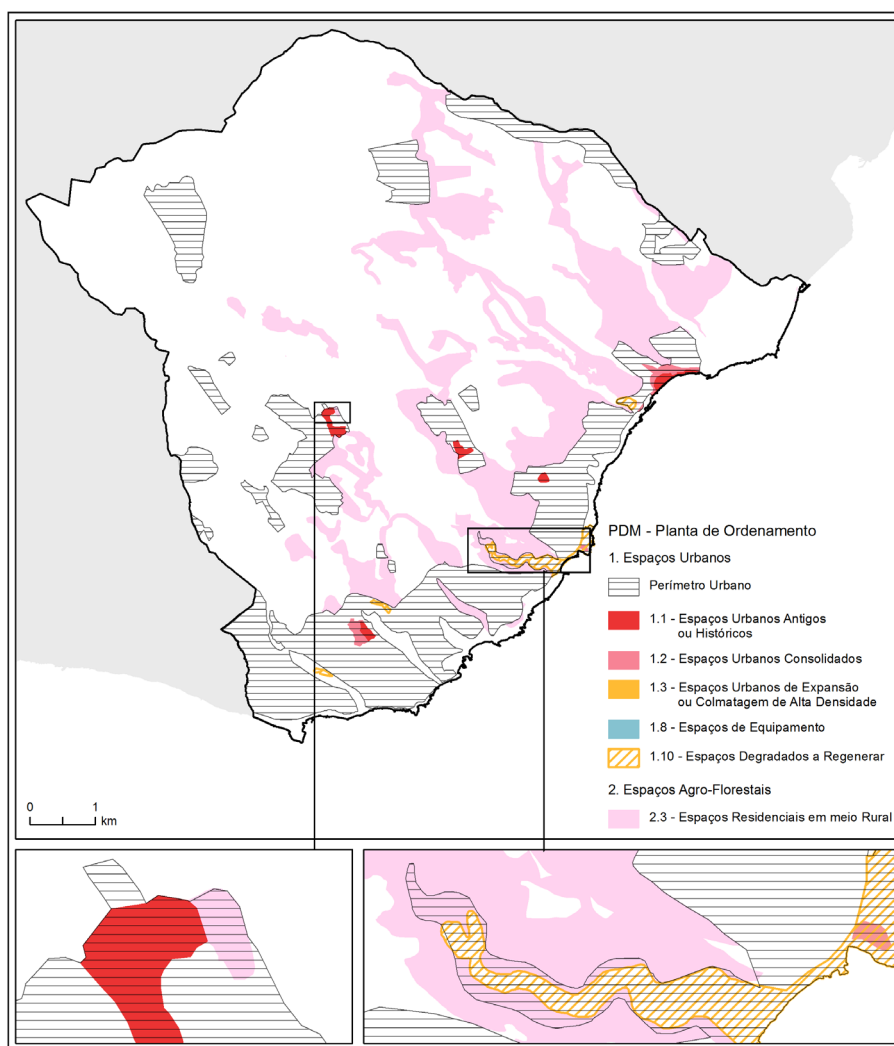


Figura 5 - Espaços Urbanos e Espaços Residenciais em Meio Rural, segundo a Planta de Ordenamento do PDM de Santa Cruz em vigor

Tomando como base a informação acima descrita, procedeu-se ao cruzamento das duas cartas (Planta de Ordenamentos do PDM e Carta de Ocupação do Solo COS 2007),

evidenciando-se na cartografia resultante as áreas nas quais o tecido urbano está para além dos Perímetros Urbanos definidos pelo PDM em vigor.

As cartas apresentadas nas figuras seguintes reportam-se à situação em 2007 o que não permite dizer com certeza se houve uma evolução do tecido urbano, dado que, com base nos elementos disponíveis, não é possível aferir se as áreas identificadas nessa data como tecido urbano exterior aos Perímetros Urbanos definidos pelo PDM, já existiriam há data da elaboração deste documento.

Esta situação deverá ser esclarecida em sede de revisão do PDM, com recurso a elementos cartográficos mais atualizados.

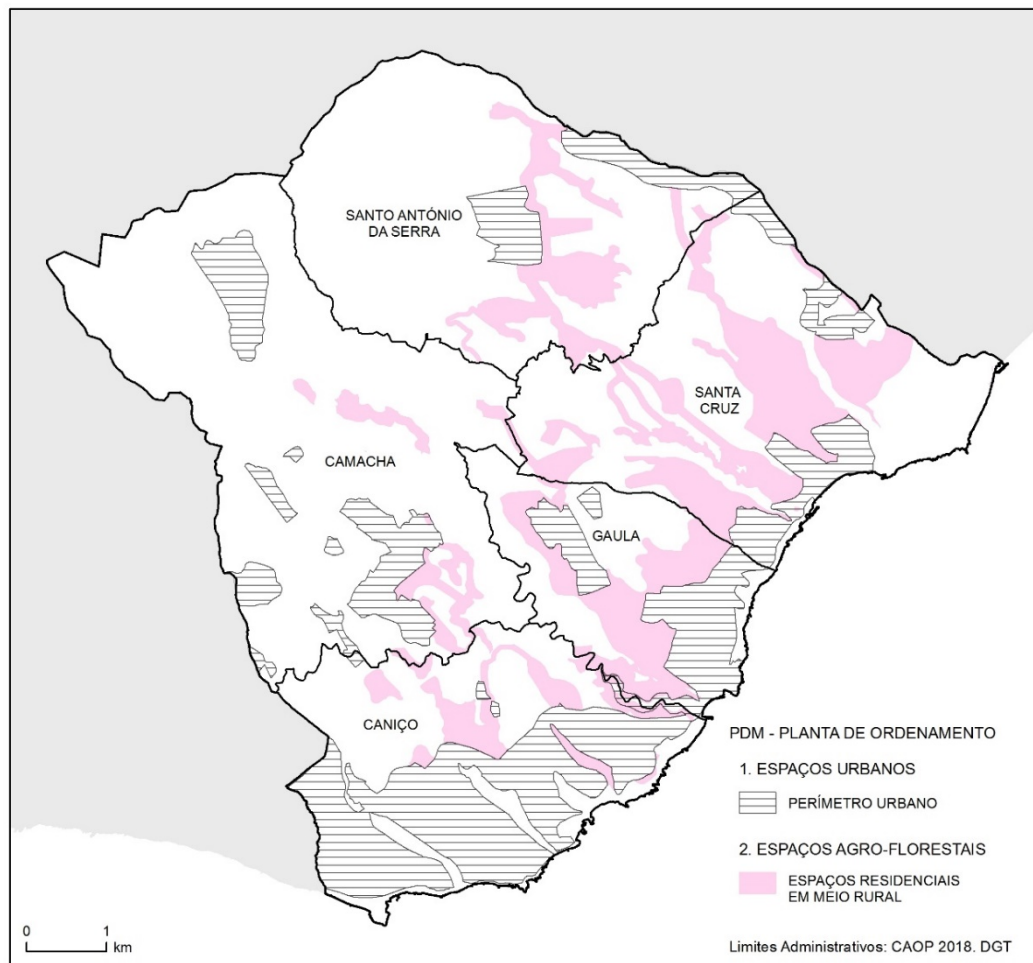


Figura 6 - PDM Planta de Ordenamento - Espaços Urbanos - Espaços Agro-florestais

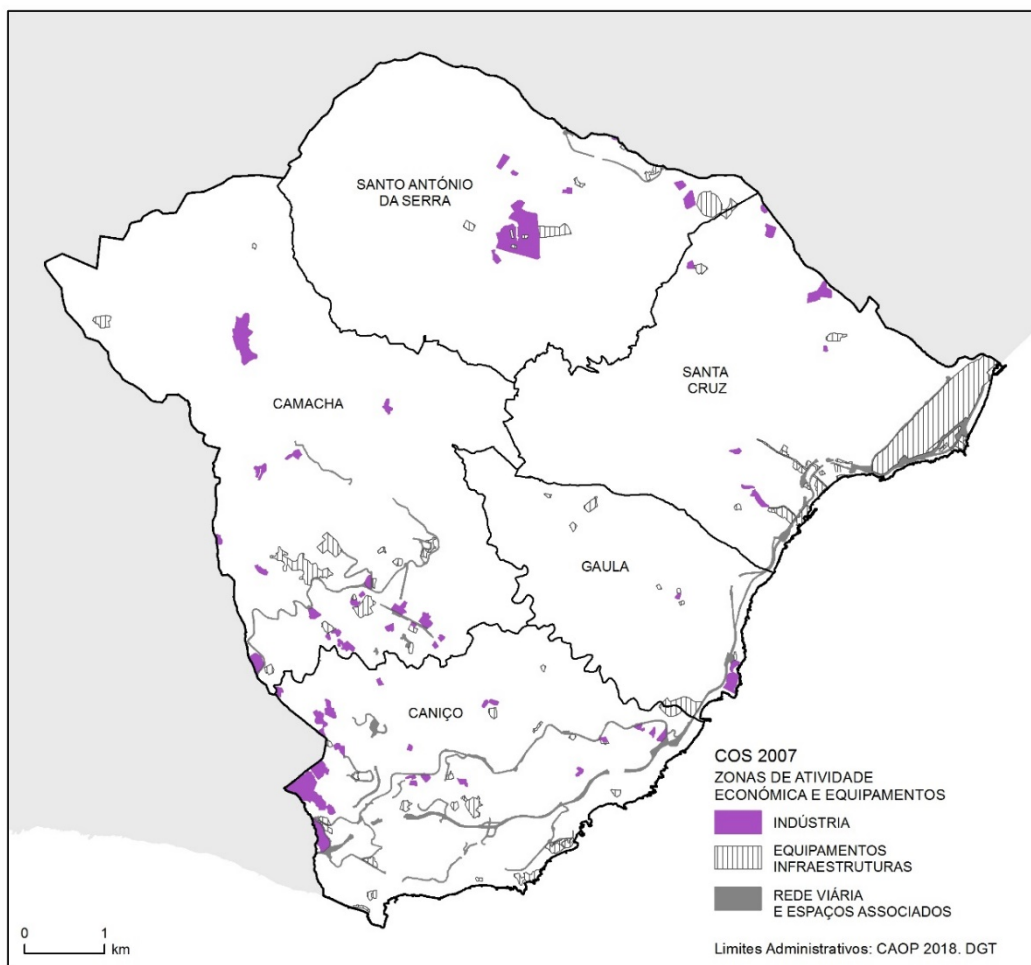


Figura 7 - COSRAM 2007 - Zona de Actividade Económica e Equipamentos

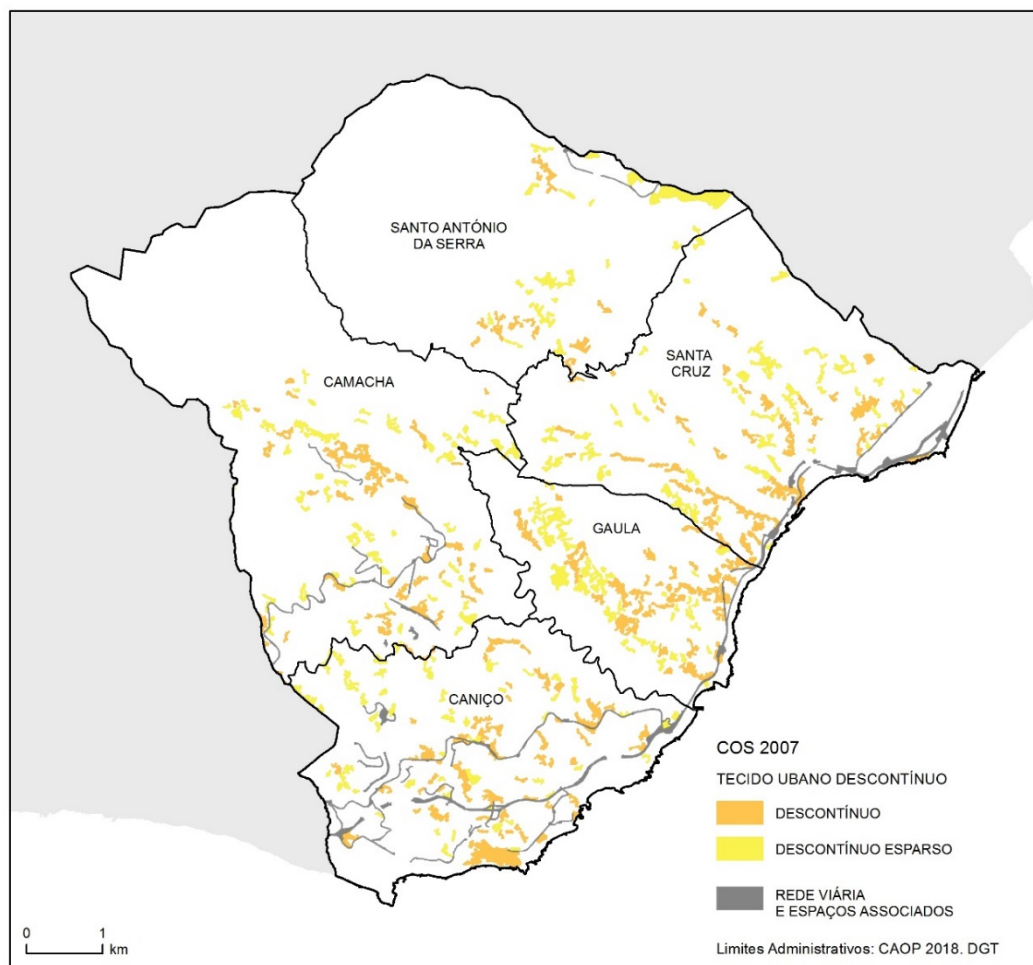


Figura 8 - COSRAM 2007 - Tecido Urbano Descontínuo

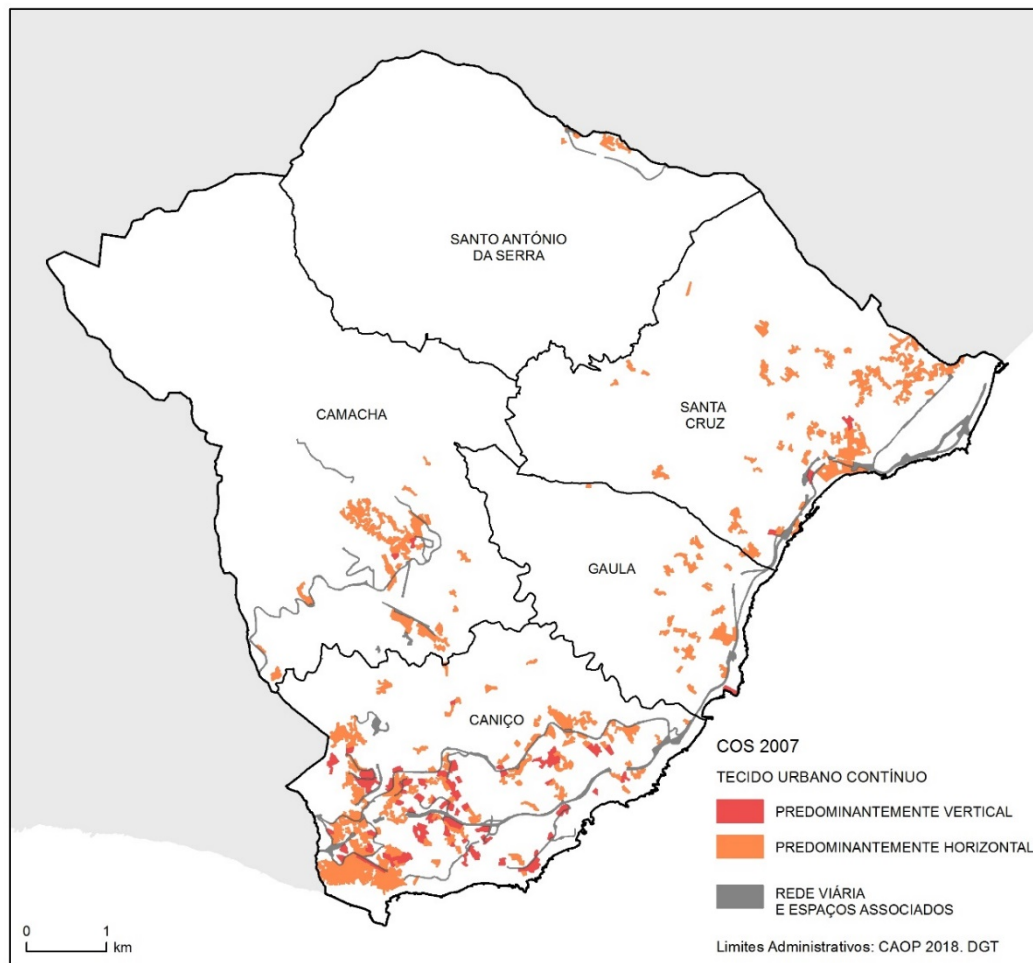


Figura 9 - COSRAM 2007 - Tecido Urbano Contínuo

3.14 MODELO TERRITORIAL

De acordo com o referido no Relatório de Avaliação do PDMSC realizado pela Câmara Municipal de Santa Cruz em 2009, o modelo territorial ratificado no PDMSC assentou num compromisso entre a organização espacial das diferentes atividades e a sua articulação com uma estrutura de condicionantes físicas e legais à ocupação do território, salientando-se as seguintes disposições fundamentais:

- A diferenciação das classes de espaço e de outros usos funcionais afetos à base de classificação do solo, organizada em espaço urbano, espaço rural (agrícola e florestal) e equipamentos coletivos;
- A delimitação e caracterização das áreas urbanas e urbanizáveis, traduzidas em espaços consolidados e espaços de expansão e colmatagem;

4 JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PDM

O Plano Diretor Municipal (PDM) do Município de Santa Cruz encontra-se em vigor desde 2004, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal em 22 de março do ano de 2004, ratificado pela Resolução de Conselho de Governo Regional da Madeira n.º 607/2004, de 29 de abril e publicado no Diário da República n.º 131, II Série de 4 de junho de 2004.

A elaboração do plano foi feita internamente (SRESA), com meios técnicos reduzidos, com análises biofísicas e fisiográficas nem sempre satisfatórias, que se refletiram, ao longo da sua vigência em dificuldade operativas que conduziram a uma longa lista de retificações e suspensões adiante exposta.

De acordo com o artigo 8.º do regulamento do PDM- Santa Cruz, o mesmo deveria ter sido revisto, antes de decorrido o prazo de 10 anos da sua entrada em vigor.

Decorridos quase 15 anos sobre a entrada em vigor do PDM- Santa Cruz, justifica-se, por si só, a necessidade de se proceder à revisão deste importante instrumento de gestão territorial, pelo que é de extrema importância efetuar uma análise e reflexão que permitam sustentar as bases do que se pretende para o território do Município.

O PDM foi objeto de cinco retificações, de acordo com as declarações de ratificação que a seguir se identificam:

1ª Retificação – Declaração de Retificação n.º 18/2013, JORAM, II série, n.º 146, de 5 de agosto;

2ª Retificação – Declaração de Retificação nº 19/2013, JORAM, II série, nº 146, de 5 de agosto;

3ª Retificação – Declaração de Retificação nº 02/2014, JORAM, II série, nº 22, de 31 de janeiro;

4ª Retificação – Declaração de Retificação nº 16/2015, JORAM, I série, nº 201, de 22 de dezembro;

5ª Retificação – Declaração de Retificação nº 07/2016, JORAM, I série, nº 42, de 8 de março.

Importa salientar ainda que este instrumento regulador do território, foi objeto também de algumas suspensões sujeitas a medidas preventivas, que seguidamente identificamos:

1ª Suspensão – Resolução n.º 1458/2011, JORAM, I série, nº 112, de 17 de outubro;

2ª Suspensão – Resolução n.º 422/2012, JORAM, I série, nº 77, de 19 de junho;

3ª Suspensão – Resolução n.º 62/2013, JORAM, I série, nº 15, de 06 de fevereiro, com declaração de retificação n.º 03/2013, JORAM, I série, nº 15, de 06 de fevereiro;

4ª Suspensão – Resolução n.º 532/2013, JORAM, I série, nº 84, de 27 de junho;

5ª Suspensão – Resolução n.º 492/2014, JORAM, I série, nº 77, de 27 de maio, prorrogada pela resolução n.º 268/2016, JORAM, I série, nº 91, de 20 de maio;

6ª Suspensão – Resolução n.º 1040/2017, JORAM, I série, nº 3, de 04 de janeiro;

7ª Suspensão – Resolução n.º 234/2017, JORAM, I série, nº 71, de 18 de abril;

Após a análise exposta nos capítulos anteriores e de acordo com o Documento estratégico elaborado pela CMSC, no âmbito do processo de revisão do PDM de Santa Cruz *"importa, agora, avaliar sobre a eventual alteração, revisão ou revogação deste plano face à estratégia de desenvolvimento municipal e ao modelo territorial que vierem a ser propostos.*

Para além do imperativo legal, a necessidade de revisão do Plano Diretor Municipal, justifica-se pela necessidade de adequação das opções estratégicas de desenvolvimento e do modelo territorial que delas decorre a evolução, a curto, médio e a longo prazos, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, que implicam uma reponderação dos interesses públicos em presença e a sua tradução no território.

O enquadramento económico e social que esteve na base da definição das opções estratégicas e de planeamento constantes do PDM de 2004 encontra-se significativamente alterado, não só pelas alterações profundas verificadas desde então na RAM, mas principalmente pelas modificações de carácter estrutural que se verificaram nos últimos anos no concelho de Santa Cruz. "

Ainda de acordo com o citado documento, "É um facto que o território de Santa Cruz alterou-se significativamente desde meados dos anos 90 até à atualidade. Existem aspetos-chave que induziram transformações na estrutura do concelho, tanto ao nível físico, como ao nível socioeconómico.

Lamentavelmente, grande parte destas alterações não foram contempladas no Plano Diretor Municipal elaborado no ano de 2004 o que contribui para criar grandes constrangimentos na apreciação e decisão relativamente a investimento que se propõem para a área territorial do Município de Santa Cruz.

O concelho de Santa Cruz apresenta um território com uma ocupação populacional relativamente densa, principalmente a parte sul das freguesias do Caniço, Gaula e Santa Cruz.”

De acordo com os dados recolhidos recentemente, confirma-se que : *“O relativo envelhecimento da população verificado nos censos de 2011 não se tem traduzido numa perda de população.*

Antes pelo contrário, Santa Cruz é um dos concelhos que mais cresceu em termos populacionais, principalmente, com um incremento das faixas etárias mais jovens, decorrentes de uma oferta de habitações muitas vezes adquiridas por parte de famílias bastante jovens.

Parece-nos, salvo melhor entendimento e/ou apreciação analítica, que a delimitação de novas áreas urbanas deixou de ser uma necessidade, dados os espaços ainda disponíveis no interior dos perímetros urbanos estabelecidos pelo PDM em vigor. ”

Como se verifica nos cartogramas reproduzidos nas figuras 6 a 9, *“Trata-se agora de ajustar os perímetros urbanos definidos anteriormente, de modo a compatibilizá-los com os novos paradigmas de uso do território municipal decorrentes das alterações estruturais ocorridas durante tão longo espaço de tempo: legislativas, comunicacionais, mobilidade sócio económica, ecológicas, pondo a tónica no desenvolvimento e não apenas no crescimento a todo o custo.*

Assim, o ajustamento dos perímetros urbanos pode ocorrer justificadamente, para mais ou para menos, em função da sua resposta a novos paradigmas de contenção ou densificação e das necessidades geradas pelos novos usos previstos do território.

Trata-se agora de consolidar os perímetros urbanos existentes, com eventuais ajustamentos relativamente a áreas excedentárias face à ausência localizada de carências e de apostar na conservação e regeneração urbana.”

As atividades económicas, em especial no setor do turismo, apresentam uma dinâmica positiva, sendo este setor um motor de desenvolvimento do concelho, como se demonstra na análise agora executada.

“Assim a oferta de espaços para a instalação de unidades de alojamento turístico e resorts, bem localizadas, infraestruturadas e enquadradas em termos ambientais, continuará a ser uma prioridade.

Santa Cruz destaca-se ainda na RAM no setor agropecuário. Na agricultura destacamos a de subsistência e comercial. A produção de flores, cebola, batata, fruta diversa e hortaliças diversas são os cultivos que evidenciam maior produção.

Quanto à pecuária, esta também está bem presente no concelho de Santa Cruz em que são obtidos alguns dos produtos essenciais para o quotidiano da vida em sociedade, como carnes e outras substâncias de origem animal e vegetal. Exemplo: ovos, leite queijos, requeijão e manteiga.

Acresce que o aeroporto Internacional Cristiano Ronaldo, está sediado em Santa Cruz e é a principal e única porta de entrada, via aérea, na RAM. É evidente que para além da importância que esta infraestrutura representa, não deixa de ser igualmente importante referir que esta mesma infraestrutura oferece fortes constrangimentos no crescimento urbanístico, principalmente nas freguesias de Santa Cruz, Gaula e Caniço.

Outro fator que merece dar relevância decorre da existência de diversos equipamentos coletivos desportivos, localizados nas diferentes freguesias do concelho de Santa Cruz.

A natural desatualização do PDM face à dinâmica existente determina a necessidade da sua revisão, nomeadamente no que concerne às perspetivas de desenvolvimento que se preveem para o concelho, face às mudanças já verificadas, ao nível socioeconómico, cultural, ambiental e de ocupação e uso do solo. "

Como se verifica no ponto 2.1 e seguintes deste documento, "Para além da nova dinâmica concelhia, também o enquadramento jurídico relativo aos instrumentos de gestão territorial sofreu grandes alterações, e o sistema de planeamento atual é bem distinto do que existia em 2004, quando o atual PDM entrou em vigor."

5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E BASE PROGRAMÁTICA

Os trabalhos de revisão do PDM devem procurar assegurar o alcance dos objetivos estratégicos e linhas de orientação definidas com base no Documento de Orientação Estratégica/Termos de Referência da CMSC:

5.1 OBJETIVOS GERAIS

Estabelecer a estratégia de desenvolvimento territorial municipal;

Definir a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas;

Definir as opções no âmbito dos equipamentos de utilização coletiva e das relações de interdependência com os municípios vizinhos;

Integrar e articular as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal;

Estabelecer o modelo territorial municipal.

“Além disso, há que adequar o PDM ao programa eleitoral que foi sufragado pela população, nomeadamente em termos de gestão territorial. Estando, neste domínio, bem explícito que uma rigorosa e equilibrada gestão do território é o garante de uma boa qualidade de vida e a base de um crescimento sustentável, permitindo que os investimentos se façam de forma racional.”

A revisão do PDM terá que atender às orientações e regras constantes do POTRAM (atualmente em processo de revisão) e deverá ainda assegurar a sua compatibilidade com as

orientações contidas no Plano Ordenamento Turístico e Programa da Orla Costeira. Deverá assegurar ainda a sua compatibilização com as orientações do Plano da Rede Natura 2000.

Por outro lado, e não menos importante, acresce a necessidade de ajustamento/correção do modelo de ordenamento do território tendo em conta os compromissos urbanísticos assumidos e válidos, e os equipamentos coletivos e as infraestruturas entretanto realizadas ou previstas como prioritárias. Lembramos, neste âmbito, os projetos que pretendemos desenvolver nas principais centralidades de todas as freguesias no concelho de Santa Cruz.

Devemos ter especial atenção que os parâmetros de aproveitamento urbanístico devem ser ajustados face à evolução do mercado imobiliário e à necessidade de qualificação ou requalificação urbanística e paisagística, não esquecendo as situações específicas da habitação social. Compatibilizar também a estratégia de desenvolvimento concelhio com a rede de transporte públicos, rede escolar e melhorias das nossas acessibilidades, será um dos propósitos a ter em conta neste processo de revisão do PDM- Santa Cruz.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Valorizar a sua frente de mar: Santa Cruz tem a geomorfologia mais propícia para abordar o plano d'água: Praia urbana, Reis Magos, Arsenal, etc.

Afirmar o posicionamento do concelho de Santa Cruz como Centro Estruturante Regional, pelas suas especificidades e diferenças no contexto regional;

Salvaguardar e valorizar do património construído, promovendo a Regeneração Urbana e qualificação dos conjuntos urbanos antigos, históricos ou degradados, numa perspetiva integrada - social, urbanística, patrimonial, confirmando assim a identidade concelhia;

Valorizar a oferta turística, exigindo dos potenciais investidores que a procura pela orla costeira pressupõe a instalação de equipamentos públicos, compatibilizando-os com as infraestruturas existentes;

Qualificar a oferta dos espaços de atividades económicas (Zonas de Acolhimento Empresarial – Parque empresarial da Cancela, zona das Eiras-Caniço, e Camacha); Ou seja, urge reenquadrar as suspensões do PDM já oficializadas e compatibilizar as atividades industriais com o novo Plano de Ordenamento do Território;

Redirecionar e concentrar as atividades pecuárias, com estabelecimento de período de transição;

Valorizar o património cultural e natural enquanto motores de desenvolvimento rural, designadamente através da respetiva promoção turística e cultural;

Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e regionais adequados ao desenvolvimento do concelho;

Proceder à reestruturação da Rede Viária tendo em consideração o traçado de novas infraestruturas viárias na definição da proposta de ordenamento;

Valorizar as capacidades competitivas e de atração de novos residentes, de empresas e de investimento;

Criar espaços públicos de qualidade e de proximidade;

Nova distribuição do espaço público dando primazia ao peão;

Requalificar áreas públicas descaracterizadas, identificar e ordenar a rede de equipamentos de utilização coletiva;

Melhorar a rede de transportes públicos municipais.

Fixar empresas e profissionais, particularmente de elevado potencial criativo;

Alavancar as dinâmicas económicas do concelho a uma rede de oferta turística de excelência, potenciando elevadas taxas de ocupação;

Promover a paisagem cultural e natural do concelho, na perspetiva do valor económico;

Criar programação de eventos e roteiros culturais de impacto regional, nacional e internacional.

5.3 SANTA CRUZ, COM QUALIDADE DE VIDA, COM TERRITÓRIO COESO E INCLUSIVO E QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL:

Prevenção da produção de resíduos e fomento de uma economia circular;

Salvaguarda da estrutura ecológica do território;

Utilização eficiente dos recursos naturais;

Promoção da sustentabilidade energética, identificação de áreas favoráveis;

Promoção da educação e sensibilização ambiental;

Combate à segregação urbana;

Aposta em políticas de regeneração urbana;

Aposta na promoção do território inclusivo para todas as gerações;

Criação um modelo territorial equilibrado promovendo a consolidação, qualificação e reabilitação das áreas urbanas e a gestão integrada da frente mar, isto é o litoral;

Delimitar, onde necessário, Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e definir para estas os instrumentos, os sistemas de execução e os critérios de perequação adequados a cada situação;

Promover a qualificação ambiental, viabilizando racionalmente as redes públicas de abastecimento de água e saneamento e incentivando a sua efetiva utilização – adequar esta qualificação aos objetivos do Plano Municipal para a eficiência energética, atualmente em elaboração;

Ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa ótica de contenção, e promover a requalificação de alguns aglomerados, propondo, sempre que se justifique, a criação de espaços verdes e de novas áreas de equipamentos de utilização coletiva;

Preservar o núcleo habitacional das Eiras Velhas em Santa Cruz como reserva estratégica patrimonial, mas apostando noutros usos compatíveis nomeadamente o turístico;

Preservar, salvaguardar e valorizar os recursos naturais, nomeadamente as grandes manchas contínuas de espaço agrícola e florestal e a diversidade paisagística e promover o ordenamento do espaço rural, evitando os usos deslocados e promovendo o pleno aproveitamento da produção primária (agricultura de subsistência); reorganizar, apoiar a agricultura de subsistência, ao modo cooperativo (ver política agrícola regional)

Favorecer a acessibilidade e a mobilidade intramunicipais, hierarquizando a rede viária municipal e priorizando as intervenções necessárias;

Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos, evitando descontinuidades territoriais;

Contribuir para a prevenção e gestão dos riscos, em particular os de origem natural e mista, identificando as áreas a eles sujeitas e propondo medidas regulamentares de mitigação;

Contribuir para a saúde e bem-estar das populações, particularmente em meio urbano, programando áreas a intervir em termos de correção de desequilíbrios ao nível da qualidade do ar, do ruído ambiente, da iluminação noturna e da acessibilidade;

Reduzir as assimetrias socioeconómicas e territoriais.

5.4 SANTA CRUZ, TERRITÓRIO DE CIDADANIA ATIVA, CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E COESÃO SOCIAL:

Dinamizar os sistemas de governança de forma a garantir as melhores condições de governabilidade, através da promoção da democracia participativa, da inovação dos processos e da gestão inteligente do território, através de:

Fomentar a dinamização social inclusiva em articulação com a universidade e outros organismos existentes;

Fomento da acessibilidade às respostas e serviços de qualidade;

Promoção do empreendedorismo social;

Aposta no desporto como aglutinador social e potenciador de hábitos saudáveis.

Impulsionar a democracia de proximidade;

Promoção da democracia de proximidade e da cidadania ativa;

Promoção do voluntariado e da responsabilidade social;

Fomentar a dinamização social inclusiva.

6 CONCLUSÃO

A Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Cruz (PDM-Santa Cruz) é considerada pelo Município como um documento imprescindível ao planeamento estratégico do desenvolvimento do concelho, até o ano 2030.

É, pois, um instrumento de base, que vai orientar à gestão municipal para o desenvolvimento sustentado e sustentável, estabelecendo as grandes orientações para a melhoria e consolidação da atratividade, competitividade e sustentabilidade, nos contextos regional, nacional e internacional.

O PDM-Santa Cruz, como documento de orientação estratégica irá consagrar o lema de “SANTA CRUZ - TERRA DE FUTURO”, alicerçado em adequadas intervenções de curto, médio e longo prazo, visando a melhoria contínua e a concretização do melhor futuro possível, para o povo e o território de Santa Cruz.

Para que Santa Cruz seja no ano de 2022 um concelho competitivo, alavancado por uma governança moderna, assente em redes de conhecimentos, com confianças mútuas, valorizando o capital humano, promovendo a excelência dos seus recursos naturais e paisagísticos e no seu posicionamento estratégico no mapa regional (principal porta de entrada da RAM).

Entende-se assim que Santa Cruz pode e deve traduzir-se num novo paradigma em termos de ordenamento do território qualificado, marcado pelas pessoas que nele residem, trabalham ou visitam.

Na verdade, Santa Cruz tem diversas realidades e espaços com características bastante diferentes. Todos os diferentes espaços devem ser tratados com especial atenção, com vista a definir um modelo territorial que permita a concretização dos diversos investimentos públicos e privados nos termos do modelo territorial planeado e da estratégia de desenvolvimento territorial que o suporta.

Santa Cruz, junho 2019

REOT

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE SANTA CRUZ

VOLUME II

SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO EVOLUTIVA DO CONCELHO E ANÁLISE CRÍTICA DO PDM EM VIGOR

JUNHO 2019

ÍNDICE

1. TERRITÓRIO E POPULAÇÃO	3
1.1 Estrutura etária	4
1.2 Nível de ensino	5
1.3 Habitação	6
1.4 Acessibilidades.....	7
1.5 Equipamentos coletivos	10
1.6 Indicadores de ambiente	11
2 DINÂMICA ECONÓMICA	12
2.1 Atividade Económica.....	13
2.2 Atividade turística.....	14
3. AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DO PDM À REALIDADE ATUAL DO CONCELHO	16
3.1. Ordenamento do território	16
3.2 Modelo territorial/Rede urbana.....	16
3.3 Dinâmica de crescimento urbano.....	19
4. GESTÃO URBANÍSTICA.....	23
5. RESERVAS DE SOLO	24
5.1 Aspetos gerais	24
5.2 Espaço urbano.....	24
5.3 Espaço urbanizável.....	25
5.4 Solo Rústico.....	26
6. DINÂMICA URBANÍSTICA	29
6.1 Aspetos gerais.....	29
6.2 Execução do Plano.....	30

REOT / RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE SANTA CRUZ

VOLUME II

SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO EVOLUTIVA DO CONCELHO E ANÁLISE CRÍTICA DO PDM EM VIGOR

1.TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

O concelho de Santa Cruz localiza-se na costa sudeste da Ilha da Madeira. É limitado a norte pelo concelho de Machico e a oeste pelo concelho do Funchal. Tem uma área de 81,50 km² e é constituído pelas freguesias de Santa Cruz, Gaula, Caniço, Camacha e Santo da Serra.

Em resultado da dinâmica demográfica na última década censitária, **a densidade populacional concelhia aumentou 19,8%**, correspondendo em 2011 a 527,7 hab./km².

Destaca-se a diminuição expressiva da densidade populacional nesta década na freguesia de Santa Cruz e o aumento muito significativo da densidade populacional na freguesia do Caniço, que se situou em 101,6%.

A freguesia de Santo António da Serra, segundo a Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU 2014), é classificada como Área Predominantemente Rural.

1.1 ESTRUTURA ETÁRIA

A estrutura etária da população e a sua evolução, revela um crescimento da população no concelho e na maior parte das freguesias

O escalão etário dos jovens (com idade igual ou inferior a 14 anos) apresenta no concelho o valor de 18,7%. Este valor é superior ao da população idosa, o que constitui um fator demográfico positivo relativamente ao índice de envelhecimento.

A variação entre 2001 e 2011 no escalão dos jovens revela um rejuvenescimento significativo ao nível concelhio (35,6%). O mesmo sucede relativamente às freguesias, particularmente no Caniço (105%) e Gaula (39,4%), onde o rejuvenescimento foi muito significativo. Na freguesia de Santa Cruz o rejuvenescimento da população tem uma expressão pouco significativa, de cerca de 4,1%.

A população em idade ativa no escalão 15-24 e 25-64 anos registou uma variação positiva significativa ao nível concelhio, com 8,8% e 61,5%, respetivamente. Nas freguesias destaca-se a variação positiva em todas as freguesias, particularmente muito elevada no Caniço (117,7%) e também em Gaula (41,7%), no escalão 25-64.

Relativamente aos índices de envelhecimento e de dependência da população, observa-se que o concelho de Santa Cruz apresenta uma situação muito mais favorável que a média da RAM. Ao nível das freguesias, apenas Santa Cruz e Santo António da Serra apresentam valores superiores à média da RAM. Destaca-se o valor reduzido deste índice na freguesia de Caniço, relacionado com a pequena proporção de população com 65 e mais anos.

1.2 NÍVEL DE ENSINO

A qualificação da população considerando o nível de escolaridade atingido em 2011, aponta para uma predominância clara de população com nível de ensino do 1º Ciclo, tanto no concelho de Santa Cruz como na RAM. Nas freguesias Apenas no Caniço é predominante a população com ensino secundário.

No Ensino Secundário, os valores refletem um equilíbrio de população com este nível de ensino na maior parte das freguesias, entre 15,3% na Camacha e 22,5% no Caniço. Os valores nas freguesias de Camacha e Santo António da Serra são inferiores ao verificado no concelho e também na RAM.

A população com ensino superior tem maior representatividade na freguesia de Caniço, com 17,3%, valor que é superior ao observado no concelho e também na RAM.

Nas freguesias de Camacha e Santo António da Serra a população com ensino superior registou valores inferiores, respetivamente, 6,6% e 7,8%.

A percentagem de população sem qualquer nível de ensino tem uma expressão menor do que o verificado na RAM, destacando-se apenas a freguesia de Santo António da Serra com valores superiores às restantes freguesias e também em relação ao concelho e RAM.

Entre 2001 e 2011 a taxa de analfabetismo reduziu-se consideravelmente. A redução é superior à observada na RAM exceto na freguesia da Camacha, revelando uma maior qualificação da população na última década.

A análise comparativa dos níveis de ensino atingidos entre 2001 e 2011 evidencia um decréscimo de população sem qualquer nível de ensino, com maior expressão em Santo António da Serra (-11,1%). Excluindo esta freguesia, o decréscimo no concelho e restantes freguesias foi ligeiramente inferior ao observado na RAM.

1.3 HABITAÇÃO

O parque habitacional da RAM (edifícios) registou um crescimento significativo na última década, de cerca de 22,9%.

No concelho de Santa Cruz o crescimento foi superior, de cerca de 34,2%, e nas freguesias urbanas de Caniço e Gaula foi muito superior quer em relação ao concelho quer em relação à média da RAM.

Em relação ao número de alojamentos também ocorreu um crescimento significativo entre 2001 e 2011, sendo que no concelho de Santa Cruz (68,1%) quase que duplicou o crescimento observado na RAM (37%). Nas freguesias destaca-se o elevado crescimento dos alojamentos em Caniço (109%) e 51% na freguesia sede do concelho (Santa Cruz).

Em Gaula o crescimento também foi significativo, de cerca de 49,3%. Nas freguesias de Camacha e Santo António da Serra o crescimento situou-se entre 12,1% e 12,7%, respetivamente.

1.4 ACESSIBILIDADES

A acessibilidade e a mobilidade municipal constituem pilares essenciais do desenvolvimento municipal. O concelho de Santa Cruz dispõe de uma rede viária que permite uma ligação rápida e segura entre os concelhos limítrofes, particularmente com o Funchal.

As acessibilidades na RAM registaram nas últimas décadas profundas transformações importantes, aproximando o município, que passou de uma posição periférica na RAM para uma posição de grande proximidade ao Funchal, particularmente a sede do concelho, através da construção das grandes infraestruturas rodoviárias, com destaque para a Via Rápida (VR1) e respetivos nós de ligação locais.

Como resultado, as distâncias-tempo foram reduzidas substancialmente, com impactes muito significativos na melhoria da qualidade de vida das populações e no desenvolvimento económico e social.

O crescimento populacional do concelho foi maior após a abertura da VR1, associando-se este crescimento à existência desta via. Fatores como a disponibilidade de solo a preços muito mais acessíveis do que no centro da cidade, menos poluição atmosférica e sonora e menos trânsito, conjugados com o aumento da mobilidade individual proporcionada pelo uso do carro

e pela melhoria das redes viárias, proporcionaram a construção de novas áreas residenciais na periferia, como é o caso do Caniço, em Santa Cruz.

Além da importância da Rede Viária, destaca-se o importante contributo do Aeroporto da Ilha da Madeira, para o desenvolvimento regional e também concelhio, uma vez que se localiza no município de Santa Cruz. Em 2000 foi inaugurada a ampliação do aeroporto passando a pista a ter 2781 metros de extensão, prolongando-se para o concelho de Machico. A inauguração desta ampliação coincide com a abertura da VR1 entre Funchal - Santa Cruz – Machico.

Destacam-se também as infraestruturas marítimas como o Porto do Caniçal, que têm também um papel importante no desenvolvimento económico da RAM e do município.

No que diz respeito à mobilidade da população, embora não tenha ainda sido efetuado um estudo aprofundado da mobilidade da população do concelho de Santa Cruz, da análise e comparação dos dados demográficos da estrutura da população residente e da população ativa do Concelho, conclui-se que os principais movimentos são pendulares e ocorrem entre os concelhos de Santa Cruz e do Funchal.

Deste modo, verificou-se que são predominantes os movimentos pendulares externos e que o Concelho do Funchal é o principal destino nas saídas, tendo aumentado o seu domínio face aos restantes destinos para os habitantes do Concelho, com a implementação e melhoria da rede rodoviária.

Por outro lado, verifica-se que os movimentos pendulares internos se mantêm e as principais freguesias de destino são o Caniço e Santa Cruz.

Quanto à repartição modal das deslocações, regista-se a crescente utilização do transporte rodoviário individual, ainda que se verifique um aumento progressivo do modo coletivo rodoviário (autocarro). Segundo dados do INE, série transportes 1976-2017, o parque automóvel de Santa Cruz tinha 25 135 automóveis em finais de 2017 correspondendo a cerca de 17% do parque automóvel da RAM. Entre 2004 e 2017 verificou-se um aumento de cerca de 92% do parque automóvel do município, o maior valor registado na RAM.

Considera-se assim que o Concelho é servido atualmente por uma excelente e eficaz rede viária regional e local, cobrindo cerca de 102 km e 330 km de extensão, respetivamente, sendo servido por várias carreiras de transporte coletivo com ligação ao Funchal e servindo os principais núcleos populacionais.

No caso específico do núcleo urbano de Santa Cruz, a execução das vias circulares, bem como de outras vias municipais, vem fechar uma malha urbana que se desenvolveu sob o impulso das novas acessibilidades regionais. A freguesia do Caniço revela problemas de natureza diversa, com uma rede mal dimensionada, com vias de perfil transversal insuficiente para os mínimos exigíveis à circulação de pessoas e viaturas em segurança.

As novas questões, relativas à gestão da rede rodoviária, estão já a ser estudadas no sentido de identificar os grandes estrangulamentos da rede e as principais carências de

estacionamento. Há necessidade de atualizar a classificação e hierarquia da rede viária, bem como de identificar outros pontos de conflito, que não estão contemplados no atual PDMSC.

1.5 EQUIPAMENTOS COLETIVOS

A rede de equipamentos identificados no PDMSC está estruturada em oito setores (ensino, saúde, segurança social, cultura, segurança pública, administração, comércio e serviços, desporto).

A revisão do PDMSC irá aferir e propor o melhoramento para a rede de equipamentos e serviços públicos, conjugando os seus diversos níveis hierárquicos, setores e competências, nomeadamente aqueles que são assegurados pela administração central, municipal e por instituições particulares privadas.

Os equipamentos de utilização coletiva são os elementos chave para a estruturação funcional do sistema urbano, procurando articular lógicas de cooperação entre o âmbito público e o privado.

Segundo a informação contida nos anuários estatísticos regionais, apresentam-se no Relatório alguns indicadores relativos a equipamentos coletivos de ensino e de saúde do concelho de Santa Cruz.

1.6 INDICADORES DE AMBIENTE

A análise da evolução das despesas do município na gestão de resíduos urbanos e na proteção da biodiversidade e na quantidade de resíduos recolhidos revela que a despesa tem vindo a diminuir substancialmente, quer na gestão de resíduos quer na proteção da biodiversidade.

A quantidade de resíduos recolhidos tem vindo a diminuir, respetivamente 2% e 6% na RAM e em Santa Cruz. A percentagem de resíduos recolhidos seletivamente tem vindo a aumentar cerca de 64% na RAM e 36% no município de Santa Cruz.

A análise comparativa de alguns indicadores de abastecimento e tratamento de água, entre 2003 e 2016 demonstra que em 2003 a população servida por sistemas de abastecimento de água no município de Santa Cruz atingia o valor de 95% e por sistemas de drenagem de águas residuais cerca de 70%. A taxa de tratamento de águas residuais em 2003 já era de 100%. A análise comparativa evidencia uma evolução favorável destes indicadores até 2016 referentes a população servida por sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais no concelho e na RAM, alguns mais favoráveis no concelho comparativamente à média da RAM.

Segundo a Base de Dados Pordata (consultada em maio de 2019), praticamente toda a população do município encontra-se servida por sistemas públicos de abastecimento de água, situação que se mantém desde 2011. Na RAM este indicador apresentava cerca de 99% de população servida em 2011 e em 2017 toda a população encontrava-se servida.

2. DINÂMICA ECONÓMICA

A análise dos vários sectores de atividade económica é indispensável para a criação de cenários de desenvolvimento futuro.

Uma das formas de analisar a dinâmica económica do concelho é a observação da taxa de desemprego e evolução do mercado de trabalho.

Segundo os resultados do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego da RAM apurada para o 1.º trimestre de 2019 foi de 7,0%, o que traduz uma redução de 1,9 pontos percentuais face ao trimestre anterior e um decréscimo de 2,1 pontos percentuais face ao trimestre homólogo. É a menor taxa de desemprego registada na Região Autónoma da Madeira desde há quase uma década, tendo sido registados 6,2% no 1.º trimestre de 2010.

Especificamente relacionado com o concelho de Santa Cruz, o IEM – Instituto de Emprego da Madeira indica, no seu Boletim Mensal, que o número de desempregados registados em Santa Cruz tem vindo a reduzir gradualmente nos últimos anos, em linha com a redução do desemprego a nível regional.

A título ilustrativo, o Boletim referia, em Janeiro de 2019, um total de 3.697 indivíduos desempregados no concelho, que compara com 2.524 em Abril de 2019 (últimos dados disponíveis), evidenciando uma redução de 32% no período em apreço. O desemprego registado Santa Cruz representa 15,6% do total regional.

2.1 ATIVIDADE ECONÓMICA

Relativamente à atividade económica, o Concelho de Santa Cruz tinha, segundo os últimos dados estatísticos (datados de 2017), 3.431 empresas não financeiras sedeadas (mais 839 empresas não financeiras que em 2004, quando estavam registadas apenas 2.592).

As empresas com sede social no concelho de Santa Cruz empregavam em 2017 cerca de 7.083 colaboradores e geravam um volume de negócios (faturação) acumulado de 435 milhões de euros e um valor acrescentado bruto de 106 milhões de euros.

Os fatores geradores da supra indicada evolução poderão residir em características conjunturais ou estruturais do próprio concelho, bem como em aspetos derivados do contexto regional e da respetiva dinâmica de desenvolvimento económico, à qual a recente crise internacional não será, porventura, totalmente alheia.

No início da década de 2000, houve duas atividades que obtiveram grande impulso no concelho: as empresas ligadas ao ramo da construção civil e as de promoção imobiliária, empresas estas que acompanharam o grande crescimento urbano verificado à data. Desde 2004 e sempre em referência ao concelho de Santa Cruz, o setor da construção é o que mais perde empresas (-122), postos de trabalho (-1.300), volume de negócios (-179 milhões de euros, equivale a 97% da redução total entre 2004 e 2017) e valor acrescentado bruto (-34 milhões de euros, cerca de 59% da perda total entre 2004 e 2017).

Em termos do volume de negócios registado no concelho, é gerado em 52% por empresas no setor do “Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos”, seguindo-se a larga distância o setor do “Alojamento, restauração e similares” com apenas 14% da faturação gerada. O setor do comércio foi ainda aquele que mais cresceu o volume de faturação desde 2004, nomeadamente mais 42 milhões de euros. Ainda comparativamente a 2004, destaque pela negativa para a redução de 179 milhões de euros no volume de negócios do setor da “Construção”.

Outro indicador que nos permite verificar a evolução da atividade económica é o da população ativa segundo sectores de atividade, onde se observa claramente a deslocação da população ativa do sector primário e secundário para o sector terciário.

2.2 ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística é aqui abordada porque gera um valor elevado de população flutuante, que tem que ser considerada quando se caracteriza a demografia do Concelho de Santa Cruz.

A infraestrutura hoteleira no município de Santa Cruz, medida em número de unidades, diminuiu desde início da década de 2000 para voltar a recuperar nos últimos anos (mas ainda com saldo negativo face a 2005). Em 2017 o município granjeava de 21 unidades hoteleiras (cerca de 14% do total regional que se fixou em 155 unidades).

Em termos de quartos, embora com oscilações anuais, o município de Santa Cruz tem aumentado a oferta. Comparativamente a 2005, o ano de 2017 regista mais 127 quartos

(crescimento de +7%), numa tendência similar à registada pela Região Autónoma da Madeira (de 2005 a 2017, crescimento de +360 quartos).

Em paralelo, a capacidade de alojamento (camas disponíveis) também aumentou, quer na Região (+1.545, cerca de +6%) quer no concelho de Santa Cruz (+263 camas, cerca de +7%).

O crescimento registado pelo concelho de Santa Cruz nos anos em apreço, quer em número quartos quer em número de camas é superior à média regional mas não suficientemente elevado para fazer crescer o peso do concelho na infraestrutura turística que ronda os 12 a 13% - Santa Cruz continua a ser o 2º concelho mais relevante em termos de capacidade de alojamento, seguido do Porto Santo em 3º lugar (8,9%).

Em termos da performance operacional, o setor hoteleiro do concelho de Santa Cruz tem acompanhado a tendência regional de incremento muito significativo do número de hóspedes entrados, tendo crescido 40% desde 2005. Desta forma, em 2017 foram registados 150 mil hóspedes nas unidades hoteleiras do concelho (+43 mil comparativamente a 2005).

As estatísticas de Turismo referentes aos valores acumulados provisórios de 2018 registaram 42 estabelecimentos de turismo no Concelho de Santa Cruz, com capacidade de 4.488 camas.

3. AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DO PDM À REALIDADE ATUAL DO CONCELHO

3.1. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Esta avaliação baseia-se na evolução da dinâmica urbanística e socioeconómica suportada em indicadores demonstrativos dessa evolução, tendo como situação de referência inicial a data da publicação do PDM (2004) e a data dos Censos mais próxima daquela (2001).

A análise incidiu igualmente sobre as áreas urbanas e rurais definidas no PDM em vigor e a situação de ocupação atual do solo para as diferentes categorias de espaços, utilizando como referência a Carta de Ocupação do Solo (COS RAM, 2007), sendo esta a informação oficial disponível mais atualizada.

3.2 MODELO TERRITORIAL/REDE URBANA

Segundo o Relatório de Avaliação elaborado em 2009, o modelo territorial ratificado no PDMSC assentou num compromisso entre a organização espacial das diferentes atividades e a sua articulação com uma estrutura de condicionantes físicas e legais à ocupação do território, salientando-se as seguintes disposições fundamentais:

- A constituição de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG);
- A diferenciação das classes de espaço e de outros usos funcionais afetos à base de classificação do solo, organizada em espaço urbano, espaço rural (agrícola e florestal) e equipamentos coletivos;
- A delimitação e caracterização das áreas urbanas e urbanizáveis, traduzidas em espaços consolidados e espaços de expansão e colmatagem;

-O estabelecimento de regras de apoio ao licenciamento municipal e gestão urbanística corrente.

A rede urbana do Concelho, caracterizada por uma estrutura de lugares referenciados nos estudos de caracterização do PDMSC 2004, foi simplificada através de critérios de zonamento adotados e, posteriormente fixados no regulamento do Plano, configurando uma rede estruturada em função de uma hierarquia, relativa à importância de cada centro.

Ainda de acordo com o mesmo Relatório o critério de classificação dos usos do solo plasmado no PDMSC 2004 traduziu, nas suas linhas gerais, a fixação da realidade e do estado de ocupação do solo obedecendo às pré-existências verificadas no território, relevando-se neste ponto o facto de a "realidade" não corresponder à ocupação real, conforme se verifica na cartas de atualização elaboradas pelos serviços técnicos do município. Este facto induziu uma estrutura de classificação estática, não comprometida com o desenvolvimento qualitativo das atividades que sustentam o bom uso do solo. Para o caso concreto do espaço urbano, a inclusão da classe de espaço urbanizável com capacidade para incorporar o crescimento urbano do Concelho durante a vigência do Plano foi a principal marca do PDMSC 2004. Todavia, não tendo acessos aos estudos de caracterização Plano, poderá concluir-se, através dos parâmetros urbanísticos fixados no regulamento, que a estratégia de ordenamento do Plano se alicerçou num modelo de ocupação extensivo em média/baixa densidade, sendo o Caniço o único perímetro urbano com uma expressiva mancha habitacional de índices mais elevados. Esta parametrização geral e abstrata dificulta o desenho e composição urbana, concretamente na composição volumétrica a, dando origem a uma uniformização da imagem urbana.

Na freguesia de Santa Cruz o perímetro urbano, que inclui a cidade e a zona de expansão, destaca-se como principal centro económico e populacional. As orientações do PDMSC 2004 conduziram o crescimento da urbanização nos espaços urbanos e urbanizáveis mais próximos do centro e nos principais eixos de ligação. As infraestruturas viárias reforçaram a centralidade da cidade e criaram um limite físico à expansão urbana; a rede urbana alicerçou-se nos aglomerados urbanos existentes, com poucas folgas para a sua expansão em alguns destes casos. É, de qualquer modo, importante considerar-se o reforço das sedes de freguesia e ancorar na rede urbana um conjunto de aglomerados embrionários, resultantes de povoamentos mais ou menos consolidados face à envolvente rústica.

A soma das áreas integradas em Solo Urbano no Concelho de Santa Cruz corresponde a 18% da área do Concelho, com 1422,17ha, pesando a área urbana da Freguesia do Caniço com 41,3% do total do Perímetro Urbano do Concelho (587,85ha), seguida pela Freguesia da Camacha com 18,0% (256,66ha), e as Freguesias de Santa Cruz e Gaula com 16,1% e 15,1% (228,37ha e 215,32ha, respetivamente) e, por fim, a Freguesia de Santo António da Serra com 9,4% (133,97ha)- ver Tabela 2 -Área do Perímetro Urbano por Freguesias.

Verifica-se que nas freguesias do litoral os polígonos urbanos e urbanizáveis são mais extensos, revelando maior peso dos núcleos urbanos relativamente à extensão territorial da freguesia.

A área urbanizável, na generalidade, é constituída por terrenos rústicos, onde a propriedade está fracionada em parcelas de pequena dimensão, das quais resultam áreas pouco propícias para a realização de operações de consolidação de desenho urbano de maior escala, sendo que nestas áreas ocorrem uma mistura de atividades (agrícola, edificação e de atividades industriais), dentro do perímetro que abrange as zonas circundantes dos núcleos consolidados.

Analisando a expressão territorial a uma escala macro, tratam-se, fundamentalmente de propriedades que configuram lotes de pequena e média dimensão, que possuem normalmente uma habitação unifamiliar isolada. Neste sentido, o PDMSC não classificou no mesmo uso outras áreas do território com as mesmas características de ocupação do solo, nomeadamente as localizadas nos Espaços Residenciais em Meio Rural.

Na freguesia do Caniço localiza-se a maior área urbana do concelho, abrangendo 587,85ha, correspondente a 49% da área total da freguesia. Por outro lado, o espaço urbanizável abrange 538,19ha, que representam 91,6% do espaço urbano da freguesia. Sublinha-se que, no espaço urbano e urbanizável situado nesta freguesia, se registou a maioria das operações de loteamento e licenciamento de habitação coletiva durante o período de referência, (2004/2008,) o que constitui também um indicador exemplar e demonstrativo de que os perímetros urbanos considerados correspondem a uma área consolidada reduzida, com grandes espaços livres ou com características de completamento.

3.3 DINÂMICA DE CRESCIMENTO URBANO

A transformação do uso do solo e a pressão construtiva constituíam já, segundo a informação constante do Relatório de 2009 aspetos fundamentais da dinâmica sócio urbanística registada durante o período de vigência do PDMSC. Neste período, a contabilização da entrada do número de processos de licenciamento de obras particulares, de loteamentos urbanos e a emissão de licenças de utilização para habitação reflete a forte dinâmica construtiva registada no território do Concelho, onde o aumento da atividade de construção se traduziu no aumento do número de processos face ao que até então constituía a média anual registada nos serviços camarários, sobretudo no quadriénio compreendido entre 1998 e 2001.

Configurando desde sempre uma das mais importantes formas de intervenção nos solos, os loteamentos urbanos constituem, quer pela abrangência da área de intervenção, quer pela visibilidade das marcas que operam no território, um dos principais indicadores urbanísticos dos níveis de ocupação do solo. No caso do concelho de Santa Cruz, este tipo de operação urbanística constituiu uma das formas mais visíveis de ocupação do território durante o período de vigência do PDMSC.

A caracterização das operações de loteamento, fundamentou-se nos indicadores relacionados com os processos de loteamento urbano com alvará emitido, desde o ano de entrada em vigor do PDMSC em 2004 até Dezembro de 2007. A evolução variável do processo de ocupação do solo neste período de tempo registou durante a década de noventa um aceleração e o ponto máximo do número de loteamentos nos anos de 2000 e 2001.

O conjunto dos perímetros urbanos e urbanizáveis do PDMSC acolheu todas as novas urbanizações submetidas a licenciamento camarário.

O maior número de processos de loteamento ocorreu sobre parcelas de terreno localizadas em áreas classificadas no PDMSC em espaço urbano, comprovando a existência de inúmeras parcelas de terreno livres no interior dos perímetros classificados nesta classe de espaço, que desta forma, face à inexistência de redes de infraestruturas de suporte para estes espaços, se constituíram como uma reserva para expansão urbana, a par das áreas urbanizáveis.

Nas novas urbanizações registou-se a tendência para praticar a volumetria máxima permitida no regulamento do PDMSC, sendo este facto um indutor da tipologia de habitação multifamiliar em 4 e 5 pisos, uniformizando a composição urbana determinada pelo conjunto das operações de loteamento particulares. Este aumento crescente de edifícios de maior dimensão, numa época em que o crescimento populacional das cidades é relativamente pequeno, mostra bem o predomínio da lógica da valorização fundiária, razão pela qual se considera que o PDMSC continua a ser um instrumento impróprio para determinar volumetrias fazendo-o à margem de fundamentos de desenho e composição urbana.

A evolução ao longo deste período de referência coloca o Caniço como a freguesia com a maior dinâmica construtiva, com 85,8% do número de fogos do Concelho, salientando-se, contudo, o abrandamento do ritmo de construção nos últimos anos.

Tendo como base o número total de licenças de habitação e subtraindo as licenças que incidem sobre as classes de espaço urbano, urbanizável e industrial, onde se incluem obviamente as licenças de habitação tituladas por alvarás de loteamento válidos, pretende-se quantificar aproximadamente a atividade de construção realizada fora dos perímetros urbanos, nomeadamente nas classes de espaço agrícola e florestal, onde o regulamento do Plano estabelece condições específicas para a edificação. A expressão espacializada da construção efetuada fora dos perímetros urbanos do PDMSC caracteriza também uma dinâmica de construção que, juntamente com as iniciativas que não derivam diretamente do PDMSC associadas ao fracionamento da propriedade através da figura do destaque, estabelecem o quadro de edificação dispersa durante o período de vigência do PDMSC.

Relativamente às áreas com aptidão turística, são constituídas por áreas ocupadas por empreendimentos turísticos avulsos ou com projetos da mesma natureza já aprovados e pelas áreas intersticiais ou envolventes daquelas que, dada a sua aptidão, ficam genericamente afetas à construção, edificação e demais empreendimentos com interesse para o sector do turismo. Estas áreas encontram-se essencialmente localizadas no litoral, verificando-se uma ocupação quase plena das mesmas, salvo nos casos em que existem limitações decorrentes da inexistência de infraestruturas ou da existência de regimes de uso do solo mais restritivos, nomeadamente o próprio PDMSC, que não previu reservas de solo para este fim e classificou como espaço rural as zonas classificadas no POTRAM como zonas preferenciais para a instalação das atividades turísticas, o que tem dificultado ou impedido a ocupação destas

4. GESTÃO URBANÍSTICA

No âmbito do Relatório de 2009, elaborou-se o levantamento de todos os processos administrativos, por tipo, relativos ao licenciamento de edificações e de operações de loteamento, no ano de 2006. Desta forma, o horizonte temporal de um ano acolhe o período de vigência da validade dos pedidos de informação prévia que, produzindo efeitos jurídicos, se traduzem em direitos concretos que representam mais do que um compromisso urbanístico.

O horizonte temporal de um ano define-se neste contexto como um critério uniforme para a recolha de informação em termos da atividade de gestão urbanística corrente, sendo que para as pretensões relativas a pedidos de autorização e licenciamento de edificações, que possuem a fase de tramitação processual a decorrer, corresponde ainda a um vínculo efetivo estabelecido entre a Câmara e o interessado, contudo não finalizado, razão pela qual se considera que o levantamento efetuado ao conjunto dos processos de licenciamento constitui, antes de mais, um indicador da dinâmica e da pressão construtiva ocorrida no ano de 2006.

Todavia, importa salientar a existência de processos de licenciamento que, não obstante a sua adequação urbanística, não podem ser materializados por imposição de condicionantes na estrutura do regulamento do PDMSC e que configuram a existência de erros materiais na estrutura regulamentar do PDMSC. Este facto está presente na zona central da Cidade de Santa Cruz, onde o PDMSC atuou como obstáculo à reabilitação de espaços ocupados por edifícios com atividades desativadas e à renovação das edificações, designadamente do segmento residencial.

5. RESERVAS DE SOLO

5.1 ASPETOS GERAIS

Segundo o Relatório elaborado em 2009, as áreas “urbanizáveis”, seja para habitação ou para indústria, encontravam-se na posse de privados, podendo questionar-se, face à extensão de prédios rústicos e urbanos devolutos, se tais terrenos estariam disponíveis para a urbanização. Da observação do comportamento dos proprietários dos imóveis, podia concluir-se que, dentro deste modelo de planeamento, há uma grande indisponibilidade de solos para satisfazer, a preços razoáveis, as necessidades sociais, de habitação e de atividades económicas em geral.

O PDMSC 2004 carece de instrumentos de programação que assegurem a disponibilização efetiva de solo para usos e utilizações previstas.

5.2 ESPAÇO URBANO

A análise espacial dos perímetros urbanos e os respetivos polígonos constantes nas plantas das áreas urbanas do PDMSC permitem verificar um desenho determinado por critérios abrangentes de classificação, representando áreas urbanas com maior ou menor dispersão, ou ainda, noutros casos, circunscrevendo áreas de contenção da expansão urbana ou situações expectantes de urbanização.

Todavia, cruzando os dados relativos às expansões em áreas urbanas e urbanizáveis ocupadas, verifica-se que a área inicial disponível em espaço urbano era de 406,3ha e espaço urbanizável de 554,7ha, registando-se, durante o período de referência, uma

ocupação de 76,4 hectares urbanos e de 77,7 hectares urbanizáveis. Neste sentido, poderá concluir-se que boa parte destas novas expansões incidiu sobre perímetros urbanos já constituídos e que proporcionalmente os valores de ocupação do solo traduzem maiores execuções nos perímetros classificados no Plano na classe de espaço urbano.

5.3 ESPAÇO URBANIZÁVEL

Conforme medições efetuadas em 2009, a partir da planta de ordenamento, a classe de espaço urbanizável abrange 607,1ha distribuídos por 24 polígonos urbanizáveis, que configuram predominantemente, terrenos de reserva para novas edificações e urbanizações (n.º 2, artigo 15.0 do RPDMSC). Contudo, salienta-se que 52,4ha (8,6%) destes representam espaço ocupado antes da entrada em vigor do PDMSC.

O peso das áreas urbanizáveis consideradas configuram uma estrutura mais difusa no território Este, integrando um maior número de polígonos (15), quando comparado com o território Oeste (9). No entanto, se se considerar a extensão da área ocupada, verifica-se que o valor absoluto de área urbanizável ocupada na parte ocidental do Concelho (62,6ha) é 4,1 vezes superior relativamente à parte oriental (15,1ha).

Na cidade de Santa Cruz, a área situada a norte da estrada circular, constitui o maior perímetro de espaço urbanizável (195,182ha). Caracteriza-se como um espaço que contém algumas bolsas de habitação dispersa e pequenos núcleos de origem clandestina, que, não tendo sido alterado com qualquer intervenção de grande escala, se mantém como potencial área de expansão da cidade.

Durante o período de referência (2004-2009), os maiores preenchimentos de perímetros urbanizáveis do território Oeste localizaram-se no Caniço, Gaula e Santa Cruz (38,5ha), sobretudo nas áreas próximas dos novos nós de acessibilidade viária.

Note-se que o Concelho regista a maior incidência de espaço urbanizável ocupado antes da entrada em vigor do PDMSC. Contudo, a razão que justifica esta circunstância reside no facto do Plano conter na delimitação dos seus perímetros urbanizáveis áreas a que corresponde uma normativa de difícil aplicação prática.

Nos perímetros urbanizáveis situados no território Este, a ocupação registada naquele período temporal foi baixa, tendo sido verificado o maior preenchimento em Santa Cruz. Contudo, importa salientar que as novas urbanizações registadas nesta freguesia localizaram-se junto à estrutura viária, reforçando a expressão do núcleo urbano da freguesia sede de Concelho.

5.4 SOLO RÚSTICO

De acordo com o PDM de Santa Cruz, as categorias e subcategorias de espaço que integram o solo rural, em função da utilização dominante desenvolvida, são essencialmente áreas em que é reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, integrando também os espaços naturais de proteção ou de lazer.

Nas referidas categorias e subcategorias de espaço que integram o solo rural, o PDM de Santa Cruz tem por objetivo a preservação dos solos, no sentido da melhoria e manutenção do uso dominante para os quais estão vocacionados, fixando normas de exceção para garantia,

quase sempre, da permanência humana e de infraestruturas indissociáveis das atividades económicas de exploração, nomeadamente agrícolas e florestais.

A edificabilidade em espaço rural é uma das fontes de conflito na gestão do PDM de Santa Cruz visto que há forte apetência para a localização de edificações em solo rural (fator preço dos solos/paisagem,) potenciada pela procura imobiliária para segunda habitação, que é confrontada com as restrições ao uso do solo, nomeadamente as decorrentes da proibição da edificação dispersa e das restrições inerentes às servidões administrativas instituídas e outras restrições decorrentes do regime instituído pelo PDM

Na edificação dispersa, Espaço Residencial em Meio Rural, estão englobados a maioria dos pedidos em solo rural (com exceção dos incluídos nas áreas de espaços naturais e agrícolas que foram objeto de classificação errada no PDMSC 2004), verificando-se que os mesmos apresentam uma variação semelhante aos dois anteriores, embora com maior significado, facto que revela a apetência por construção fora das zonas urbanas definidas em PDM.

Esta apetência pela edificação fora dos aglomerados urbanos tradicionais, a confirmar-se, pode ter várias explicações, sendo de destacar:

- O elevado preço dos terrenos para a construção nos principais aglomerados urbanos;
- A existência de oferta de moradias unifamiliares a preços competitivos, visto que nos principais aglomerados urbanos predomina a oferta de apartamentos em edifícios multifamiliares, para rentabilização do investimento efetuado;

- A apetência pela construção de moradias unifamiliares isoladas em parcelas de terreno com áreas comparativamente inferiores às que ocorrem em áreas de expansão urbana de baixa densidade, onde se admitem índices de construção superiores;
- As dificuldades crescentes de planeamento nos principais aglomerados urbanos, que se refletem a nível da infraestruturação do território, inviabilizando ou dificultando assim a iniciativa individual dos pequenos proprietários que querem construir habitação própria.

6. DINÂMICA URBANÍSTICA

6.1 ASPETOS GERAIS

Entre as várias insuficiências detetadas no PDM em vigor, merece especial relevo a omissão de disposições relativas à programação da sua execução, assim como dos meios financeiros a envolver na concretização das propostas de planeamento a médio prazo.

Esta falta de programação, veio agravar a tendência para a dispersão da ocupação edificada do território e consequentes dificuldades na sua infraestruturação.

O estudo da dinâmica urbanística de Santa cruz, realizado no âmbito do Relatório de Avaliação em 2009, constitui uma referência relevante para a compreensão da dinâmica da cidade sede de Concelho, onde se encontra uma significativa percentagem da população do município:

A leitura e compreensão desta dinâmica teve como referencial de comparação o comportamento dos restantes concelhos da região, mediante as seguintes ações: avaliar o crescimento de Santa Cruz; avaliar a evolução do licenciamento da construção de edifícios no concelho e o número de fogos correspondente; avaliar o número de fogos em apreciação pelos serviços da Câmara Municipal, no âmbito de operações de loteamento e obras de edificação.

A avaliação crítica do arrefecimento no licenciamento de edifícios, que contrasta com um clima de dinamismo moderado nos restantes concelhos, prende-se com o momento menos favorável do sector da construção e da economia do País em geral.

Assim, registava-se uma preponderância no licenciamento de novos edifícios de habitação no total de edifícios licenciados, reveladora da importância desta atividade para o sector da construção, relativamente a outras como seja a reabilitação de edifícios.

Esta constatação era reveladora da pouca atenção que o sector imobiliário, as autarquias e o governo atribuíam a este sector da construção civil, cujo peso relativo na atividade se deveria aproximar da média europeia, próxima dos 30%. Este indicador alertava para a situação de relativo abandono dos centros históricos e antigos em muitos aglomerados da região.

Recentemente, por iniciativa da Câmara Municipal e tendo em vista atender a esta situação recorrendo aos mecanismos legais existentes, foram delimitadas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) em diversos perímetros e centros urbanos: Santa Cruz, Caniço, Praia dos Reis Magos, Camacha e S. António da Serra.

6.2 EXECUÇÃO DO PLANO

A execução do PDM a partir da programação e implementação de operações urbanísticas enquadradas por Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) corresponde a uma estratégia que tem subjacente o planeamento de áreas limitadas do território municipal, a uma escala de pormenor.

O PDM de Santa Cruz definiu UOPGs, para as quais preconiza a realização de Planos de Urbanização ou de Pormenor sobre um território abrangendo categorias de espaço não

urbanizáveis ou com parte da sua área já ocupada, ou envolvida com empreendimentos de vocação turística.

Põe-se, no entanto, em dúvida a aplicabilidade desta estratégia à gestão municipal, mormente à elaboração de planos municipais tendo em conta o seu custo e morosidade. Seria de encarar eventualmente o recurso à implementação de Unidades de Execução, em colaboração com entidades privadas, sendo fundamental motivar os proprietários para processos associativos, em empreendimentos de maior dimensão.

Santa Cruz, junho 2019